



Relatório e Contas - 2010

Porto, 24-03-2011

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
2- BREVE APRESENTAÇÃO	6
2.1 - ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO	6
2.2- ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO CENTRO HOSPITALAR	17
2.3 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES HOSPITALARES NA ÁREA DE REFERÊNCIA	19
2.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	19
2.5- INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CHP	21
2.6- MISSÃO /VISÃO / VALORES/ATRIBUIÇÕES	23
3 - ORGÃOS SOCIAIS	24
4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	25
5- ACTIVIDADE GLOBAL EM 2010	26
5.1 - SÍNTESE DA PRODUÇÃO	26
5.2 - INTERNAMENTO	28
5.3- CONSULTA EXTERNA	39
5.4 - HOSPITAL DIA	40
5.5- URGÊNCIA	41
5.6- MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA	43
5.7 – ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE	45
5.8 – ACTIVIDADES NÃO ASSISTENCIAIS	47
5.9 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	51
5.10 - INVESTIMENTOS	54
6 - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2011	57
7- GOVERNO DA SOCIEDADE	64
8-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	86
9- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	87
10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	102
11 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	113

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Conseguimos em 2010 iniciar o processo de reversão da situação estruturalmente deficitária que o Centro Hospitalar do Porto vivia desde o ano da sua criação. Os objectivos ambiciosos de produção e orçamentais que nos propusemos concretizar foram alcançados.

O resultado operacional obtido esconde 10 milhões de euros resultantes do pagamento de pensões aos antigos funcionários da Santa Casa da Misericórdia do Porto, aos quais o CHP ficou obrigado, como resultado do processo de nacionalização do Hospital de Santo António. Esta verba contamina a exploração do CHP, enviesando os resultados da sua exploração, prejudicando a comparação da sua performance com a das outras unidades hospitalares e debilitando de uma forma gravosa a sua capacidade financeira.

Independentemente deste facto, fica demonstrado que o CHP tem viabilidade económica, que os seus profissionais, para além da qualidade técnica reconhecida, perceberam a importância da sustentabilidade financeira no desenvolvimento e afirmação da Instituição e estão positivamente implicados na melhoria da sua eficiência.

Realizámos em 2010 a revisão da estratégia do CHP, tendo um grupo de trabalho constituído para o efeito, proposto uma nova orientação naquele domínio que mereceu a aprovação do Conselho de Administração. O CHP tem uma visão para o período 2011/2013 que ilustra de forma clara a sua ambição:

Melhor hospital para cuidar e tratar doentes, melhor local para trabalhar, destacando-se pelas boas práticas clínicas e de gestão.

Esta Visão que se alicerça em cinco pilares fundamentais – excelência clínica, qualidade do serviço prestado, sustentabilidade financeira, inovação e desenvolvimento das pessoas, levou a definir, para cada um desses pilares, objectivos estratégicos, para cuja concretização irão ser desenvolvidos os respectivos programas de acção.

Concretizámos igualmente em 2010 a integração dos serviços pediátricos, preparando a sua organização para a futura ocupação do Centro Materno Infantil do Norte, cujas obras se iniciarão finalmente no presente ano. Criamos a Unidade Intermédia Médica que vem resolver um problema grave na organização da oferta de internamento do CHP, permitindo através de uma melhor articulação dos diferentes níveis de diferenciação das camas existentes, uma melhoria substancial da gestão técnica do internamento, nomeadamente na sua interface com o Serviço de Urgência. A Unidade de Transplante Hepático iniciou igualmente a sua actividade, pretendendo-se evitar que a cirurgia programada seja muitas vezes prejudicada pelo carácter de grande imprevisibilidade que está associado a este tipo de transplante.

Apostamos numa crescente diferenciação dos cuidados que prestamos, numa conformidade cada vez mais criteriosa entre o tipo de serviço que realizamos e a especialização dos recursos que lhe está subjacente, procurando com esta melhor adequação tornar o CHP mais eficiente. Damos uma enorme importância à articulação com os cuidados primários, realizada através dos Agrupamentos de Centros de Saúde de Porto Ocidental e Gondomar, com os quais temos desenvolvido uma continuada e profícua relação, no sentido de que os serviços prestados às populações pelas quais somos responsáveis seja de qualidade e eficiente. O retorno desta colaboração tem sido substancial, pretendendo-se, durante o presente ano, concretizar a ligação informática que agilize e facilite esta relação, nomeadamente ao nível da consulta mútua dos processos clínicos dos doentes.

Outra área que consideramos fundamental para a afirmação do CHP é a investigação. Podemos dizer com orgulho que segundo o inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional, somos o hospital com mais estudos e investimento realizado neste âmbito. Como unidade hospitalar que faz ensino universitário, a investigação deve ser uma área de forte desenvolvimento, capaz de estimular o ensino e contribuir para a melhoria dos cuidados que prestamos. Temos nos domínios referidos uma parceria decisiva com o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar que queremos melhorar e desenvolver. Pretendemos aperfeiçoar e consolidar durante 2011 todo o suporte logístico à actividade de investigação.

Uma questão que permanece em aberto e que representa um condicionamento enorme na melhoria do serviço que prestamos e na eficiência que nos propomos atingir é o elevado absentismo que continuamos a ter. Os valores de 2010 continuam a divergir relativamente aos verificados noutras instituições do mesmo tipo, constituindo um ónus enorme para o CHP. Vamos, em 2011, lançar uma série de medidas, com vista a reduzir a dimensão do valor deste indicador que consideramos devastador para a excelência de serviço e sustentabilidade financeira que queremos concretizar.

Olhando agora para 2011, não podemos deixar de o encarar, como um tempo de enormes desafios. Temos o início da actividade do Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório, a construção do Centro Materno Infantil do Norte e a integração do Hospital Joaquim Urbano, tudo isto a realizar num ano que sabemos vai ser de enormes dificuldades financeiras.

Contamos, no entanto, para enfrentar este difícil período, com uma arma poderosa: a qualidade, esforço e empenho dos profissionais do Centro Hospitalar do Porto. A todos eles o reconhecimento do Conselho de Administração.

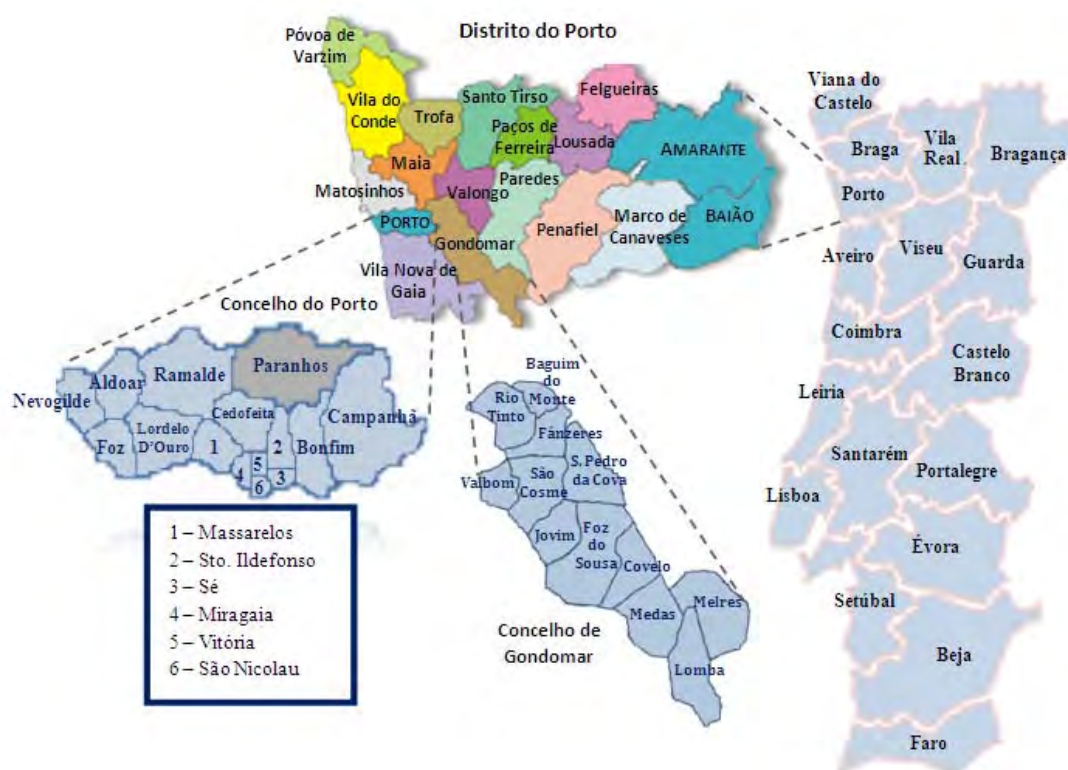
Pedro Esteves

Presidente do Conselho de Administração

2- BREVE APRESENTAÇÃO

2.1 - Enquadramento do Centro Hospitalar na Região

Na sequência do recente reordenamento da rede Hospitalar na área metropolitana do Porto que visou, entre outros objectivos, a obtenção de ganhos de acessibilidade geográfica dos utentes às Unidades Hospitalares (Internamento, Consulta e Urgência), o CHP está integrado na categoria das unidades muito diferenciadas da NUT III- Grande Porto. Serve de referência não só a outros Hospitais da unidade territorial, mas também aos de outras unidades territoriais da área metropolitana do Porto, bem como de outras unidades territoriais da região norte.



A área de Influência do Hospital de Santo António é constituída por todas as freguesias da cidade, com excepção de Bonfim, Paranhos e Campanhã e pelo concelho de Gondomar. O

HSA é ainda referência para a população dos distritos de Bragança e Vila Real, dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, do distrito do Porto e dos concelhos situados a sul do Douro pertencentes à parte norte dos distritos de Aveiro e Viseu.

A Maternidade Júlio Dinis tem como área de influência o grande Porto, com excepção das freguesias de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e o concelho de Gondomar. A sua área de referência é mais alargada, recebendo doentes dos concelhos limítrofes do Porto e de toda a zona Norte em geral.

O Hospital Maria Pia tem como área de referência toda a zona Norte de Portugal, estando organicamente ligado aos centros de saúde de Aldoar, Carvalhosa e Foz do Douro.

A população coberta pelos três hospitais encontra-se no quadro da página seguinte.

População coberta – áreas de Influência e Referência (2009)

	HSA	MJD ¹	HMP ²
Aldoar			
Bonfim			
Campanhã			
Cedofeita			
Foz do Douro			
Lordelo do Ouro			
Massarelos			
Miragaia			
Nevogilde			
Paranhos			
Ramalde			
Santo Ildefonso			
São Nicolau			
Sé			
Vitória			
Porto Cidade	210.558	115.606	37.483
Marco de Canaveses	55.508	28.169	13.811
Baião	20.436	10.620	4.507
Amarante	61.677	31.796	13.885
Felgueiras		30.222	14.924
Gondomar	174.878	90.101	36.443
Lousada		24.258	12.537
Maia		74.053	31.900
Matosinhos		87.725	34.493
Paços de Ferreira		28.034	14.555
Paredes		44.394	21.788
Penafiel		36.160	17.789
Póvoa de Varzim		34.732	15.830
Santo Tirso		35.835	13.742
Trofa		21.079	8.911
Valongo		50.756	21.737
Vila do Conde		39.667	17.299
Vila Nova de Gaia		163.396	66.593
Braga (distrito)		443.880	195.967
Viana do Castelo (distrito)		132.272	45.872
Bragança (distrito)	139.344	71.897	21.694
Vila Real (distrito)	213.775	110.303	37.675
Cinfães	19.889		
Resende	11.439		
Tabuaço	6.132		
São João da Pesqueira	7.908		
Armamar	7.002		
Tarouca	8.312		
Penedono	3.265		
Lamego ³	12.775		
Ovar ³	29.103		
Total	982.001	1.704.955	699.435

1) População feminina

2) População com idade < 19 anos

3) HSA: metade da população do concelho

Fonte: INE - Dados Ano 2009

Áreas de Influência

Áreas de Referência

De seguida, proceder-se-á a uma caracterização sucinta da população das áreas de influência e referência do CHP, em três vertentes: demografia, situação económico-social e educação e saúde.

Demografia

A Região Norte é a mais populosa, representando 37% da população residente do Continente. O Grande Porto é a unidade territorial do Norte com mais população (34,3%).

Evolução da População Residente (censos)

	1991	2001	2009*	Var. 01/91	Var. 09/01
Continente	9.375.926	9.869.343	10.144.940	5,3%	2,8%
NUT II Norte	3.472.715	3.687.293	3.745.575	6,2%	1,6%
Grande Porto	1.167.800	1.260.680	1.285.352	8,0%	2,0%
Porto Cidade + Gondomar	445.650	427.227	385.436	-4,1%	-9,8%

* População estimada

Fonte: INE

Após um crescimento superior ao do Continente no decénio 1991-2001, a população da Região Norte e do Grande Porto em particular apresentam crescimento menores que os do total do Continente no período 2001-2009. Na cidade do Porto e em Gondomar, a população diminuiu nos dois períodos considerados.

Analisando a estrutura etária da população da área de influência e referência, verificamos que mais de metade, 67%, pertence ao grupo da população em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade). Tem-se vindo a assistir a uma diminuição gradual da população jovem (idades entre os 0 e os 14 anos) acompanhada por um crescimento da população idosa (idade igual ou superior a 65 anos).

População Residente Estimada por Sexo e por Grupo Etário, 2009

	Total			0 - 14 anos			15 - 64 anos			≥ 65 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Continente	10.144.940	4.909.494	5.235.446	1.528.075	783.216	744.859	6.778.538	3.356.300	3.422.238	1.838.327	769.978	1.068.349
NUT II Norte	3.745.575	1.810.879	1.934.696	575.471	294.898	280.573	2.579.422	1.271.369	1.308.053	590.682	244.612	346.070
Grande Porto	1.285.352	614.450	670.902	198.746	101.573	97.173	884.377	429.791	454.586	202.229	83.086	119.143
Porto Cidade + Gondomar	385.436	179.729	205.707	54.449	27.838	26.611	261.481	125.069	136.412	69.506	26.822	42.684

HM – Homens e Mulheres | H – Homens | M – Mulheres

Fonte: INE

A aproximação entre os dois grupos etários extremos encontra-se reflectida na evolução que se tem vindo a verificar das Taxas de Natalidade e Mortalidade.

Taxa de Natalidade e Esperança de Vida à Nascença

	Tx Natalidade (/1000 Habitantes)			Esperança de Vida à Nascença		
	2004	2008	2009	2005-2007	2006-2008	2007-2009
Continente	10,3	9,8	9,3	78,7	78,9	79,2
NUT II Norte	10,2	9,2	8,7	78,7	79,0	79,3
Grande Porto	10,4	10,1	9,5	78,8	79,0	79,3
ACES Porto	8,8	8,4	n.d.	77,4	n.d.	n.d.
ACES Gondomar	10,2	9,3	n.d.	80,0	n.d.	n.d.

Fonte: INE

De um modo geral, de 2004 para 2009 assistiu-se a uma quebra da Taxa de Natalidade.

A Esperança de Vida à Nascença tem vindo a aumentar, não se observando diferenças significativas entre a Região Norte e o Continente. Para o período 2005-2007, na cidade do Porto, este indicador é ligeiramente inferior ao da Região Norte, sendo que em Gondomar a Esperança de Vida à Nascença é superior à do Continente.

No que diz respeito à Taxa de Mortalidade, verificou-se uma diminuição da mesma, com excepção da cidade do Porto.

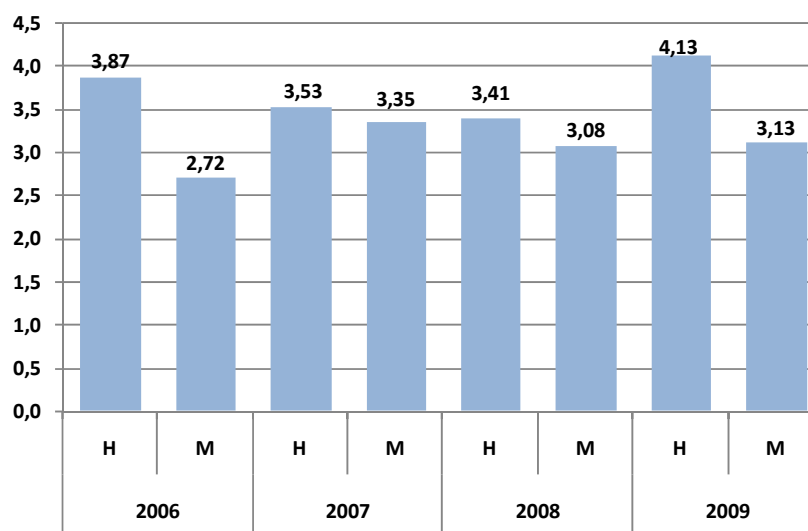
Taxa de Mortalidade e Índice de Envelhecimento

	Índice de Envelhecimento - 2009	Tx Mortalidade (/1.000 Habitantes)		
		2004	2008	2009
Continente	120,3	10,3	9,8	9,8
NUT II Norte	102,6	10,2	8,4	8,4
Grande Porto	101,8	10,4	8,1	8,2
ACES Porto	n.d.	11,8	13,1	n.d.
ACES Gondomar	n.d.	7,0	6,6	n.d.

Fonte: INE

Relativamente à taxa de Mortalidade Infantil, o gráfico abaixo permite verificar um aumento em 2009, consequência do aumento verificado nas regiões Norte, Lisboa, Alentejo e Região Autónoma da Madeira.

Evolução da Taxa (‰) de Mortalidade Infantil



Fonte: INE

A tendência global de redução da Mortalidade Neonatal (crianças com menos de 28 dias de vida) reflecte, sobretudo, o declínio da Mortalidade Neonatal Precoce (óbitos ocorridos na primeira semana de vida). Salienta-se que o número dos óbitos neonatais precoces representou em 2009, 68% do número total de óbitos neonatais.

Evolução da Taxa de Mortalidade Fetal, Neonatal e Neonatal Precoce e Perinatal

	Tx. (‰) Mortalidade Fetal Tardia (Fetos-mortos com 28 ou mais semanas)		Tx. (‰) Mortalidade Neonatal Precoce (Crianças c/ menos de 7 dias idade)		Tx. (‰) Mortalidade Neonatal (crianças com menos de 28 dias de idade)		Tx. (‰) Mortalidade Perinatal (Fetos-mortos c/ 28 ou + semanas e nados vivos c/ menos 7 dias)	
	Portugal	Norte	Portugal	Norte	Portugal	Norte	Portugal	Norte
2002	3,4	2,7	2,6	3,0	3,4	3,7	6,0	5,6
2003	3,1	2,4	2,1	2,9	2,7	2,7	5,1	4,4
2004	2,7	2,5	1,7	1,8	2,6	2,6	4,4	4,3
2005	2,8	2,0	1,6	1,7	2,2	2,5	4,3	3,7
2006	3,1	2,7	1,6	1,2	2,1	1,8	4,6	3,9
2007	2,8	2,0	1,6	1,4	2,1	2,1	4,4	3,4
2008	2,5	2,0	1,5	1,2	2,1	1,7	4,0	3,2
2009	2,9	2,3	1,7	1,4	2,5	2,0	4,6	3,6

Fonte: INE

Situação Económico-Social

Taxa de Desemprego, Poder de Compra e Renovação da População Activa

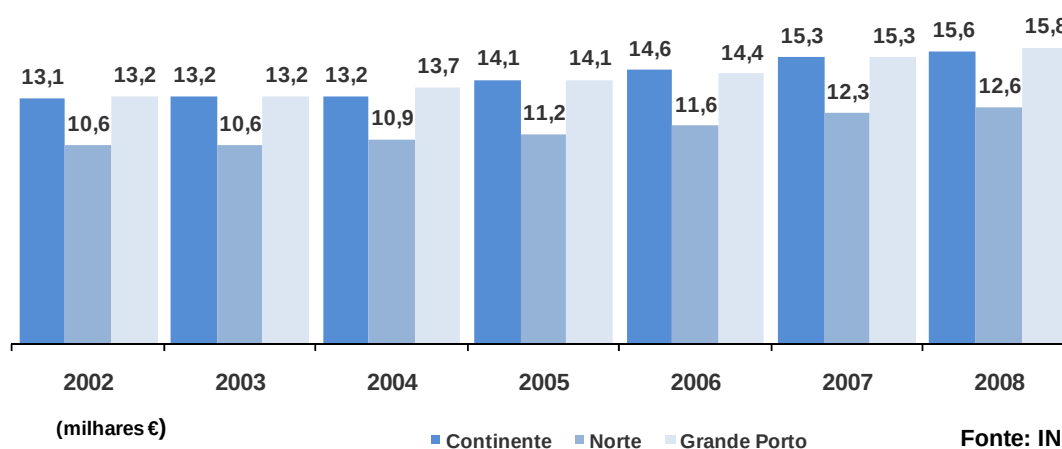
	Taxa de Desemprego		Índice Renovação População em Idade Activa		Indicador per capita do Poder de Compra - 2005
	2009-4T	2010-3T	2008	2009	
Continente	10,2	9,6	109,0	105,0	100,5
NUT II Norte	11,9	11,0	122,6	117,1	85,5
Grande Porto	n.d.	n.d.	99,8	95,2	n.d.
ACES Porto	n.d.	n.d.	85,1	n.d.	164,3
ACES Gondomar	n.d.	n.d.	95,5	n.d.	87,5

Fonte: INE

O aumento do desemprego em Portugal tem assumido na Região Norte os seus contornos mais graves, com consequências no poder de compra *per capita*. No entanto, a cidade do Porto apresenta um poder de compra 63,5% superior ao do Continente.

A Região Norte demonstra um Índice de Renovação da População Activa superior à média nacional.

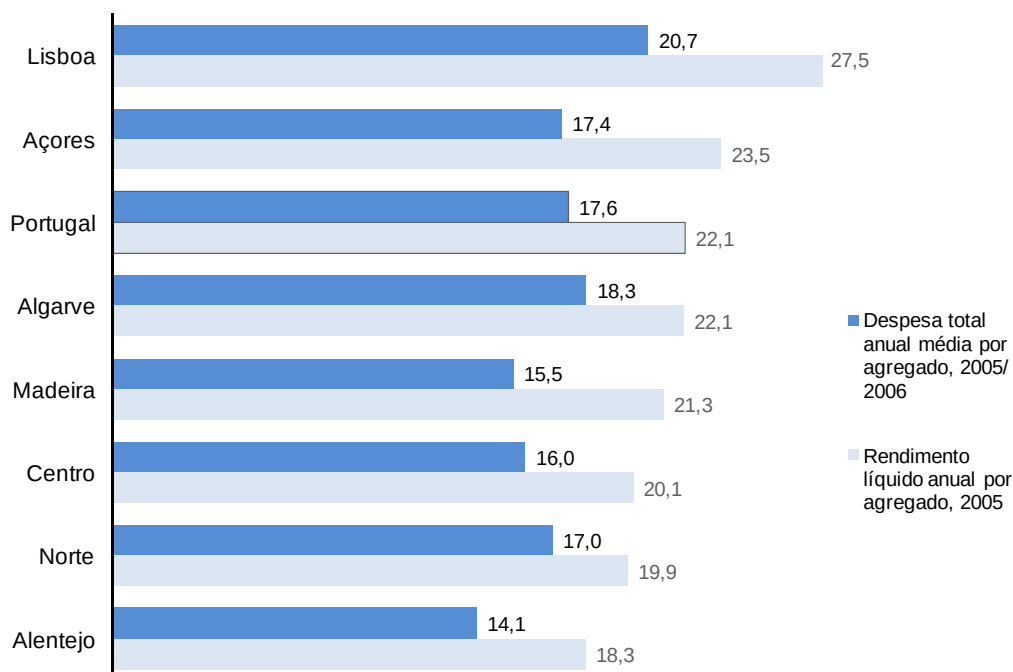
*PIB *per capita**



Fonte: INE

Não obstante o crescimento do PIB *per capita* na região Norte, este continua a registar valores inferiores ao PIB *per capita* Nacional.

Rendimento Líquido e Despesa por Agregado



(milhares €)

Fonte: INE

Analisando o gráfico que compara a despesa total anual média (2005-2006) e o rendimento líquido anual (2005) por agregado, verificamos que, com exceção do Alentejo, a região Norte é a que apresenta o valor mais baixo de rendimento, chegando mesmo a ocupar o último lugar da lista quando comparamos a diferença entre as duas variáveis, por região.

Educação e Saúde

De uma maneira geral, a Região Norte tem uma população com baixos níveis de instrução formal. A cidade do Porto é a exceção.

Taxa de Escolarização e de Abandono Escolar

	Taxa escolarização Ensino Básico		Taxa escolarização Ensino Secundário		Taxa escolarização Ensino Superior		Taxa Abandono Escolar	
	2006/2007	2007/2008	2006/2007	2007/2008	2006/2007	2007/2008	1991	2001
Continente	117,6	121,3	102,6	101,2	28,3	29,3	12,6	2,8
NUT II Norte	115,6	118,8	92,0	93,2	23,6	25,1	18,2	3,5
Grande Porto	n.d.	118,6	n.d.	107,0	n.d.	48,4	12,0	2,6
ACES Porto	n.d.	201,0	n.d.	256,2	n.d.	254,4	8,2	2,6
ACES Gondomar	n.d.	96,3	n.d.	69,6	n.d.	n.d.	12,1	2,4

Fonte: INE

A Taxa de Abandono Escolar diminuiu fortemente no período de 10 anos analisado. Excluindo os concelhos litorais, a Região Norte tem uma Taxa de Abandono escolar superior à média do Continente.

Hospitais, Centros de Saúde e Profissionais de Saúde por 1000 Habitantes

	Nº Hospitais - 2008	Nº Centros de Saúde - 2008	Nº Médicos/1000 Habitantes- 2008	Nº Enfermeiros/1000 Habitantes- 2009
Continente	174,0	346,0	3,7	5,2
NUT II Norte	57,0	108,0	3,4	5,1
Grande Porto	28,0	25,0	6,5	6,9
ACES Porto	20,0	8,0	18,7	23,2
ACES Gondomar	1,0	2,0	2,5	2,0

Fonte: INE

A Região Norte abarca 1/3 do total de unidades hospitalares (públicas ou privadas) do Continente, sendo que destas cerca de metade concentra-se no Grande Porto. Relativamente aos Centros de Saúde, o norte representa aproximadamente 31% do total do Continente. O concelho do Porto é o que concentra maiores rácios de enfermeiros e médicos por 1000 habitantes, situando-se mais acima da média nacional e de quaisquer outros concelhos ou distritos da área coberta pelo CHP.

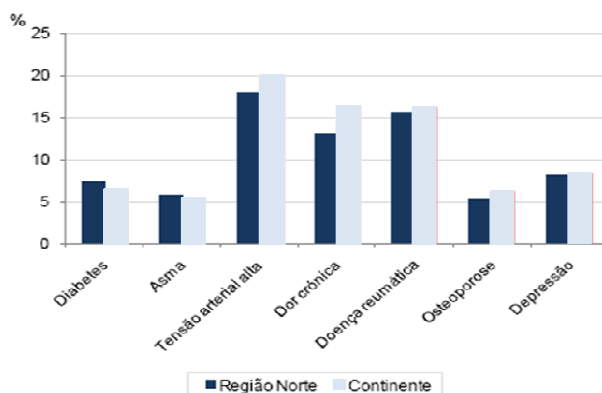
Em Portugal, 6,1% da despesa total anual média por agregado corresponde a despesas de Saúde. Na região Norte, esta despesa regista uma percentagem de 5,7%, uma das mais baixas do País.

Despesa Total e em Saúde por Agregado Familiar (2005/2006) - euros

	Total	Saúde	%
Portugal	17.607	1.066	6,1%
Norte	16.992	970	5,7%
Centro	15.958	1.001	6,3%
Lisboa	20.715	1.295	6,3%
Alentejo	14.067	964	6,9%
Algarve	18.319	910	5,0%

Fonte: INE

Percentagem da População Residente por Tipo de Doença Crónica (2005/2006)



Fonte: Relatório Perfis de Saúde 2009 – Região Norte, ARS

A hipertensão, a dor crónica e a doença reumática são as patologias crónicas que apresentam maior prevalência, apesar da menor proporção que na totalidade do Continente. No que respeita à asma e diabetes, as taxas de prevalência são superiores às do Continente.

De seguida, apresenta-se um panorama da área de influência/referência do CHP no que respeita à Taxa de Internamento Padronizada pela Idade, decomposta por grandes grupos de causas internas.

Taxa de Internamento Padronizada (/100.000 Habitantes), 2007

Grandes Grupos Causas Internamento	Continente	Região Norte	ACES Porto	ACES Gondomar
Doenças infecciosas e parasitárias	231,2	239,5	426,1	223,1
Tumores malignos	435,6	358,1	434,6	352,9
Neoplasias benignas ou desconhecidas	172,9	172,0	191,5	161,9
Doenças do sangue e dos órgãos hemat.	61,9	44,5	26,9	26,2
Doenças endócrinas, nutric. e metabólicas	201,7	196,2	286,1	276,1
Transtornos mentais e comportamentais	159,3	156,8	227,1	203,8
Doenças do sistema nervoso	135,7	148,8	146,0	144,9
Doenças do olho e anexos	135,9	128,5	102,9	108,7
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	74,8	75,6	91,5	84,5
Doenças do aparelho circulatório	882,8	816,9	910,4	916,5
Doenças do aparelho respiratório	838,7	929,8	1.005,2	1.026,5
Doenças do aparelho digestivo	931,9	953,2	931,4	909,0
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	99,4	91,9	92,2	85,1
Doenças do sistema osteomuscular	363,0	440,2	546,7	513,2
Doenças do aparelho genitourinário	522,1	535,4	560,2	586,5
Gravidez, parto e puerpério*	2.013,5	1.858,2	1.986,1	1.947,0
Afecções originadas no período perinatal	36,5	51,5	66,7	61,5
Malformações congénitas	93,5	97,0	108,1	101,9
Sintomas, sinais e achados não classificados	112,4	114,3	68,6	81,1
Lesões e envenenamentos	585,8	584,6	629,2	587,3
Total de Causas Internas	7.073,6	7.063,4	7.863,3	7.426,1
Total de Causas Externas	864,0	786,0	915,0	871,6

* Apenas população feminina.

Fonte: Relatório Perfis de Saúde 2009 – Região Norte, ARS

Na Região Norte, destacam-se as doenças do aparelho respiratório e digestivo, doenças do sistema osteomuscular e afecções originadas no período perinatal. No Porto, a taxa de internamento é mais elevada nas doenças infecciosas, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e nas do aparelho circulatório e sistema osteomuscular. Por seu lado, em Gondomar a maior causa de internamento são as doenças do aparelho respiratório.

2.2- Especialidades/Valências do Centro Hospitalar

O Centro Hospitalar do Porto desenvolve a sua actividade nas variadíssimas valências, repartidas pelas cinco linhas de actividade principal, conforme os quadros seguinte:

Na Unidade Hospital de Santo António

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa	Urgência
Anestesiologia				e	e
Área de Decisão Clínica/SO	e				
Cardiologia	e		e	e	e
Cirurgia Ambulatório		e		e	
Cirurgia Geral	e			e	e
Cirurgia Plástica				e	
Cirurgia Vascular	e	e	e	e	e
Cuidados Intensivos Polivalentes 1	e a)			e	e
Cuidados Intensivos Polivalente 2 (UCIP)	e			e	e
Cuidados Intensivos Polivalente 3 (pós-cirúrgicos)	e a)				
Cuidados Intensivos 1 - Unidade Central	e a)			e	
Dermatologia	e	e	e	e	
Doenças Respiratórias				e	
Doentes Autoimunes				e	
Dor				e	
Endocrinologia	e		e	e	
- Endocrinologia - Pé Diabético				e	
Estomatologia				e	
Estomatologia				e	
Cirurgia Maxilo - Facial	e	e		e	e b)
Fisiatria	e		e	e	
Gastroenterologia	e		e	e	e
Ginecologia			e	e	e c)
Hematologia			e		
Hematologia Clínica	e			e	e
Imunoalergologia				e	
Imunohemoterapia				e	
Imunologia Clínica				e	
Medicina Familiar e Ocupacional				e	
Medicina Interna	e		e	e	e
Nefrologia	e	e	e	e	e
- D.P.C.A				e	
- Transplantes Renais				e	
- Pré-Transplante Renal				e	
Neurocirurgia	e	e		e	e
- T.C.E.	e				
Neurologia	e		e	e	e
Nutrição				e	
Obstetrícia					e c)
Oftalmologia	e	e		e	e d)
Oncologia Médica			e	e	
O.R.L.	e	e	e	e	e e)
Ortopedia	e	e	e	e	e
- Ortopedia Pediátrica	e		e	e	
Pediatria	e f)		e	e	
Atendimento Pediátrico Referenciado				e f)	
Psicologia				e	
Psiquiatria				e	e
Sono				e	
Tratamento Cirúrgico Obesidade	e			e	
Urologia	e	e	e	e	e g)
UCI Coronários	e				
UCI Neonatais e Pediátricos	e f)			e	
Unidade Cuidados Intermédios de Urgência (OBS)	e				
Unidade Transplante Hepático - Pancreático	e			e	e
Paramiloidose			e	e	
Consultas de Grupo *				e	

Notas:

a) A partir de Março integração dos Cuidados Intensivos Polivalente 1 com os Cuidados Intensivos Polivalente 3 (pós-cirúrgicos), passando a designar-se Cuidados Intensivos 1 - Unidade Central.

b) A funcionar das 8:30h às 20:30h, restantes por chamada

c) A funcionar 24h até transferência da actividade para a MJD

d) A funcionar de dia 1 a 15 de cada mês das 08:30h às 20:30h, dos dias 16 a 31 de cada mês 24:00h (Concentração regional de recursos, e por semestre)

e) Até às 20:30h no espaço físico do próprio Serviço, depois por prevenção

f) A funcionar até Julho, transferindo-se a actividade para o HMP

g) A funcionar das 8:30h às 20:30h

*Referem-se às seguintes consultas de grupo: Raynaud, Educação DM2, Hematologia, Medicina Sexual, ORL, Patologia Mamária, Urologia, Desabilitação Tabágica, Linfomas Cutâneos, Oncologia Grupo Não Digestivo, Grupo Digestivo, Endocrinologia Grupo Cancro Tiroide, Hipofise, Multi. Ensino Diabetes

Na Unidade Hospital Maria Pia

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa
Anestesiologia				e
Atendimento Pediátrico Referenciado				e
Cardiologia Pediátrica	e			e
Cirurgia Pediátrica	e	e	e	e
Cirurgia Plástica Pediátrica	e	e		e
Dermatologia Pediátrica	e			e
Endocrinologia Pediátrica	e			e
Estomatologia Pediátrica	e	e		e
Medicina Física de Reabilitação Pediátrica				e
Gastroenterologia Pediátrica a)	e		e	e
Hematologia Pediátrica	e		e	e
Imunoalergologia Pediátrica	e		e	e
Nefrologia b)	e		e	e
Neurocirurgia Pediátrica	e			e
Neurologia Pediátrica c)	e		e	
Nutrição				
Oftalmologia Pediátrica	e	e		e
ORL Pediátrica	e	e	e	e
Ortopedia Pediátrica	e	e	e	e
Pediatria Médica d)	e		e	e
Pedopsiquiatria	e		e	e
Psicologia				e
UCI	e			
Urologia Pediátrica	e	e		e

Notas:

a) Hepatologia, Nutrição, Obesidade Mórbida

b) Diagnóstico-Natal, Diálise Peritoneal, Hemodiálise, Transplante Renal, Espinha Bífida

c) Epilepsia, Cefaleias, Doenças Neuromusculares, Doenças do Movimento

d) Desenvolvimento, Doenças Metabólicas, Neuromusculares, Pneumologia, Imunologia, Genética, Fibrose Quística

Na Unidade Maternidade Júlio Dinis

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Cons. Externa	Urgência
Aconselhamento Genética			e	
Alto Risco			e	
Anestesiologia			e	
Atendimento Referenciado Ginecologia/Obstetrícia			e	
Atendimento Referenciado Neonatologia			e	
Diabetes Gravidez			e	
Diagnóstico Pré-Natal			e	
Epilepsia Gravidez			e	
Espaço Jovem			e	
Ginecologia	e	e	e	e
Mama		e	e	
Medicina de Reprodução		e	e	
Neonatologia - Cuidados Normais (Berçário)	e		e	
Neonatologia - Fototerapia	e			
Unidade Cuidados Intensivos Neonatais (Cuidados Especiais)	e			
Obstetrícia	e	e a)	e	e
Patologia Colo		e	e	
Planeamento Familiar		e	e	
Menopausa			e	
Psicologia			e	
Unidade Intermédia Ginecologia/Obstetrícia	e			
Uro-Ginecologia			e	

Notas:

a) Cirurgia do Ambulatório no âmbito da Interrupção Gravidez por Opção

2.3 - Descrição das Principais Unidades Hospitalares na área de referência

	Empresarializados	Não Empresarializados	Hospitais Privados
CENTRO HOSPITALAR DO PORTO	Hospital São João IPO Norte Hospital Pedro Hispano Hospital de Famalicão CH de Vila Real / Peso da Régua CH do Tâmega e Sousa, EPE CH de Vila Nova Gaia / Espinho Hospital Magalhães Lemos	Hospital Joaquim Urbano	Hospital da Prelada Hospital da Arrábida Hospital Stª Maria Hospital da Boavista Hospital do Carmo Hospital da Ordem da Trindade Hospital do Terço Hospital da Lapa Hospital Boa Nova
Unidades ↓ Hospital de Santo António Hospital Maria Pia Maternidade Júlio Dinis			

2.4 - Caracterização dos recursos humanos

No quadro seguinte apresenta-se o total de efectivos do CHP em 31'Dezembro de 2010 e de 2009, no que respeita ao grupo profissional e ao tipo de vínculo.

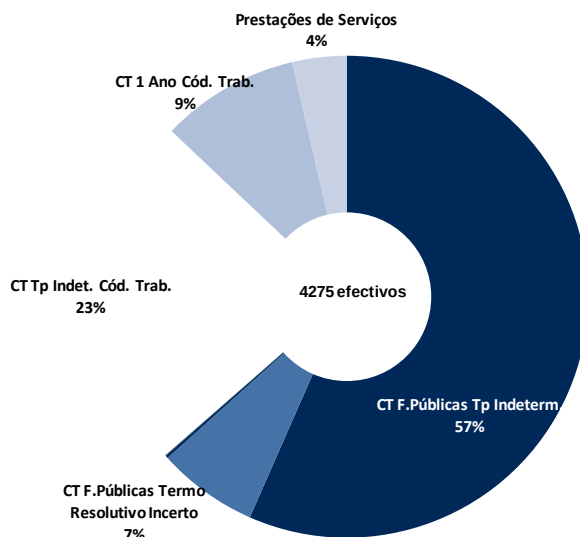
	CT F.Públicas Tp Indeterm.	CT F.Públicas Termo Resolutivo Certo	CT F.Públicas Termo Resolutivo Incerto	Com. Serviço no âmbito LVCR	Com. Serviço no âmbito Cód. Trab.	CT Tp Indet. Cód. Trab.	CT 1 Ano Cód. Trab.	Prestações de Serviços	Total 2010	Total 2009	Var. 10/09
Dirigente	5	0	0	6	2	9	0		22	22	0%
Médico	422	0	286	2	0	171	2		883	985	-10%
Téc. Superior Saúde	29	0	2	0	0	16	3		50	49	2%
Técnico Superior	31	0	0	0	0	21	11		63	71	-11%
Informática	6	0	0	0	0	10	2		18	16	13%
Enfermagem	744	0	0	0	0	398	154		1296	1299	0%
Téc. Diagn. e Terap.	181	0	0	0	0	58	25		264	287	-8%
Assistente Técnico	255	0	0	0	0	146	36		437	435	0%
Assistente Operacional	740	0	0	0	0	176	164		1080	993	9%
Outros	6	0	0	0	0	0	0		6	7	-14%
Total 2010	2.419	0	288	8	2	1.005	397	156	4.275	4.164	3%
Total 2009	2.528	0	308	8	0	871	306	143			
Var. 10/09	-4%	-	-6%	0%	-	15%	30%	9%			

Em Outros inclui-se o Pessoal Docente e o Religioso.

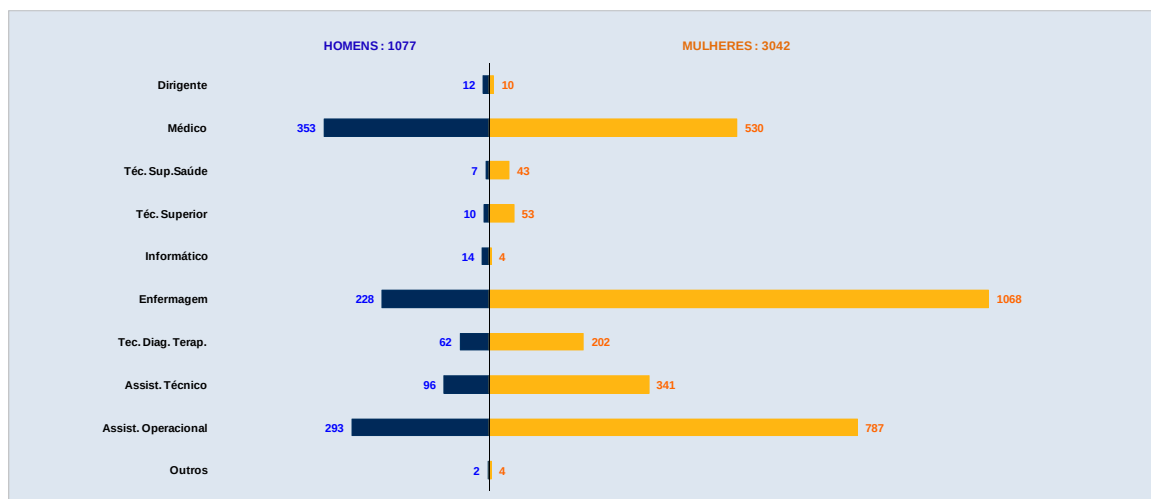
O total de efectivos aumentou 3% em 2010. Em termos relativos, as classes que mais aumentaram foram o pessoal de Informática (13%) e os Assistentes Operacionais (9%). Em valores absolutos, a classe que mais aumentou foi a do pessoal Assistente Operacional (87 efectivos).

As maiores diminuições ocorreram no pessoal Médico (-102 efectivos) e nos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica (-23 efectivos).

Aproximadamente 80% dos efectivos estão directamente ligados às actividades *core* do CHP – Enfermagem (30%), Médicos (21%) e Assistentes Operacionais (25%).



O Contrato de Trabalho em Funções Públicas abarca 2/3 do total de funcionários. Por seu turno, o CIT seja com ou sem Termo, representa aproximadamente 30%. a Prestação de Serviços (sobretudo no pessoal Médico), com aproximadamente 4% do total.



À excepção da classe dirigente, não há paridade entre sexos. O sexo feminino representa cerca de 74% do total de funcionários, com especial expressão na classe de Enfermagem, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais.

A idade média dos colaboradores do CHP é de 41 anos, sendo que aproximadamente 51% do total tem 40 ou mais anos. A antiguidade média é de 14,6 anos.

2.5- Instalações Físicas do CHP

A Unidade Hospital Santo António é constituído por vários edifícios. Das suas instalações fazem parte:

O Edifício Neoclássico construído no séc. XVIII segundo o projecto do arquitecto Inglês John Carr e considerado monumento Nacional;

O Edifício Dr. Luís de Carvalho inaugurado em 1997, ligado ao edifício Neoclássico por uma galeria de dois pisos;

Edifícios das Consultas Externas, o pavilhão laboratorial, e o centro de estudos de Imunodepuração, localizado nas instalações do Ex- CICAP;

Consulta Externa de Oftalmologia nas instalações do Centro Saúde de São João – Rua Miguel Bombarda (após protocolo com a ARS em 1999).

As instalações da Unidade Hospital Maria Pia consistem num emblemático edifício dos princípios do séc. XX, sem grandes condições de operacionalidade, que sofreu recentemente obras de beneficiação.

A Unidade Maternidade Júlio Dinis foi concebida e planeada, desde a sua origem, para funcionar como uma maternidade, função que manteve, ininterruptamente, desde a sua inauguração (Setembro de 1939), até aos dias de hoje. O edifício principal é constituído por dois sub-solos, um rés-do-chão, e dois andares superiores, apresentando, ainda, um grande pátio interior, actualmente ocupado. O actual pavilhão da Consulta Externa, foi roubado aos jardins que a Maternidade de Júlio Dinis possuía na sua entrada sul.

De seguida, apresentam-se os recursos físicos afectos ao CHP.

	HSA	HMP	HML	MJD	CHP
Camas de Internamento *	549	58	10	151	768
Salas de Bloco Operatório	15	3		6	24
Salas no Bloco de Partos				7	7
Camas de Hospital Dia	6	4		9 **	19
Cadeiras de Tratamento Ambulatório		2			2
Gabinetes de Consulta Externa	101	33	15	24	173
Camas da Unidade de Recobro	18	4		12	34

* Lotação em 31-12-2010 (Inclui 34 Berços na MJD);

** Unidade Interrupção da Gravidez por Opção

Equipamentos

Para desenvolvimento da actividade assistencial complementar as três unidades contam com diversos equipamentos técnicos, dos quais se destacam:

	HSA	HMP	MJD	CHP
Imagem				
Angiografia Digital	2			2
Ecógrafo color doppler	8	1	9	18
Ecógrafo sem color doppler	7		2	9
Mamógrafo	1			1
Radiologia Telecomandada com Imagem Digital	2			2
Radiologia Fixa Convencional	8			8
Radiologia Móvel Convencional	23			23
Ressonância Magnética	2			2
Tomografia Axial Computorizada	2			2
Existência de Arquivo Imagiológico	1			1
Medicina Nuclear				
Câmara Gama	2			2
Osteodensitómetro	1			1
Litotricia				
Litotricia extracorporal	1			1
Hemodiálise				
Postos de Hemodiálise	14	3		17

2.6- Missão /Visão / Valores/Atribuições

MISSÃO

O Centro Hospitalar do Porto é um Hospital Central e Escolar que visa a excelência em todas as suas actividades, numa perspectiva global e integrada da saúde.

Centra-se na Prestação de Cuidados que melhorem a saúde dos doentes e da população, em actividades de elevada diferenciação e no apoio e articulação com as restantes instituições de saúde.

Privilegia e valoriza o ensino pré e pós-graduado e incentiva a investigação com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento da ciência e tecnologia da saúde.

VISÃO

Melhor Hospital para CUIDAR E TRATAR doentes, melhor LOCAL PARA TRABALHAR, destacando-se pelas BOAS PRÁTICAS CLÍNICAS E DE GESTÃO.

VALORES

Saúde dos doentes e qualidade de serviço estão primeiro.

Excelência em todas as actividades, num ambiente que privilegia a qualidade e a segurança.

Respeito pelas pessoas, trabalho de equipa e colaboração com outros profissionais.

Valor acrescentado para a população e sociedade.

Inovação para melhor servir o doente, para maior qualidade e sustentabilidade do hospital.

Responsabilidade, integridade e ética em tudo o que fazemos.

ATRIBUIÇÕES

O CHP tem por objectivo principal a prestação de cuidados de saúde à população.

O CHP, complementarmente desenvolverá actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa, podendo ser objecto de contratos-programa em que se definam as respectivas formas de financiamento.

3 - ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração



Presidente
Dr. Pedro Esteves



Director Clínico
Dr. Paulo Barbosa



Enfermeiro-Director
Enf. Eduardo Alves



Vogal
Dra. Paula Guimarães



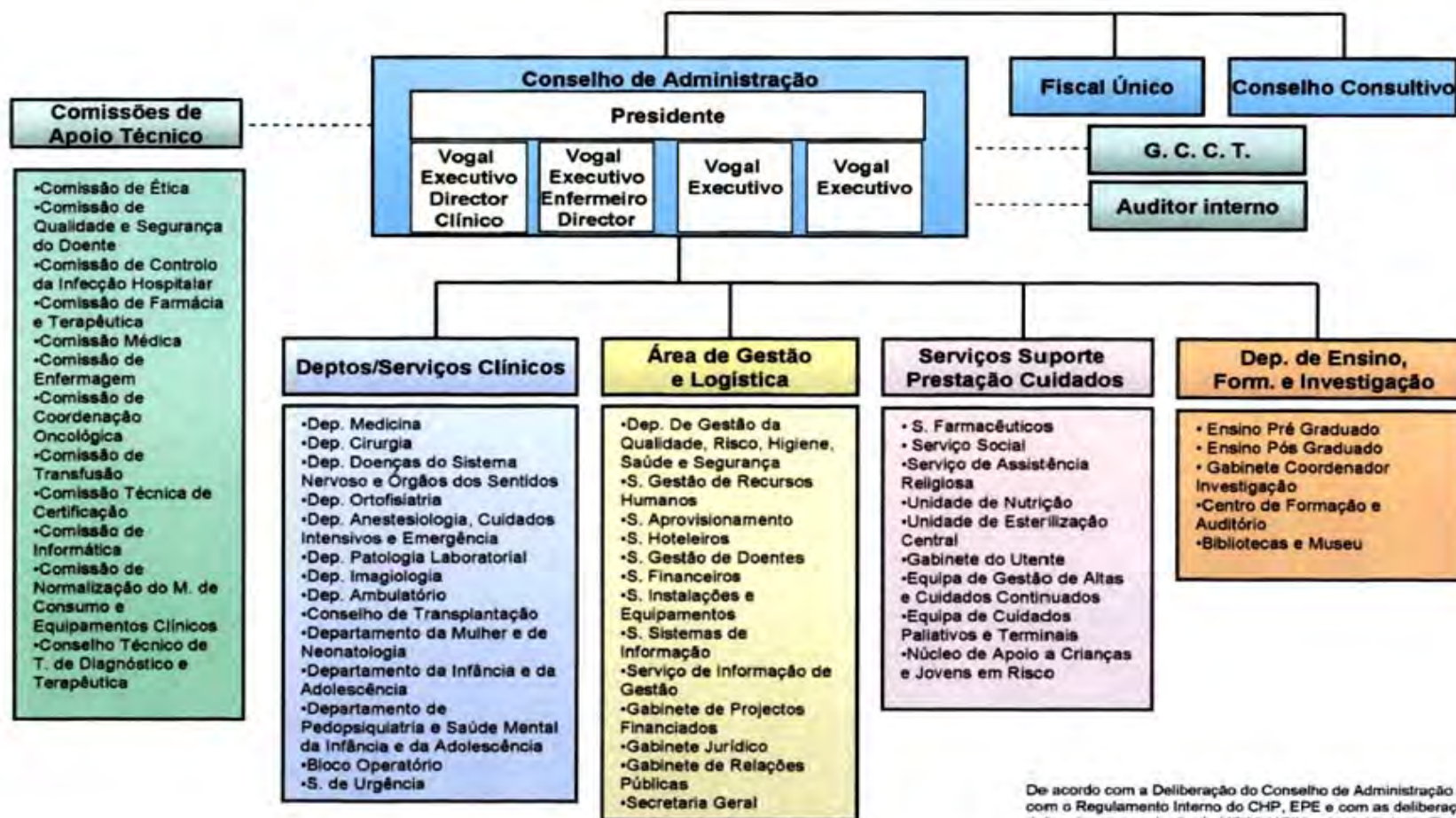
Vogal
Dr. Alberto Peixoto

Fiscal Único

Mgi & Associados, SROC, Lda. representada por Dr. Amadeu Cambão

4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Centro Hospitalar do Porto, EPE

ORGANIGRAMA
Maio de 2010

De acordo com a Deliberação do Conselho de Administração de 1/10/2009, com o Regulamento Interno do CHP, EPE e com as deliberações que determinaram a criação da UCIM, UCIU e da Unidade de Transplantação Hepática e Pancreática em Maio de 2010

Aprovado em reunião do CA em 23/06/2010.

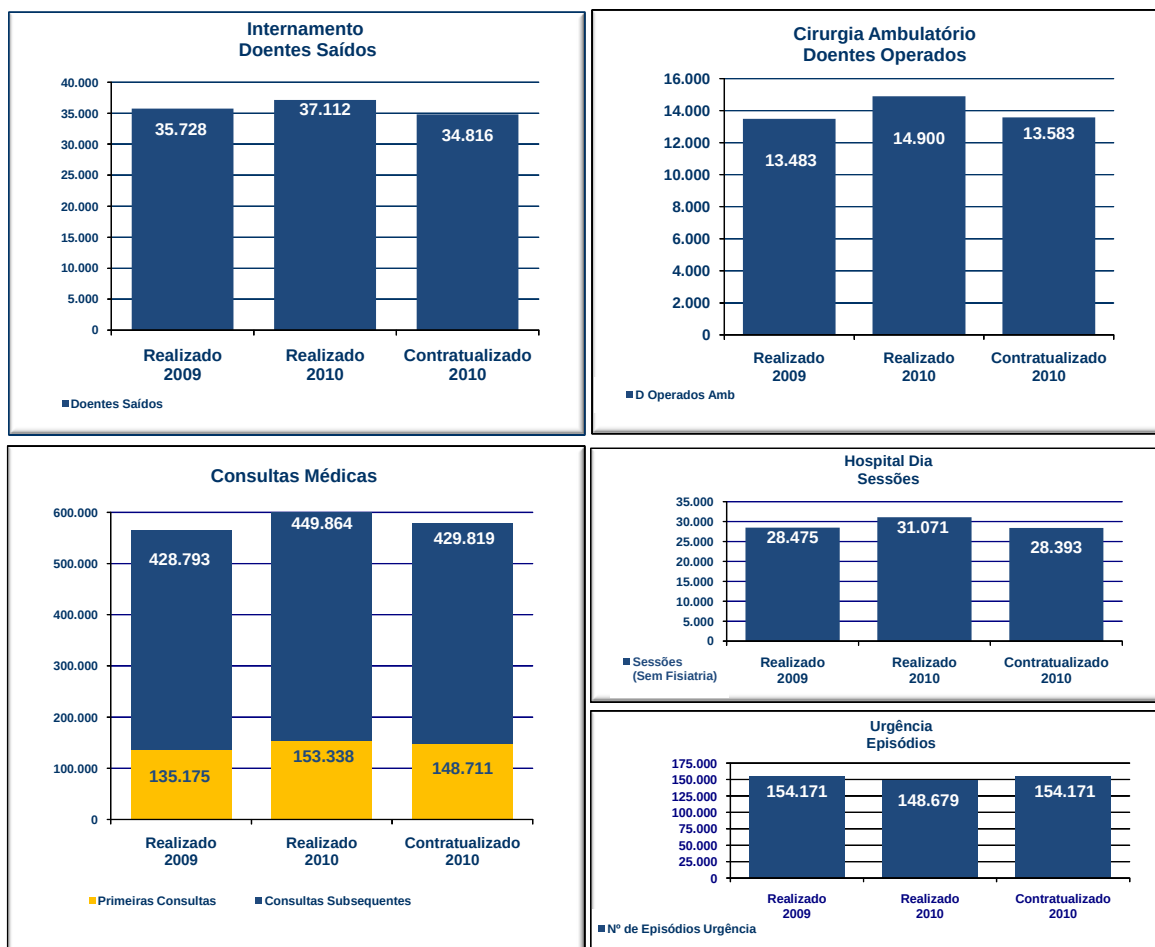
5- ACTIVIDADE GLOBAL EM 2010

No ano de 2010, o terceiro ano completo de actividade do Centro Hospitalar do Porto, assistiu-se à consolidação da integração das três unidades – HSA, MJD e HMP.

Durante este ano, assistiu-se ainda à inclusão de alguns subsistemas públicos de saúde (ADSE, SAD GNR e PSP e ADM das Forças Armadas) no Contrato-Programa celebrado com a tutela, passando a ser financiados pelas regras do SNS. Deste modo, de 2009 para 2010 observam-se em todas as linhas de produção aumentos muito expressivos do movimento SNS, ao passo que a produção Não SNS diminuiu drasticamente.

A análise seguinte traduz o desempenho assistencial em 2010 comparativamente com 2009.

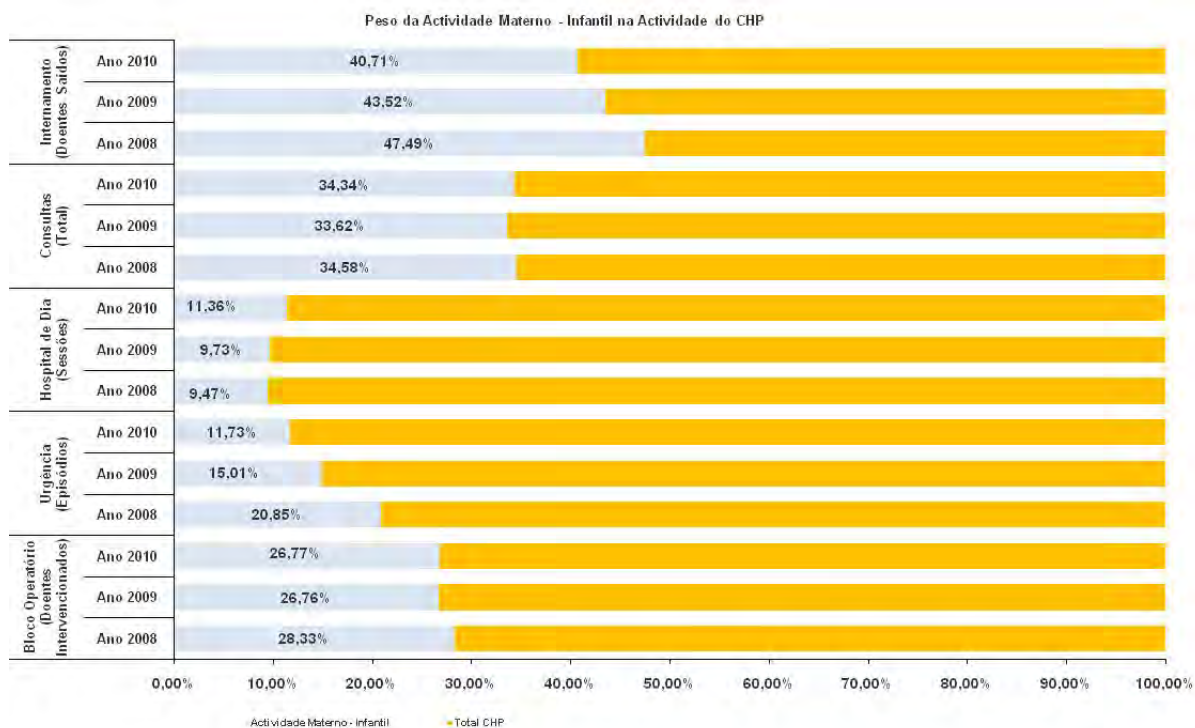
5.1 - Síntese da produção



Face ao ano anterior, o ano 2010 traduz, com excepção da urgência, aumentos de produção em todas as linhas de actividade. Por outro lado, foram tratados mais 2.296 doentes no Internamento, operados mais 1.317 doentes na Cirurgia de Ambulatório, realizadas mais 20.045 Consultas (das quais 4.627 primeiras), mais 2.678 sessões de Hospital Dia e foram atendidos menos 5.492 doentes na Urgência em comparação com o contratualizado.

O gráfico seguinte ilustra o peso da área materno infantil no total do CHP para cada uma das linhas de actividade.

É no internamento e na consulta externa onde a área materno-infantil apresenta uma maior proporção do total do movimento assistencial (superior a 1/3). Analisando o triénio 2008-2010, conclui-se por um decréscimo do peso no internamento, na urgência e nos doentes intervencionados.



5.2 - Internamento

	CHP			CHP	
	Ano 2009	Ano 2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
Lotação Média*	790	769	-2,7%	770	-
Lotação Final (31 Dez) **	777	768	-1,2%	-	-
Doente Saídos	35.728	37.112	3,9%	34.816	106,6%
Dias de Internamento Saídos	235.258	246.479	4,8%	228.634	-
Dias de Internamento	234.087	245.115	4,7%	227.842	107,6%
Doentes Equivalentes ***	32.611	34.430	5,6%	-	-
SNS	29.644	34.088	15,0%	32.292	105,6%
Não SNS	2.967	342	-88,5%	-	-
Doentes Internados	35.780	37.101	3,7%	-	-
Programados	19.370	19.864	2,6%	-	-
Urgência	16.410	17.237	5,0%	-	-
Dmédia ****	6,55	6,60	0,8%	6,54	-
Dmédia sem Bercário ****	6,96	6,98	0,2%	6,90	101,1%
Tx Ocup.	81,18%	87,33%	7,6%	81,07%	107,7%
DS/cama	45,23	48,26	6,7%	45,22	106,7%
Existência Média Diária	641	672	4,7%	624	107,6%

* Inclui 15 berços no HSA e 35 na MJD Ano 2009

* Inclui 34 berços na MJD Ano 2010

** Inclui 34 berços na MJD no Ano 2009

** Inclui 34 berços na MJD no Ano 2010

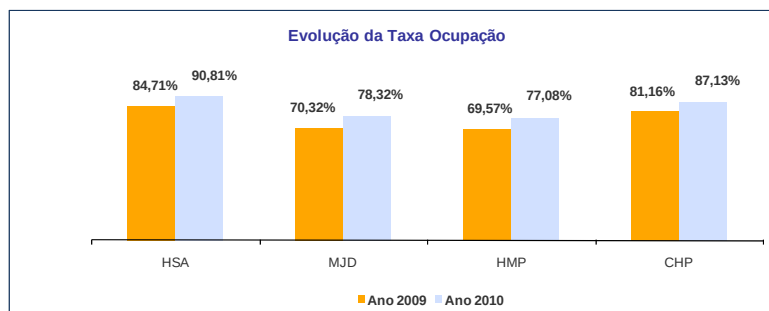
*** Com base no Estimado, no Ano 2010 e o Contratualizado 2010 SNS contempla Subsistemas Públicos (ADSE, SAD GNR e PSP, ADM Forças Armadas)

**** Cálculo com Dias de Internamento de acordo com critério utilizado pela ARS Norte

Em 2010 foram atendidos no Internamento 37.112 doentes, mais 3,9% face ao ano anterior.

Os valores contratualizados para 2010 foram superados em 6,6%.

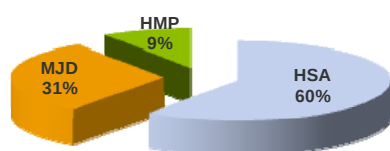
O acréscimo verificado resulta nomeadamente da actividade urgente – a admissão de doentes ao internamento via Urgência apresentou um aumento de 5,0%, em larga medida propiciado pela alteração da referenciação do concelho de Gondomar para o CHP –, ao passo que a admissão programada registou um acréscimo menos acentuado (2,6%).



A Taxa de Ocupação registou uma evolução positiva no ano de 2010, seja no global, seja em cada uma das 3 unidades do CHP. Para tal contribuíram

tanto a redução da lotação do CHP, como o ligeiro aumento da Demora Média.

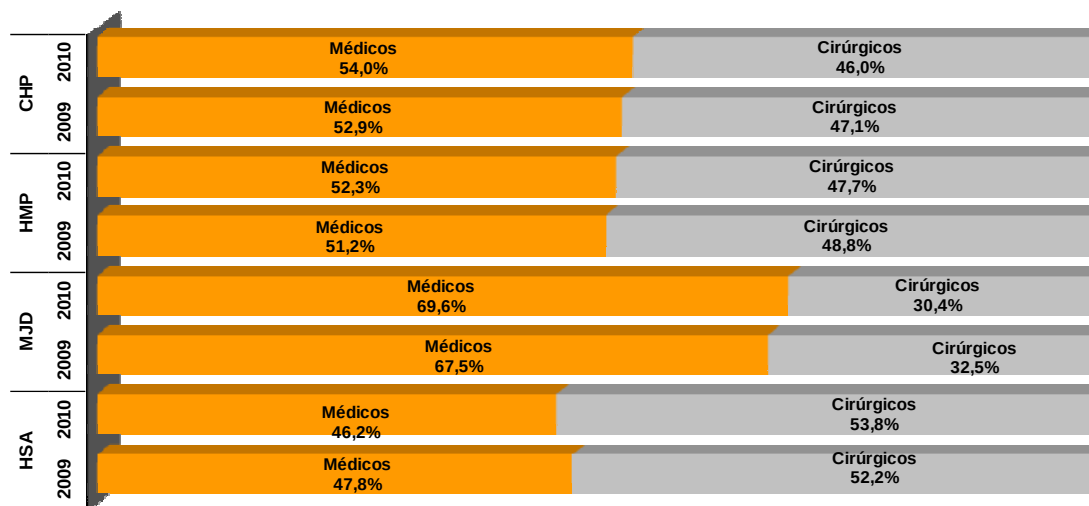
Apesar da criação de novos Serviços e Unidades (Unidade de Transplantação Hepático-Pancreática com 12 camas, Unidade Cuidados Intermédios da Urgência com 8 camas, Unidade Intermédia Médica com 9 camas), a concentração do internamento de Pediatria nas instalações do HMP, a centralização das duas unidades dos Cuidados Intensivos e o encerramento da Unidade E da Medicina Interna, contribuíram para a redução da lotação. Esta redução no número de camas e o aumento de doentes permitiu tratar mais 3,03 doentes/camas que em 2009. O número médio diário de doentes internados em 2010 foi de 672 (mais 4,7% que no ano anterior).



O Internamento é maioritariamente realizado nas instalações físicas do Hospital de Santo António (60%), sendo que a MJD e o HMP (incluindo o HML) absorvem 31% e 9% da actividade, respectivamente.

GDH's Médicos e GDH's Cirúrgicos

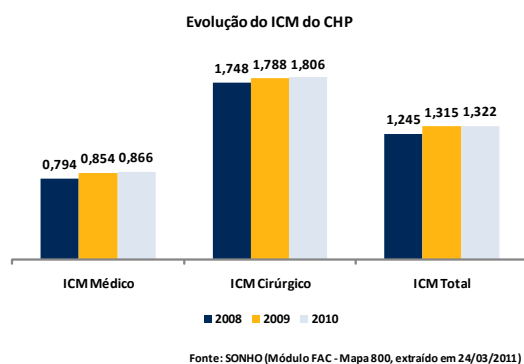
% GDH's Médicos e Cirúrgicos - 2009/2010



Com excepção da unidade HSA, a actividade cirúrgica perdeu terreno para a actividade médica em 2010. Na unidade MJD, o peso da área médica é superior a 2/3 do total, tanto em

2009 como em 2010. Já nas unidades HMP e HSA há algum equilíbrio entre a actividade médica e a actividade cirúrgica, sendo que no HSA prevalece a actividade cirúrgica e no HMP prevalece a actividade médica.

No total do CHP e em 2010, a actividade médica de internamento foi 17% superior à actividade cirúrgica.



De 2009 para 2010, verificam-se crescimentos ligeiros do ICM – seja no total, no ICM cirúrgico e no ICM médico. É uma tendência já verificada em 2009, em que se verificaram variações positivas no ICM Total, potenciadas tanto pelos episódios cirúrgicos como pelos episódios médicos.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (10/09)	Peso Relativo	Demora Média		Var (10/09)
			2009	2010			2009	2010	
629	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O. com diagnóstico de recém-nascido normal	M	3.506	3.319	-5,3%	9,0%	2,7	2,7	-0,9%
373	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	M	1.455	1.476	1,4%	4,0%	2,7	2,7	1,7%
371	Cesariana, sem CC	C	1.193	1.037	-13,1%	2,8%	4,1	4,0	-3,9%
372	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	M	840	908	8,1%	2,5%	3,1	3,5	12,9%
541	Perturbações respiratórias, excepto infecções, bronquite ou asma, com CC major	M	584	679	16,3%	1,8%	10,3	10,3	-0,3%
36	Procedimentos na retina	C	736	645	-12,4%	1,7%	1,2	1,3	1,0%
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	C	679	631	-7,1%	1,7%	4,0	3,6	-9,5%
55	Procedimentos diversos no ouvido, nariz, boca e/ou garganta	C	425	468	10,1%	1,3%	2,5	2,2	-10,7%
356	Procedimentos reconstitutivos do aparelho reprodutor feminino	C	435	401	-7,8%	1,1%	2,5	2,5	-1,8%
60	Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	C	436	344	-21,1%	0,9%	1,2	1,1	-8,5%
10	Sub-Total		10.289	9.908	-3,7%	26,7%	3,2	3,3	2,3%
611	Total		35.473	37.044	4,4%	100,0%	6,4	6,7	4,9%
1,6%	Sub-Total (%)		29,0%	26,7%	-7,8%				

Os 10 GDH's mais frequentes representam perto de 27% da actividade de internamento. A área Obstétrica e Ginecológica tem especial expressão, pelo peso que representa no total do CHP e por lidar com patologias menos diversificadas, concentrando mais actividade nos mesmos GDH's.

A evolução da demora média do conjunto dos 10 GDH's mais frequentes acompanha a tendência da demora média total, embora com contribuições diferentes em cada um dos GDH's – com excepção dos GDH 372, 373 e 36, a demora média é inferior à verificada em 2009. Deste modo, não são os GDH's mais frequentes que influenciam o aumento da Demora Média total do CHP.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Cirúrgicos de Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (10/09)	Peso Relativo
			2009	2010		
371	Cesariana, sem CC	C	1.193	1.037	-13,1%	6,1%
36	Procedimentos na retina	C	736	645	-12,4%	3,8%
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	C	679	631	-7,1%	3,7%
55	Procedimentos diversos no ouvido, nariz, boca e/ou garganta	C	425	468	10,1%	2,7%
356	Procedimentos reconstrutivos do aparelho reprodutor feminino	C	435	401	-7,8%	2,4%
60	Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	C	436	344	-21,1%	2,0%
116	Outras implantações de pacemaker cardíaco permanente	C	257	325	26,5%	1,9%
42	Procedimentos intra-oculares, excepto na retina, íris e/ou cristalino	C	244	323	32,4%	1,9%
758	Procedimentos no dorso e/ou pescoço, excepto artrodese vertebral sem CC	C	309	302	-2,3%	1,8%
370	Cesariana, com CC	C	414	297	-28,3%	1,7%
10	Sub-Total		5.128	4.773	-6,9%	28,0%
273	Total		16.721	17.057	2,0%	100,0%
3,7%	Sub-Total (%)		30,7%	28,0%	-8,8%	

O GDH cirúrgico mais frequente de internamento é a cesariana sem cc, com uma diminuição de 13% face a 2009. No seu conjunto, os GDH de ginecologia e obstetrícia representam perto de metade dos 10 mais frequentes.

A actividade de Oftalmologia continua a figurar nos 10 primeiros GDH's cirúrgicos, com um peso conjunto de 5,7% do total, sendo que apesar da transferência de actividade para ambulatorio, o GDH 42 (procedimentos intra-oculares) demonstra um aumento de 32% em 2010 na actividade convencional.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Médicos de Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (10/09)	Peso Relativo
			2009	2010		
629	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O., com diagnóstico de recém-nascido normal	M	3.506	3.319	-5,3%	16,6%
373	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	M	1.455	1.476	1,4%	7,4%
372	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	M	840	908	8,1%	4,5%
541	Perturbações respiratórias, excepto infecções, bronquite ou asma, com CC major	M	584	679	16,3%	3,4%
466	Continuação de cuidados, sem história de doença maligna como diagnóstico adicional	M	720	332	-53,9%	1,7%
584	Septicémia, com CC major	M	389	329	-15,4%	1,6%
127	Insuficiência cardíaca e/ou choque	M	229	322	40,6%	1,6%
380	Abortamento, sem dilatação e curetagem	M	280	297	6,1%	1,5%
557	Perturbações hepatobiliares e/ou pancreáticas, com CC major	M	184	293	59,2%	1,5%
89	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, com CC	M	171	271	58,5%	1,4%
10	Sub-Total		8.358	8.226	-1,6%	41,2%
337	Total		18.748	19.986	6,6%	100,0%
3,0%	Sub-Total (%)		44,6%	41,2%	-7,7%	

A actividade médica de internamento está bastante concentrada nos 10 GDH's mais frequentes – em 2010 representam 41% do total da actividade médica. Também aqui a área Ginecológica-Obstétrica tem especial expressão, com um peso de 30% do total.

As doenças e perturbações do aparelho respiratório (GDH's 541, 127 e 89) mantêm nos dois anos um peso expressivo no conjunto dos 10 mais frequentes.

O GDH 466 continua a integrar os primeiros lugares, em parte resultante da transferência de casos pediátricos atendidos pelas equipas do CHP no Hospital São João para continuidade de cuidados no internamento de Pediatria do Maria Pia.

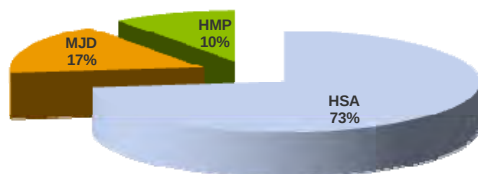
Intervenções Cirúrgicas e Doentes Operados

	CHP			CHP	
	Ano 2009	Ano 2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
C. Convencional (Base + Adicional)					
Intervenções	16.597	16.136	-2,8%	-	-
Doentes	11.698	11.622	-0,6%	12.051	96,4%
C. Ambulatório (Base + Adicional)					
Intervenções	18.966	21.168	11,6%	-	-
Doentes	13.483	14.900	10,5%	15.963	93,3%
Urgente					
Intervenções	7.425	7.248	-2,4%	-	-
Doentes	6.531	6.363	-2,6%	6.038	105,4%
Total					
Intervenções	42.988	44.552	3,6%	-	-
Doentes	31.712	32.885	3,7%	34.052	96,6%

Em 2010, a actividade cirúrgica registou uma evolução positiva, com aumentos de 3,6% no número de intervenções e de 3,7% no número de doentes. Relativamente ao valor previsto para o total de doentes intervencionados para o ano, ficou 4,4% abaixo.

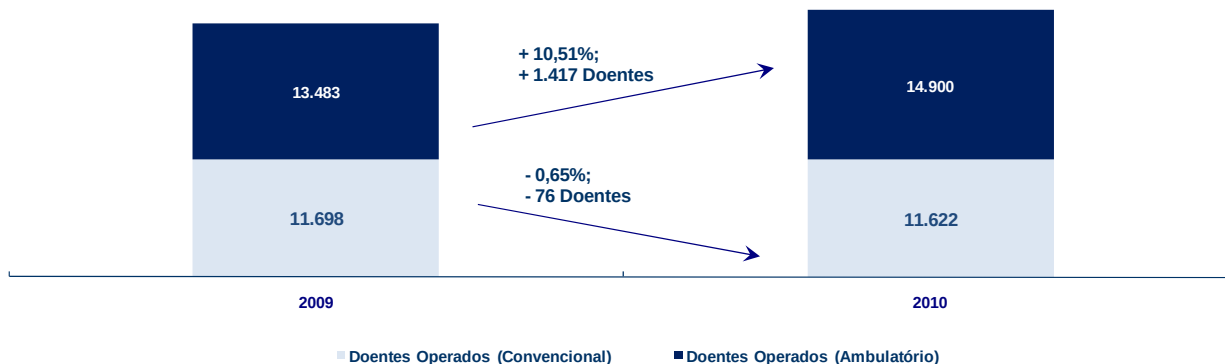
O aumento registado é resultado do aumento verificado na Cirurgia de Ambulatório. Este regime demonstrou, face a 2009, acréscimos de 10,5% no número de doentes. Já na cirurgia em regime de internamento, verifica-se uma diminuição de 0,6%.

A actividade cirúrgica urgente registou uma variação negativa de 2,6% quanto ao número de doentes operados.

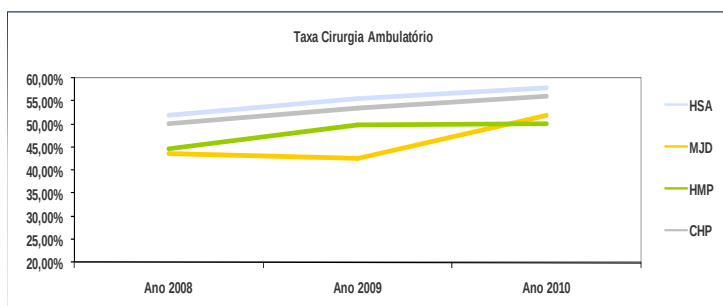


A execução da actividade cirúrgica foi maioritariamente realizada na Unidade Santo António (73%), sendo a restante actividade realizada na Maternidade Júlio Dinis (17%) e na Unidade Maria Pia (10%).

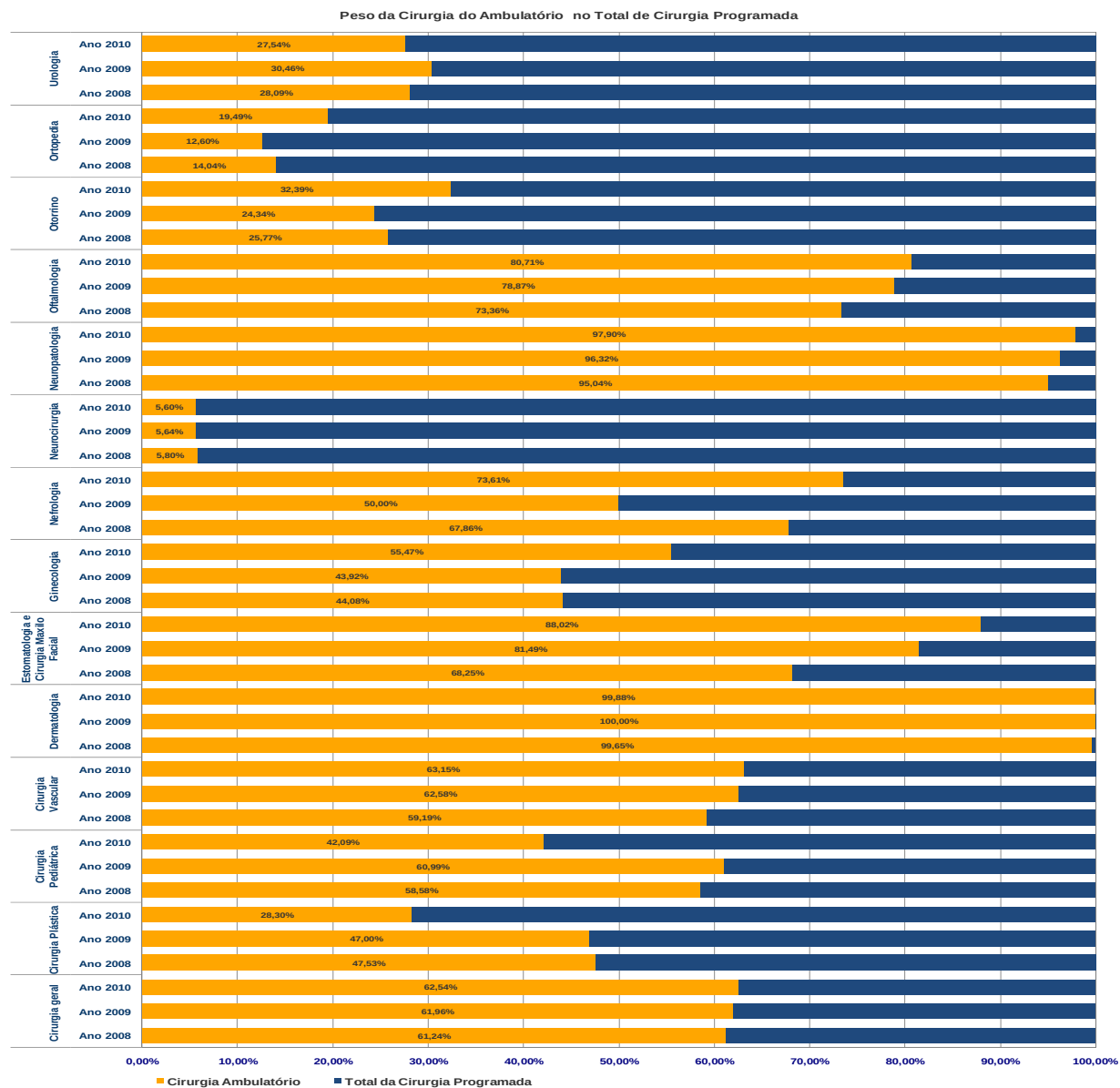
Actividade Cirúrgica Programada (Doentes Operados) ano 09/10



Foram operados nos blocos operatórios das três unidades, em regime programado, mais 1.341 doentes, com contribuições diferentes nos dois regimes - na modalidade de ambulatório foram intervencionados mais 1417 doentes, ao passo que na cirurgia convencional foram operados menos 76 doentes.



A actividade de ambulatório tem registado uma tendência de crescimento no CHP, destacando-se o contributo da unidade Maternidade Júlio Dinis em 2010.



O gráfico acima demonstra o crescente contributo da maioria das várias especialidades na Cirurgia de ambulatório.

Doentes Operados – Cirurgia de Ambulatório

	CHP			CHP	
	Ano 2009	Ano 2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
Doentes Operados Ambulatório	13.483	14.900	10,5%	13.583	109,7%
SNS	12.362	14.767	19,5%	13.510	109,3%
Não SNS	1.121	133	-88,1%	73	182,2%

Ano 2010 e o Contratualizado 2010 SNS contempla Subsistemas Públicos (ADSE, SAD GNR e PSP, ADM Forças Armadas)

Foram operados em ambulatório 14.900 doentes, dos quais 2.826 em programas adicionais, ou seja, 19% de toda a actividade cirúrgica de ambulatório.

O ambulatório cirúrgico apresentou um nível de execução de 109,7%, sendo que a actividade SNS superou os valores previstos cerca de 9,3% e a actividade “Não SNS” em aproximadamente 82,2%.

GDH's do Ambulatório

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Cirúrgicos de Ambulatório mais Frequentes

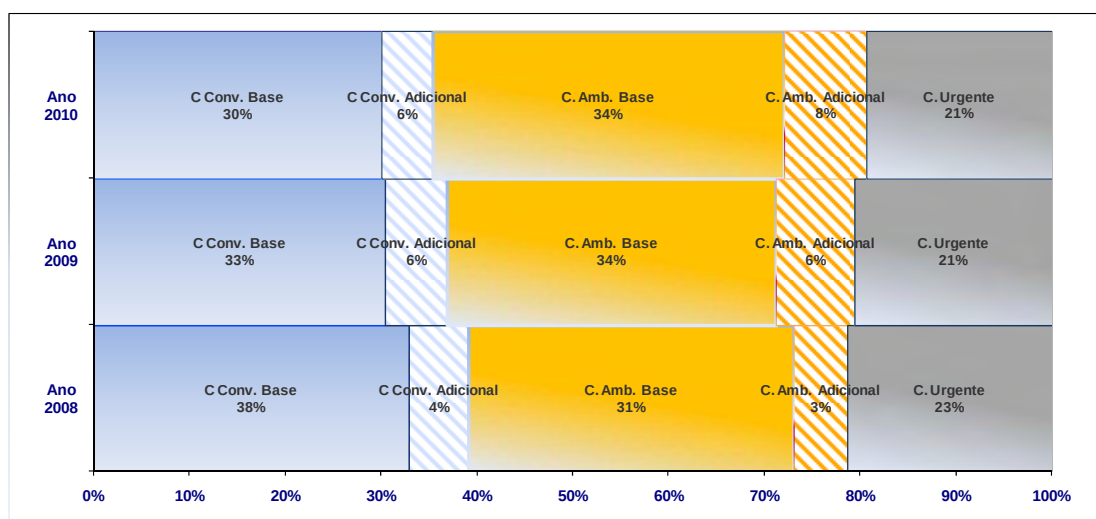
Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (10/09)	Peso Relativo
			2009	2010		
39	Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia	C	2.825	2532	-10,4%	19,2%
270	Outros procedimentos na pele, no tecido subcutâneo e/ou na mama, sem CC	C	2.085	1845	-11,5%	14,0%
119	Laqueação venosa e flebo-extração	C	939	1075	14,5%	8,1%
42	Procedimentos intra-oculares, excepto na retina, íris e/ou cristalino	C	738	1028	39,3%	7,8%
40	Procedimentos extra-oculares, excepto na órbita, idade > 17 anos	C	543	789	45,3%	6,0%
364	Dilatação e/ou curetagem e/ou conização, excepto por doença maligna	C	325	565	73,8%	4,3%
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	C	109	462	323,9%	3,5%
360	Procedimentos na vagina, colo do útero e/ou vulva	C	457	458	0,2%	3,5%
266	Enxerto cutâneo e/ou desbridamento, excepto por úlcera da pele ou celulite, sem CC	C	273	322	17,9%	2,4%
169	Procedimentos na boca, sem CC	C	255	309	21,2%	2,3%
10	Sub-Total		8.549	9.385	9,8%	71,1%
114	Total		12.746	13.204	3,6%	100,0%
8,77%	Sub-Total (%)		67,1%	71,1%	6,0%	

A actividade do ambulatório cirúrgico é bastante polarizada num pequeno número de GDH – em 2010, os 10 mais frequentes representam 71% do total. Este conjunto demonstra um

crescimento em 2010 superior ao da totalidade da actividade cirúrgica de ambulatório, apesar das diminuições verificadas nos GDH's 39 e 270.

Saliente-se ainda o peso da área oflamológica, com 1/3 do total.

Tipo de Cirurgias no Total de Cirurgias



A actividade convencional (em regime de internamento) continua a perder terreno para a actividade de Cirurgia de Ambulatório. Esta tendência de ambulatorização está em linha com as boas práticas para a prestação de cuidados de saúde.

Por seu turno, a cirurgia urgente também tem vindo gradualmente a perder peso.

Partos

	CHP			CHP	
	Ano 2009	Ano 2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
Distócitos	2.287	2.142	-6,3%	2.064	103,8%
Cesarianas	1.761	1.498	-14,9%	1.555	96,3%
Outros	526	644	22,4%	509	126,5%
Eutócitos	1.807	1.789	-1,0%	1.954	91,6%
Total de Partos	4.094	3.931	-4,0%	4.018	97,8%
Partos Multiplos	87 (2 Trig)	103 (1 Trig)	18,4%	-	-
Partos / Dia	11,2	10,8	-4,0%	11,0	97,8%
% Cesarianas	43,0%	38,1%	-11,4%	38,7%	98,5%
% Nados Mortos	0,26%	0,27%	3,7%	-	-

O número de partos registou um decréscimo, em parte consequência da quebra de natalidade que se vem a registar nos últimos anos. Em 2010 foram realizados menos 163 partos (-4,0%) que em 2009. Comparando com os valores estimados no Plano de Desempenho para 2010, já inferiores aos realizados em 2009, a produção ficou abaixo do previsto em 87 partos.

Foram realizados menos 0,2 partos dia que em 2009 e fizeram-se mais 16 partos múltiplos.

O recurso à cesariana representou 38,1% do total de partos realizados, sendo inferior à meta prevista de 38,7%. Face a 2009, registou uma diminuição expressiva (-11,4%).

A percentagem de Nados Mortos aumentou ligeiramente face a 2009.

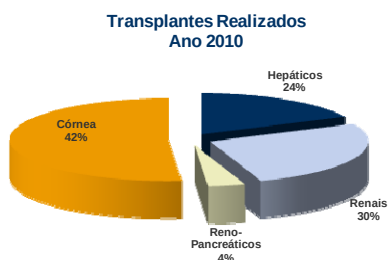
Transplantes

	2009	2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
Hepáticos	69	71	2,9%	65	109,2%
Renais*	134	106	-20,9%	90	117,8%
Reno-Pancreáticos	20	15	-25,0%	15	100,0%
Córnea	151	203	34,4%	140	145,0%

* inclui reno-pancreáticos

Em 2010, a actividade de transplantação, com excepção do transplante renal e do reno-pancreático, aumentou face ao ano anterior – realizaram-se mais 2 transplantes hepáticos e mais 52 transplantes de córnea. A actividade de transplantação renal diminuiu em 28 transplantes e a Reno-pancreática em 5 transplantes.

Face à produção contratada com a Autoridade para os Serviços de Sangue e Transplantação, foram superadas as metas em todos os tipos de transplante.



Em 2010, o transplante de córnea absorveu 42% do total, seguidamente do renal (30%), do hepático (24%) e do Reno-pancreático (4%).

5.3- Consulta Externa

	CHP			CHP	
	Ano 2009	Ano 2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
1 ^{as}	135.175	153.338	13,4%	148.711	103,1%
Subsequentes	428.793	449.864	4,9%	429.819	104,7%
Total Consultas Médicas	563.968	603.202	7,0%	578.530	104,3%
SNS	520.562	611.436	17,5%	-	-
Não SNS	55.349	5.010	-90,9%	-	-
Consultas Médicas	563.968	603.202	7,0%	578.530	104,3%
SNS	509.767	598.385	17,4%	574.071	104,2%
Não SNS	54.201	4.817	-91,1%	4.459	108,0%
Consultas Não Médicas	11.943	13.244	10,9%	11.958	110,8%
% 1 ^{as} Consultas (médicas)	24,0%	25,4%	6,1%	25,7%	98,9%
2 ^{as} /1 ^{as}	3,2	2,9	-7,5%	2,9	101,5%
Consultas/Dia útil	2.279	2.432	6,7%	2.305	105,5%

Ano 2010 e o Contratualizado 2010 SNS contempla Subsistemas Públicos (ADSE, SAD GNR e PSP, ADM Forças Armadas)

Em 2010 realizaram-se 603.202 médicas, mais 39.234 consultas que no ano anterior - mais 18.163 primeiras e mais 21.071 subsequentes. Por outro lado, as metas definidas no Contrato-Programa para 2010 foram ultrapassadas em 4.627 para primeiras consultas e em 20.045 para consultas subsequentes.

O crescimento verificado no número de primeiras consultas médicas (13,4 %), proporcionalmente superior ao do total de consultas, favoreceu o aumento do rácio de primeiras consultas (24,0% em 2009 para 25,4% em 2010), o que demonstra uma melhoria nos níveis de acessibilidade ao hospital.

Por dia útil foram realizadas em média mais 153 consultas que em 2009. A relação segundas consultas/primeiras reduziu-se para sensivelmente três consultas subsequentes por cada primeira consulta.

O acréscimo de 7% das consultas médicas deveu-se sobretudo à produção a utentes do SNS (+17,4%), já que a actividade para subsistemas e outras entidades reduziu 91,1%, facto esse



que se verificou em todas as linhas de actividade e que se deve à integração no SNS dos subsistemas públicos em 2010. A actividade SNS superou em 4,2% as metas a que estamos vinculados no contrato programa.

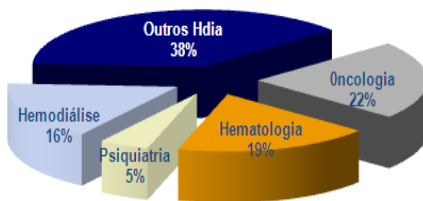
A actividade da consulta em 2010 repartiu-se por: 69% no espaço físico do Santo António e áreas periféricas, 16% no Maria Pia e Magalhães Lemos e 15% na Maternidade Júlio Dinis.

5.4 - Hospital Dia

	CHP			CHP	
	Ano 2009	Ano 2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
Sessões	31.796	34.452	8,4%	-	-
SNS	27.508	33.577	22,1%	-	-
Não SNS	4.288	875	-79,6%	-	-
Doentes	6.134	6.636	8,2%	-	-
Sessões/Doentes	5,18	5,19	0,2%	-	-
Sessões/Dia útil	128	139	8,1%	-	-

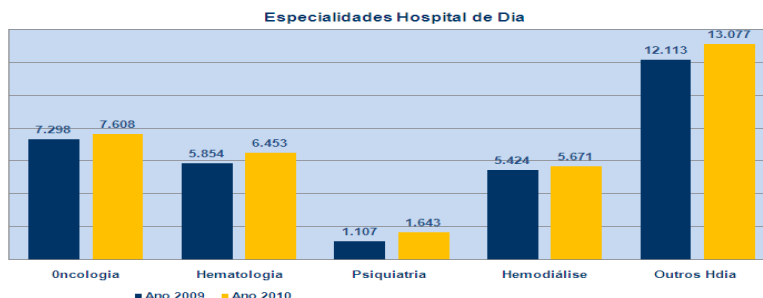
Ano 2010 e o Contratualizado 2010 SNS contempla Subsistemas Públicos (ADSE, SAD GNR e PSP, ADM Forças Armadas)

O número de sessões de hospital dia aumentou 8,4% face a 2009. O número médio de sessões por doente também aumentou ligeiramente. Foram realizadas mais 11 sessões por dia útil.



A actividade do Hospital Dia foi efectuada principalmente no Santo António (87%) – distribuindo-se pelo Hospital Dia Polivalente (39% do total de sessões do HSA) e pelos hospitais dia periféricos (39%). O Hospital Maria Pia e o Hospital de Magalhães Lemos abarcam 13% do total de sessões do CHP.

Do total de sessões de Hospital Dia realizadas, 22% respeitam a Oncologia e 19% a sessões de Hematologia. A Hemodiálise representa 16%, sendo que os “Outros Hospitais Dia” absorvem 38%, repartidos por diversas especialidades. A Psiquiatria apresenta um peso pouco expressivo (5%).



No ano 2010 observou-se um crescimento em todas as especialidades, com destaque para a Pedopsiquiatria (48%). As sessões de Hematologia aumentaram 10%, seguidas das “outras sessões de hospital dia” (8%), da Hemodiálise (5%) e da Oncologia (4%).

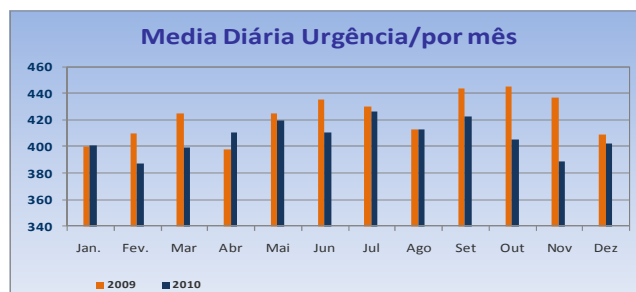
5.5- Urgência

	CHP			CHP	
	Ano 2009	Ano 2010	10/09 (%)	Contr. 2010	Tx. de Realização 2010
Episódios de Urgência	154.171	148.679	-3,6%	154.171	96,4%
SNS	136.577	143.028	4,7%	-	-
Não SNS	17.594	5.651	-67,9%	-	-
SNS (s/ Destino Internamento)	122.040	126.446	3,6%	133.257	94,9%
Urgência/Dia	422	407	-3,6%	422	96,4%
Urgência/Hora	18	17	-3,6%	18	96,4%
% internados	9,82%	10,51%	7,0%	-	-
% óbitos	0,02%	0,04%	132,4%	-	-
% altas	81,25%	78,31%	-3,6%	-	-
% transf. p/ outros hospitais	1,02%	1,35%	33,4%	-	-
% transf p/ C. Saúde	7,89%	9,77%	23,8%	-	-

Ano 2010 e o Contratualizado 2010 SNS contempla Subsistemas Públicos (ADSE, SAD GNR e PSP, ADM Forças Armadas)

O número de atendimentos no serviço de Urgência decresceu 3,6% de 2009 para 2010, ficando também 3,6% abaixo dos limites de produção prevista.

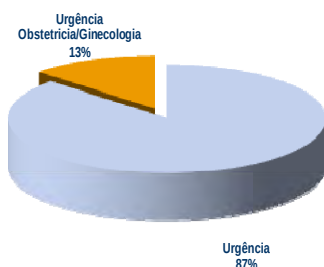
Foram atendidos por dia útil 407 doentes, o equivalente a 17 episódios/hora, ficando 15 doentes/dia e 1 doente/hora abaixo do ano anterior.



O número de internamentos urgentes não acompanhou a tendência verificada nos episódios de urgência, tendo registado um aumento de 5% face ao ano 2009 (conforme já analisado no ponto 5.2 – Internamento) – por cada 10,5 doentes vindos a urgência 1 foi internado, enquanto que em 2009 1 em cada 9,8 doentes atendidos na urgência foram internados.

Tanto a transferência para centros de saúde, como a transferência para outros hospitais aumentaram significativamente (23,8% e 33,4%, respectivamente).

No que respeita às urgências SNS cujo destino não foi o internamento, sobre as quais estamos vinculados em contrato programa, conclui-se por um aumento de 3,6% face a 2009, tendo no entanto ficado 5,1% abaixo do contratualizado.



Saliente-se o peso da Urgência Ginecológica e Obstétrica (13%) no total da Urgência.

5.6- Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

A grande fatia dos meios complementares concentra-se nas áreas de Análises Clínicas, Imagem e Medicina Física de Reabilitação. Por outro lado, olhando para os valores da produção ponderada pelo peso relativo do Anexo III da Portaria nº 839-A/2009 de 31 de Julho, verifica-se elevada complexidade dos procedimentos realizados, nomeadamente na Medicina Nuclear, na Cardiologia, na Neurofisiografia e na Urologia.

	Realizados CHP				Realizados no Exterior			
	Ano 2009		Ano 2010		Ano 2009		Ano 2010	
	Produção	Produção Ponderada	Produção	Produção Ponderada	Produção	Produção Ponderada	Produção	Produção Ponderada
Imagiologia	215.817	1.363.331,50	240.662	1.498.709,70	178	8.692,3	1.149	10.055,50
Anatomia Patológica	40.183	-	40.144	-	59	-	13	-
Análises Clínicas	4.083.567	-	4.323.605	-	4.541	-	3.926	-
Medicina Nuclear	5.458	255.359,00	5.110	238.645,60	245	44.277,4	307	72.748,80
Gastreenterologia	11.841	143.545,70	14.692	181.371,70	492	7.302,1	213	2.486,50
Medicina Física e Reabilitação	241.440	394.433,20	263.206	429.013,60	44.947	76.948,8	22.116	38.169,20
Cardiologia	44.502	1.103.715,50	45.780	1.157.892,20	152	17.638,6	8	2.148,10
Neurofisiografia	9.265	204.679,70	9.715	221.137,60	15	665,4	6	95,10
Oftalmologia	16.936	71.957,30	42.489	194.653,30	392	8.533,1	2	5,30
Pneumologia	25.328	72.462,80	25.441	72.206,10	110	1.253,2	70	888,60
Urologia	13.786	185.869,80	14.359	193.800,00	26	1.355,6	25	122,50
Otorrinolaringologia	19.665	62.522,40	22.800	74.654,50	25	78,3	3	9,30
Imuno-hemoterapia	464.999	-	431.921	-	195	-	136	-
Dermatologia	4.443	18.346,10	5.909	22.860,60	0	0,0	0	0,00
Ginecologia/Obstetrícia	48.322	260.320,60	47.532	277.066,90	0	0,0	1	2,80
Reumatologia	641	1.676,40	713	1.847,00	0	0,0	5	0,00
Outros	232.493	930.275,90	268.210	1.172.658,70	3.189	99.126,2	595	21.590,70

O grau de dependência da instituição face ao exterior é reduzido, resultado da diferenciação técnica que mantém nesta área e da capacidade instalada que possui para satisfazer a produção interna e a procura externa nalgumas áreas. A produção realizada no exterior não chega a absorver 1% de toda a actividade requisitada tendo mesmo reduzido face ao ano anterior. A excepção é a área da Medicina Física e Reabilitação com um nível de dependência do exterior mais elevado.

	% Realizados para o Exterior
	Ano 2010
Imagiologia	0,2%
Anatomia Patologica	0,0%
Análises Clínicas	0,9%
Medicina Nuclear	4,6%
Gastroenterologia	6,1%
Medicina Física e Reabilitação	0,1%
Cardiologia	0,1%
Neurofisiografia	3,2%
Oftalmologia	0,0%
Pneumologia	0,0%
Urologia	4,7%
Otorrinolaringologia	2,4%
Imuno-hemoterapia	0,3%
Dermatologia	0,0%
Ginecologia/Obstetrícia	0,0%
Reumatologia	0,0%
Outros	0,2%

Para além de satisfazer a procura interna, o CHP produz meios complementares para o exterior, em especial na área da Gastroenterologia, da Urologia e da Medicina Nuclear.

5.7 – Acesso a Cuidados de Saúde

Consulta Externa:

ESPECIALIDADE	Pedidos a aguardar consulta. Tempo previsto até à data da consulta em pedidos agendados			Consultas Realizadas em 2010 Tempo até à realização da consulta por nível de prioridade					% consultas fora TMRG
	N.º Pedidos agendados	Tempo médio (dias)	Tempo máximo (dias)	N.º Consultas Realizadas	"Muito prioritária" Realizadas até 30 dias	"Prioritária" Realizadas entre 31e 60 dias	"Normal" Realizadas entre 60-150 dias	Consultas Realizadas Fora TMRG	
Anestesiologia	7	220,5	300,7	16	0	0	3	13	81%
Anestesiologia - Dor	0	0	0,0	5	0	0	2	3	60%
Angiologia/Cirurgias Vasculares	552	134,2	263,9	1.379	2	1	1.349	27	2%
Cardiologia	58	48,0	156,0	566	4	80	473	9	2%
Cardiologia Pediátrica	17	109,6	166,9	31	0	2	28	1	3%
Cirurgia Geral	682	162,7	607,8	2.208	2	60	1.885	261	12%
Cirurgia Geral - Cirurgia de Ambulatório	289	180,2	266,1	137	0	8	112	17	12%
Cirurgia Geral - Obesidade	3	111,2	133,9	0	0	0	0	0	0%
Cirurgia Pediátrica	15	55,3	205,9	322	0	0	314	8	2%
Cirurgia Plástica Reconstructiva	23	73,3	175,1	55	0	5	42	8	15%
Dermato-venereologia	1.229	149,0	677,9	2.584	2	12	1.176	1.394	54%
Endocrinologia - Nutrição	105	104,9	235,5	556	3	24	454	75	13%
Estomatologia	129	72,1	351,1	715	1	19	600	95	13%
Gastroenterologia	134	106,5	371,6	778	12	48	644	74	10%
Ginecologia	303	121,0	444,8	2.557	45	375	1.508	629	25%
Ginecologia - Apoio à Fertilidade	2	112,5	113,8	0	0	0	0	0	0%
Hematologia Clínica	37	70,5	328,9	190	2	24	157	7	4%
Imuno-alergologia	38	89,8	338,0	166	4	18	137	7	4%
Medicina Física e de Reabilitação	4	111,6	141,1	26	0	1	21	4	15%
Medicina Interna	169	198,9	451,8	564	0	17	480	67	12%
Nefrologia	52	76,4	210,9	206	0	10	193	3	1%
Neurocirurgia	225	122,1	359,2	594	1	44	506	43	7%
Neurologia	222	118,4	309,9	794	0	11	750	33	4%
Neuropediatria	4	40,7	57,8	49	1	2	45	1	2%
Obstetrícia	59	25,3	114,0	1.541	41	310	1.161	29	2%
Oftalmologia	203	149,2	217,9	7.509	0	2	3.577	3.930	52%
Ortopedia	1.291	229,8	714,7	2.185	6	109	1.023	1.047	48%
Otorrinolaringologia	767	111,4	813,1	2.783	10	1	2.679	93	3%
Pediatria	86	132,1	266,7	600	4	53	498	45	8%
Psicologia	0	0	0,0	1	0	0	0	1	100%
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	58	56,6	79,1	466	0	11	424	31	7%
Urologia	348	109,5	375,7	1.166	3	38	1.009	116	10%
Total	7.111	149,8	813,1	30.749	143	1.285	21.250	8.071	26%

Fonte: ARS (ADW-CTH)

Em termos globais, o CHP manifesta bons acessos dos utentes à consulta, ou seja, dentro dos tempos legalmente aceitáveis (Portaria n.º 1529/2008 de 26 de Dezembro). Saliente-se no entanto, a maior dificuldade no acesso às consultas de Dermatologia, Oftalmologia e

Ortopedia. Nestas especialidades, o número de consultas realizadas fora dos tempos máximos de resposta garantidos (TMGR) foram superiores à média do CHP. No total do Centro Hospitalar, em 2010, foram realizadas cerca de 26% de consultas fora dos TMGR.

Lista de espera Cirúrgica

ESPECIALIDADE CIRURGIAS	Tipos de Cirurgia		
	CONV	AMB	TOTAL
Angiologia e Cirurgia Vascular	413	559	972
Cateterismo de Longa Duração	8	20	28
Cirurgia Geral	865	285	1.150
Cirurgia Maxilo-Facial	37	149	186
Cirurgia Pediátrica	219	230	449
Cirurgia Plástica	133	10	143
Dermato-Venereologia		187	187
Estomatologia Pediátrica	50	67	117
Gastroenterologia Pediátrica	1		1
Ginecologia	234	240	474
Neurocirurgia	323	13	336
Neurocirurgia Pediátrica	1		1
Neuropatologia		4	4
Obstetrícia	8	2	10
Oftalmologia	35	468	503
Ortopedia	1.572	55	1.627
Ortopedia Pediátrica	36	16	52
Otorrinolaringologia	411	96	507
Otorrinolaringologia Pediátrica	379	75	454
Urologia	265	89	354
Urologia Pediátrica	79	32	111
Outras (Nefrologia)	34	5	39
Total	5.103	2.602	7.705

Fonte: SONHO

A 31 de Dezembro de 2010 encontravam-se a aguardar cirurgia 7.705 doentes, dos quais 66% aguardavam cirurgia em regime de internamento.

A Ortopedia representa 21% dos doentes em espera e a Cirurgia Geral 15%, sendo estas as únicas especialidades com mais de 1.000 doentes em espera.

5.8 – Actividades Não Assistenciais

Desenvolvimento dos Sistemas de Informação

O Serviço de Sistemas de Informação (SSI) tem como prioridade assegurar a ampla acessibilidade e disponibilidade dos recursos e serviços de informática, em condições adequadas de desempenho, capacidade e segurança, garantindo simultaneamente a sua permanente adequação às necessidades do CHP.

Os projectos do SSI têm como objectivos a criação de um instrumento uniformizado que concentre toda a informação clínica sobre os utentes, de uma forma transversal, que sirva de suporte à decisão e prática clínica, bem como proporcionar sistemas aos colaboradores do CHP que se ajustem, da melhor forma possível, aos processos desenvolvidos pelos médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes técnicos, assistentes operacionais, elementos do Conselho de Administração, elementos dos Conselhos de Gestão e Directores/Responsáveis de Serviço, nas suas actividades, incorporando metodologias de resolução de problemas e ferramentas desenhados de acordo com os requisitos actuais e futuros da organização.

No decorrer do ano de 2010, o SSI focou-se em vários projectos, alguns destacaram-se, pelo impacto que têm vindo a criar no nosso dia-a-dia, como a continuidade da concepção e Implementação do Processo Clínico Electrónico e módulos associados, o Circuito Electrónico do Medicamento no âmbito da actividade de ambulatório, o E-Requisições, o novo Portal Interno, a continuidade do desenvolvimento e implementação em parceria com a ACSS do Módulo do SAPE para a Consulta Externa e Hospital de Dia, o início do projecto do Sistema de Apoio à Decisão (projecto de BI), o apoio na implementação da informatização do novo Centro de Cirurgia de Ambulatório, entre outros.

Da infra-estrutura computacional e de comunicação do CHP evidencia-se os 2400 postos de trabalho distribuídos pelas unidades, que proporcionam o acesso aos sistemas.

Em suma, em 2010 promovemos e coordenamos tarefas de formação inerentes à implementação de novas aplicações, aperfeiçoamento e reciclagem das existentes tanto das desenvolvidas internamente, como as adquiridas no mercado; Participamos, apoiamos e acompanhamos as implementações conducentes à informatização do Centro Hospitalar

Melhoria Contínua da Qualidade

O Centro Hospitalar do Porto, EPE tem implementadas várias metodologias de melhoria contínua da qualidade, as quais se conjugam visando a estruturação de um modelo organizativo que proporcione à gestão, aos profissionais, aos utentes e visitantes um conjunto de regras de funcionamento que garantam, ao nível da estrutura, dos processos e dos resultados as melhores soluções.

O Hospital de Santo António encontra-se Acreditado desde 2005 pelo CHKS, entidade Inglesa dedicada à acreditação de Hospitais, tendo sido celebrado em Maio de 2009 um contrato para implementação da Versão de 2006 de Manual Internacional de Acreditação de Hospitais. Esta Unidade foi objecto de Auditoria Externa entre 4 e 9 de Julho de 2010, tendo obtido conformidade em mais de 95% dos critérios em análise. Contudo, fruto da obtenção da apreciação de critério não cumprido ou com cumprimento parcial em algumas áreas consideradas como críticas, foi entendimento do CHKS realizar uma auditoria focalizada, tendente a avaliar a evolução dos critérios que obtiveram classificação de parcialmente ou não cumprido, a qual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2011.

Trata-se de um referencial criado especificamente para a área de prestação de cuidados de saúde, e incide sobre aspectos organizacionais, actuando sobre eles no sentido de estabelecer garantias de que a prática clínica decorre em condições de segurança para utentes, profissionais e visitantes.

A opção por um modelo de Acreditação Organizacional decorre da convicção de que só é possível garantir uma prática clínica segura, efectiva, equitativa e eficiente se a mesma se desenrolar num contexto organizado e seguro, onde os actores estão dotados de formação e instrumentos de actuação que lhes permitam, em qualquer circunstância, conduzir a actividade operacional em condições de segurança para os doentes, seus familiares e visitantes, e também para os profissionais. É um sistema de aplicação transversal e universal, pelo que se aplica a todas as áreas de actuação e todos os funcionários estão envolvidos e participam.

O DGQRHSS tem procurado instituir sistemas de trabalho que potenciem a melhor identificação e gestão de riscos, e a monitorização constante de áreas críticas. Nesse sentido, iniciou em 2010 a implementação de um modelo de notificação on-line de eventos, acessível informaticamente a todos os profissionais, e com um workflow que permite a investigação

dos factos e a monitorização de todo o processo quer pelos intervenientes na avaliação e definição de medidas correctivas, como pelo notificante. O processo é confidencial, anonimizado e não punitivo.

Paralelamente, e através da intervenção directa do Gabinete de Governação Clínica, foi feito um forte investimento na regularização e dinamização da Auditoria Sistemática ao Processo Clínico, como instrumento de identificação de oportunidades de melhoria, assentando a iniciativa no princípio “o que não está escrito não aconteceu”. Simultaneamente, e porque a informação tempestiva e fidedigna é instrumento essencial da melhoria contínua, disponibilizou-se às Direcções de Serviço o acesso ao IAMETRICS, instrumento on-line de benchmarking internacional ao nível de indicadores de qualidade clínica, para que com base na informação disponibilizada possam monitorizar os resultados obtidos e implementar medidas correctivas. Prosseguiu-se, durante o ano 2010 a colaboração com a Entidade Reguladora da Saúde no âmbito do Projecto SINAS, mantendo em pleno a avaliação no Serviço de Ortopedia e colaborando na aplicação da metodologia aos Serviços de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria - que iniciaram a sua avaliação em 2010 - e aos Serviços de Cardiologia e Neurologia, que iniciarão o projecto no decurso de 2011.

O GGC tem a responsabilidade da coordenação do sistema de notificação de eventos adversos na instituição. A cultura da notificação inerente à cultura da segurança da organização é desde há alguns anos uma ferramenta de análise e de aprendizagem que proporciona caminhos de melhoria contínua da qualidade, minimizando as consequências e prevenindo a ocorrência dos eventos o mais possível. A agilização do processo com a aquisição de um sistema de notificação *on line* proporcionará uma melhor eficácia do sistema de notificação.

De realçar, ainda, a realizada reestruturação dos Interlocutores do Departamento nos Serviços – InQS, Interlocutores para a Qualidade e Segurança - a quem está atribuída a missão de dinamizarem as matérias da gestão do risco, qualidade e segurança nos respectivos Serviços, e que funcionam como *longa manu* do Departamento. A estes Interlocutores, bem como a todos os profissionais, foi disponibilizado na Intranet o acesso ao Manual de Políticas e Procedimentos, instrumento de divulgação da boa prática a observar na instituição.

Ao nível da Gestão de Risco Geral, não pode deixar de referir-se a revisão do Plano de Emergência Interno (PEI) do HSA e a elaboração dos PEI's da Maternidade Júlio Dinis e do

Hospital Maria Pia, para além da estruturação e implementação de uma rede integrada de Videovigilância.

Uma nota final para a preocupação institucional com o desenvolvimento e bem-estar no trabalho dos seus profissionais, evidenciada no volume de formação obrigatória ministrada e na realização de um inquérito ao Clima Organizacional, tendente a avaliar a situação existente e a instituir medidas de melhoria entendidas como pertinentes.

Paralelamente, há um conjunto de 12 Serviços com implementação da Certificação ISO, que é uma metodologia de Gestão por Objectivos e que se tem revelado de extrema eficácia enquanto modelo de desenvolvimento dos serviços, contando com a base organizacional proporcionada pela Acreditação Internacional. Encontram-se certificados os serviços de Hematologia Clínica, Central de Esterilização, Serviço de Nefrologia, Hospital de Dia Polivalente, Serviços Hoteleiros, Serviço de Alimentação e Dietética – certificação segundo o Codex Alimentarius - Serviço de Urgência, Corelab e o Programa de Transplantação de Córnea. Encontram-se em fase de preparação dos processos ou a aguardar Auditoria Externa de Concessão o Centro de Procriação Medicamente Assistida, os Serviços Farmacêuticos e o Laboratório de Microbiologia.

Apesar de se reconhecer o benefício dos processos de certificação, não só para os Serviços directamente envolvidos mas também para aqueles que, no âmbito da instituição funcionam como seus fornecedores ou clientes internos, no futuro, o desenvolvimento da Certificação, através do seu alargamento a novos Serviços, dependerá sempre de um de dois critérios de admissibilidade: a) a sua determinação legal ou b) a sua necessidade contratual, face à eventual prestação de Serviços Externos por parte de algum Serviço do Hospital.

O CHP tem ainda implementados/ em implementação vários projectos Lean: na Consulta Externa – LinCE; no Bloco Operatório – LeanOR –e nos Serviços Farmacêuticos - EOSFarma.

As iniciativas descritas consubstanciam a estratégia de melhoria contínua da qualidade assente na participação de todos os profissionais, e na auscultação dos utentes, tendo em vista alcançar a **Excelência Operacional**.

5.9 - Evolução dos Principais Indicadores Económico-Financeiros

Desempenho Económico e Execução Orçamental

O resultado líquido gerado no exercício de 2010, apesar de negativo em 16,6 M€, representa uma situação favorável face à meta orçamental de -19,2 M€ e uma melhoria substancial (cerca de 50%) comparativamente ao resultado líquido negativo de 33,4 M€ obtido em 2009. A execução orçamental positiva foi conseguida através do efeito conjugado da execução dos proveitos que superaram os orçamentados em 5,8 M€, e dos custos que ultrapassaram os previstos em 3,3 M€.

Refira-se que, as dotações orçamentais de consumos e fornecimentos e serviços externos incluíam uma redução global de 3,7 M€, face ao realizado em 2009.

No que respeita ao desempenho económico, o exercício de 2010 registou contenção generalizada nos custos e uma obtenção de ganhos muito significativa, nomeadamente nos proveitos operacionais, conforme se pode verificar através do quadro seguinte:

Rubricas	Realizado 2010	Realizado 2009	Variação 09/10
CMVMC	91.449.150	91.457.972	0,0%
Fornecimento e serviços externos	28.151.461	28.225.921	-0,3%
Custos com pessoal	141.628.560	141.845.158	-0,2%
Outros custos	10.435.679	12.188.306	-14,4%
Total Custos	271.664.850	273.717.357	-0,7%
Prestações de serviços	235.483.553	224.222.557	5,0%
Outros proveitos	19.544.026	16.129.748	21,2%
Total Proveitos	255.027.579	240.352.305	6,1%
Resultado Operacional	-19.350.856	-33.438.448	-42,1%
Resultado Líquido	-16.637.271	-33.365.052	-50,1%

Merece especial referência o acréscimo de 11,3 M€ nas prestações de serviços, decorrente não só de aumento da produção, mas também de incentivos institucionais obtidos em consequência do cumprimento dos objectivos fixados em sede de contrato programa.

As variações favoráveis verificadas nos indicadores de rentabilidade dos capitais próprios e EBITDA, que passaram de -70% e -26,9 M€ para -43% e -13,3 M€, respectivamente, são igualmente indiciadoras da melhoria registada no desempenho económico.

Situação Económico-Financeira

O quadro abaixo mostra, de forma agregada, a estrutura dos balanços de 2009 e 2010, bem como as variações patrimoniais registadas ao longo deste exercício.

Rubricas	31-12-2010	31-12-2009	Var 09/10
Imobilizado líquido	52.263.472	45.121.286	15,8%
Activo circulante	74.494.783	61.956.381	20,2%
Acréscimos e diferimentos	23.901.991	18.072.730	32,3%
Total Activo	150.660.246	125.150.397	20,4%
Fundos Próprios	38.555.345	53.427.281	-27,8%
Provisões para riscos e encargos	1.168.204	1.302.345	-10,3%
Dívidas a terceiros WL prazo	73.073	353.744	-79,3%
Dívidas a terceiros CP	88.502.441	47.655.825	85,7%
Acréscimos e diferimentos	22.361.183	22.411.202	-0,2%
Total Passivo	112.104.901	71.723.116	56,3%
Total Fundos Próprios e Passivo	150.660.246	125.150.397	20,4%

Os fundos próprios têm registado uma degradação progressiva em consequência dos resultados líquidos negativos acumulados nos últimos anos, representando em 31.12.2010, apenas 27% do capital estatutário.

Há a considerar, no entanto, o facto de a Tutela ter realizado neste exercício, apenas 1,4 M€ dos 14,6 M€ previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º116/2008.

As dívidas de terceiros e os acréscimos de proveitos aumentaram globalmente 17,9 M€ e representam quase exclusivamente créditos sobre Instituições do Ministério da Saúde, designadamente da ACSS e das ARS's.

O agravamento verificado nas condições de cobrança tem-se reflectido nos pagamentos a fornecedores, cujos saldos aumentaram cerca de 40 M€, atingindo 84 M€ em 31.12.2010.

As alterações registadas na estrutura financeira da Instituição, começam assim a dificultar a sua capacidade para solver os compromissos de curto prazo, como melhor se pode alcançar da análise dos indicadores económico-financeiros a seguir apresentados.

Indicadores	2010	2009
Autonomia Financeira	26%	43%
Solvabilidade	34%	74%
Endividamento	74%	57%
Liquidez geral	0,84	1,30
Liquidez reduzida	0,73	1,10
Rentabilidade dos capitais próprios	-43%	-62%
EBITDA	-13,3 M€	-26,9 M€
PMP (RCM n.º 34/2008)	205 dias	104 dias

O grau de autonomia financeira diminuiu de 43% para 26% e consequentemente o endividamento aumentou em 17 pontos percentuais, ou seja, os activos do CHP são agora financiados em 74% por capitais alheios (dívida a fornecedores), contra os 57% em 2009. Também o grau de solvabilidade que em 31.12.2009 era de 74%, situa-se agora nos 34% apenas.

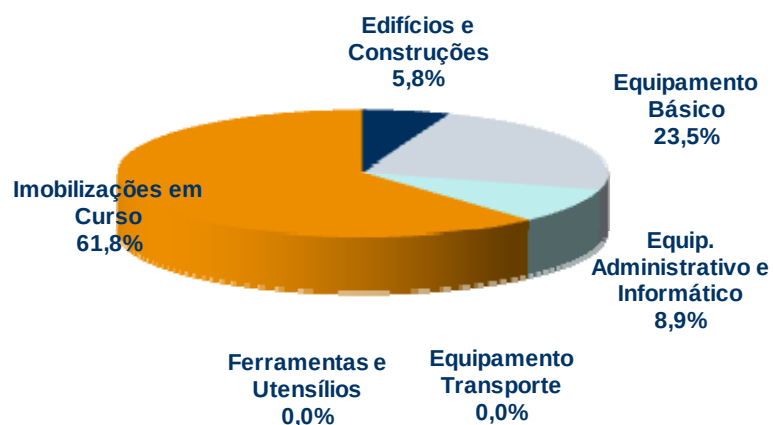
Os indicadores de liquidez revelam igualmente uma tendência de evolução negativa, com a liquidez geral e liquidez reduzida a passarem de 1,3 e 1,1 para 0,8 e 0,7, respectivamente.

A insuficiência de meios líquidos, provocada essencialmente pela dificuldade de cobrança das dívidas avultadas do Ministério da Saúde, tem contribuído de forma decisiva para o agravamento do prazo médio de pagamento a fornecedores, que passou de 104 dias em 31.12.2009 para 205 dias em 31.12.2010, impossibilitando o cumprimento do objectivo de redução deste indicador, conforme estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro.

5.10 - Investimentos

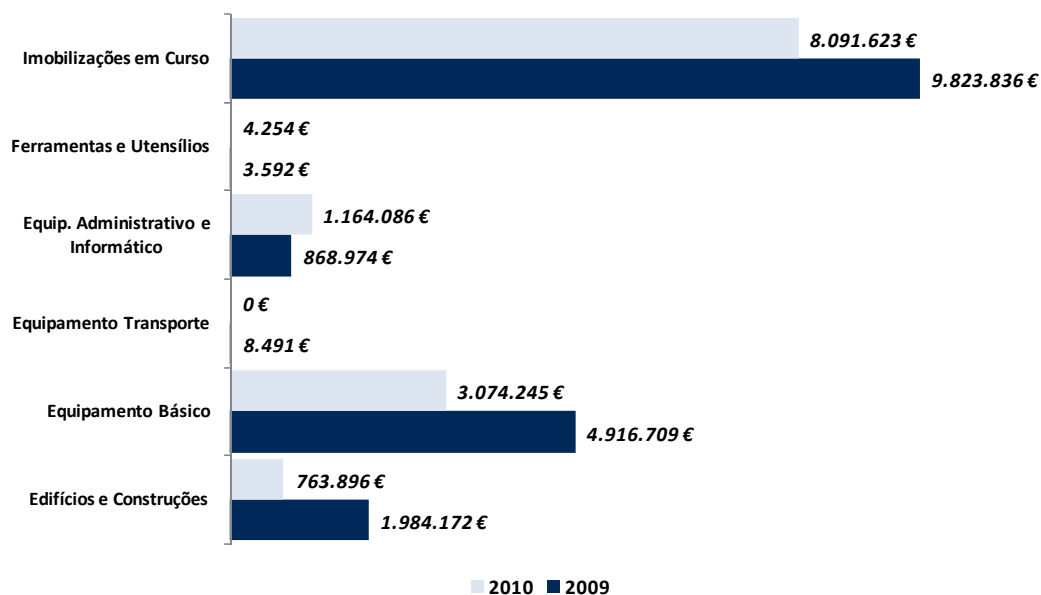
O montante global de investimento bruto ascendeu, em 2010, a um valor de 13.098.104 €.

Estrutura do investimento realizado



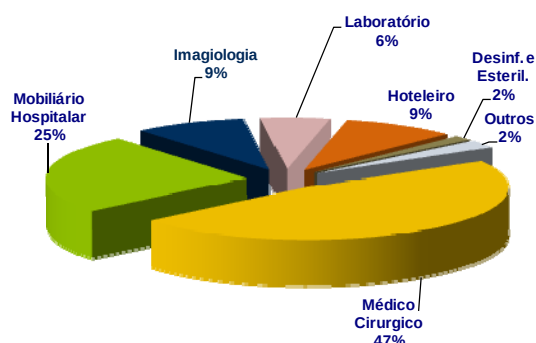
Do valor total investido, 62% respeita a Imobilizações em Curso, 23,5% a equipamento Básico e 9%% a Equipamento Administrativo e Informático.

Investimento por rubrica (2009-2010)



A estrutura do investimento reflecte o esforço de construção de novas infra-estruturas, remodelação das existentes e reorganização de serviços. A construção do Centro de Cirurgia Ambulatório, a modernização dos edifícios Neoclássico do Santo António, da Maternidade Júlio Dinis e a beneficiação das instalações do Hospital Maria Pia, bem como as imobilizações em curso e edifícios e outras construções, têm um peso bastante significativo no investimento do ano.

Por seu turno, o investimento em equipamento básico ascendeu a 3 milhões de euros e o equipamento administrativo e informático cifrou-se em cerca de 1,16 milhões, denotando a preocupação do CHP na actualização dos seus meios técnicos.



Do total investido em equipamento básico, 47% respeitam a equipamento médico-cirúrgico, 25% a mobiliário hospitalar, 9% a equipamento de imagiologia, sendo que o restante equipamento básico representam 19% do valor investido.

Comparando com o ano anterior e com o valor previsto, observa-se uma diminuição face a 2009 na ordem dos 26% e uma taxa de realização global de 31%.

Rubrica	Realizado			Contratualizado	
	2009	2010	Variação	Contr. 2010	Tx. Realização 2010
Edifícios e Construções	1.984.172 €	763.896 €	-62%	3.547.100 €	22%
Equipamento Básico	4.916.709 €	3.074.245 €	-37%	9.088.550 €	34%
Equipamento Transporte	8.491 €	0 €	-100%		-
Equip. Administrativo e Informático	868.974 €	1.164.086 €	34%	7.341.950 €	16%
Ferramentas e Utensílios	3.592 €	4.254 €	18%		-
Imobilizações em Curso	9.823.836 €	8.091.623 €	-18%	22.011.000 €	37%
Total	17.605.774 €	13.098.104 €	-26%	41.988.600 €	31%

No entanto, nas rubricas edifícios e outras construções e equipamento administrativo e informático, o valor investido foi superior às metas definidas.

O valor das imobilizações em curso duplicou em 2009. O investimento em equipamento básico teve também um aumento muito significativo de 2008 para 2009. Por outro lado, verificou-se uma diminuição de aproximadamente 2 milhões de euros na rubrica de edifícios e outras construções.

O valor das imobilizações em curso reflecte um desfasamento temporal na execução dos investimentos face ao previsto, em especial na construção do Centro de Cirurgia Ambulatório.

No quadro seguinte estão representados os dez equipamentos com maior peso no total de investimento em 2010. A maior fatia do investimento foi canalizada para equipamentos de imagem e médico-cirúrgicos específicos, salientando-se também o equipamento informático (*hardware* e *software*).

Equipamento	Quantidade	Valor Total
VENTILADOR	15	417.674 €
PROGRAMA	17	298.858 €
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	5	183.482 €
ECOGRAFO	4	180.295 €
LASER CIRURGICO	1	179.685 €
CARRO DE UNIDOSE	49	163.815 €
CANDEEIRO DE OBSERVAÇÃO DE DOENTES	16	129.427 €
BRAÇO PENDENTE DE ANESTESIA	13	116.509 €
HARDWARE	19	112.199 €
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO P/ DOENTES	1	111.804 €
Sub-Total		1.893.748 €
% no Total do Investimento em Equipamento*		45%
% no Total do Investimento		14%

* Equipamento Básico, de Transporte, Administrativo e Informático e Ferramentas e Utensílios

6 - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2011

Objectivos e linhas estratégicas:

O Centro Hospitalar do Porto vive, desde a sua criação, uma situação de deficit estrutural que condiciona o seu desenvolvimento e, consequentemente, a sua capacidade de afirmação no contexto hospitalar da região norte.

Estes resultados desfavoráveis, de grande dimensão, vêm contribuindo para depauperar os seus capitais próprios, conduzindo rapidamente, se não forem invertidos, a enormes dificuldades no cumprimento das suas responsabilidades para com terceiros. Sublinhe-se que, parte substancial desse deficit, cerca de 10 milhões de euros, corresponde a encargos com pensões, resultantes da nacionalização do Hospital de Santo António e da responsabilidade contratual então assumida de pagamento das pensões dos funcionários integrados, que não têm nenhuma ligação com a actividade do Centro, que tornam a comparação da sua performance com outras instituições muito penalizante e que o prejudicam fortemente do ponto de vista financeiro.

Considerando as dificuldades descritas que impunham claramente a necessidade de alterar o rumo dos acontecimentos, reposicionando o CHP, face à crescente capacidade competitiva dos seus pares e à alteração das suas áreas de procura tradicionais, iniciou-se um processo de revisão da estratégia da Instituição. Na sequência desse processo, definiram-se para os cinco pilares em que assenta a visão estabelecida para o período 2011/2013 – excelência clínica, qualidade do serviço prestado, sustentabilidade financeira, inovação e desenvolvimento das pessoas, os seguintes objectivos estratégicos:

- A. **Qualidade:** melhoria continuada em todos os indicadores (mortalidade, readmissões, cesarianas, infecções, úlceras de pressão, quedas e acidentes com doentes) e acreditação de todas as unidades hospitalares, para que o CHP esteja em 2013 claramente melhor que os hospitais semelhantes;

- B. **Serviço:** i) aumento da satisfação de doentes (global, em todas as áreas de produção final; com tempo de resposta) que coloquem o CHP acima da média dos hospitais semelhantes; ii) satisfação de médicos referenciadores (CSP, HH) claramente melhor que HH semelhantes.
- C. **Sustentabilidade:** dar sustentabilidade ao CHP com: i) resultado operacional positivo em 2012 e 2013; ii) aumento médio no ambulatório programado global acima de 20%, com ganho de mercado face aos hospitais da área do Porto; iii) redução do internamento em 5%, com diminuição da demora média para 6,5 em 2013 – acompanhado de aumento de ICM superior a 10%; iv) custo unitário total inferior à média dos HH semelhantes em todas as áreas de produção final em 2013;
- D. **Desenvolvimento de profissionais:** aumento de satisfação acima de 25% (satisfação global, retenção, faltas por doença, horas de formação);
- E. **Inovação:** 20% profissionais envolvidos em programas de melhoria (MCQ, redução desperdício); 3 parcerias estabelecidas, nacional e internacionalmente (cuidados, ensino, investigação, gestão); comparação sistemática de performance ou *benchmarking* em todos os Departamentos; 20% GDH's com protocolo clínico.

Para a concretização dos objectivos descritos, identificaram-se as seguintes actividades e melhorias:

1- Novas actividades, grandes modificações e expansões

- 1.1. Centro de Radioterapia (contrato em parceria).
- 1.2. Criação de Serviço de psiquiatria (consulta externa, hospital de dia e internamento) que sirva o concelho de Gondomar.
- 1.3. Criação das seguintes unidades multidisciplinares: patologia da mama; cólon-rectal; centro de desenvolvimento da criança e da adolescência.
- 1.4. Criação de um Serviço domiciliário, organizado em rede com as equipas de Cuidados de Saúde Primários, Cuidados Continuados e cuidados sociais, para substituir internamento e com apoio diferenciado em áreas específicas.

- 1.5. Parcerias para a criação de *walk-in clinic* fora das instalações do CHP e para Cuidados Continuados Integrados (acordo com prestador e integração na Rede Nacional de Cuidados Continuados).
- 1.6. Venda de análises para o SNS e novos serviços comerciais (farmácia e oculista, banco, bar na entrada do edifício neoclássico, exploração do parque do Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório).
- 1.7. Expansão da capacidade de diálise de adultos.
- 1.8. Aumento de capacidade em áreas nevrálgicas: meios de diagnóstico (investir e reorganizar para reduzir tempo de resposta, nomeadamente em radiologia e gastroenterologia); oncologia médica e reorganização do internamento; hospital de dia; infecciosas e pneumologia; apoio de cirurgia cardiorácica; banco nacional de gâmetas.

2- Melhorias substanciais

- 2.1. Parcerias internacionais globais (ensino, investigação clínica, gestão e cuidados) com cidades da EU e CPLP.
- 2.2. Centralização com flexibilidade do BOC do HGSA e da patologia clínica.
- 2.3. Redução substancial das despesas de estrutura e melhoria significativa da logística (SF, SA, SIE).
- 2.4. Gestão da doença crónica em coordenação com os restantes níveis de cuidados, incluindo a prevenção, o ensino e a implementação de protocolos conjuntos de cuidados.
- 2.5. Explorar ao máximo as capacidades existentes no ambulatório programado, em especial no CICA.
- 2.6. Programas de melhoria da demora média, de redução de desperdício, de comparação ou *benchmarking* e de melhoria da qualidade em todas as Unidades de gestão intermédia.
- 2.7. Implementação de novas políticas de pessoal.
- 2.8. Medidas diversas para melhoria da eficiência e eficácia globais.

Com base nas acções descritas, pretende-se que o CHP volte a ter um percurso consolidado de sustentabilidade financeira que lhe permita encarar os próximos desafios, em particular as construções do Centro Materno Infantil do Norte e do Centro de Radioterapia, sem grandes

constrangimentos. Os resultados de 2010 e as projecções para os anos de 2011 e 2012, apontam claramente nessa direcção.

Evolução Operacional para 2011 (Centro Hospitalar)

De seguida, apresentam-se as projecções da actividade do Centro Hospitalar, tendo em conta a última negociação com a ARS Norte, estando no entanto estes valores previstos condicionados à assinatura do Contrato Programa.



Para o Internamento está previsto um crescimento de 0,7% em Doentes Equivalentes.

A Cirurgia de Ambulatório terá um crescimento previsto de 30,5%, com a entrada em funcionamento do Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório.

Estima-se um crescimento para a Consulta de 13% motivado principalmente pelas primeiras consultas como forma de garantia de melhor acesso dos utentes aos cuidados de saúde.

A urgência manterá níveis de produção idênticos a 2010, pressupondo uma política de racionalização de cuidados via Urgência Hospitalar.

A variação ao nível do Hospital Dia será positiva (5%). Relativamente ao ambulatório médico, prevê-se a manutenção do nível de produção atingido em 2010.

Seguidamente apresenta-se um quadro com alguns dos indicadores a constar do Contrato Programa para 2011:

		2009	2010	2011 (Previsto)
Qualidade e Serviço	Taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias	1,57%	2,27% *	2,40%
	Percentagem de partos por cesariana	43,00%	38,11%	35,00%
Acesso	Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	23,97%	25,42%	26,00%
Desempenho Assistencial	Peso da Cirurgia de Ambulatório no total de cirurgias programadas	53,50%	56,18%	55,00%
	Demora Média (dias)	6,96	6,98	6,90
Outros Objectivos regionais	Tempo Máximo de Espera para Cirurgia	-	-	<12 meses
	Tempo Máximo de Espera para 1ª Consulta	-	-	< 335 dias

* Dados referentes a Setembro

Da análise das metas definidas, perspectiva-se o seguinte:

A percentagem de primeiras consultas no total prevista para 2011 ficará ligeiramente acima da atingida em 2010.

Relativamente ao peso da Cirurgia de Ambulatório no total da Cirurgia Programada, para 2011 perspectiva-se um valor ligeiramente inferior ao de 2010, com a entrada em funcionamento do Centro Integrado da Cirurgia de Ambulatório.

Para o Internamento foi proposta uma Demora Média de 6,9 dias. É um valor inferior ao de 2010, apesar da transferência de actividade cirúrgica de menor complexidade para ambulatório.

Os tempos máximos de espera quer para cirurgia foram definidos no limite máximo de um ano. No caso da consulta, o limite foi definido nos 335 dias.

A taxa de cesarianas será inferior à de 2010 e significativamente inferior à de 2009.

O quadro da página seguinte espelha a produção total e SNS prevista para 2011 para o Centro Hospitalar (podendo a mesma ser sujeita a alterações decorrentes da assinatura final do Contrato Programa).

Actividades	Produção Total Prevista	Produção SNS Prevista	%Doentes SNS
1. Consultas Externas			
Nº Total Consultas Médicas	607.141	595.946	98,16%
Primeiras Consultas	157.393	154.946	98,45%
Consultas Subsequentes	449.748	441.000	98,05%
2. Internamento			
Doentes Saídos - Agudos (Base Dados GDH)	36.746	35.230	95,87%
GDH Médicos	20.003	19.794	98,96%
GDH Cirúrgicos	16.743	15.436	92,19%
Programados	11.272	9.978	88,52%
Urgentes	5.471	5.458	99,76%
Doentes Crónicos			
Doentes Medicina Física e Reabilitação	130	128	98,46%
Nº Dias de Internamento dos Doentes Crónicos			
Doentes Medicina Física e Reabilitação	4.201	4.147	98,71%
3. Urgência			
Total de Atendimentos (Total)	148.307	142.298	95,95%
N.º de Atendimentos (sem Internamento)	131.133	125.818	95,95%
4. Sessões em Hospital de Dia			
Total de Sessões de Hdia ⁽¹⁾	25.536	23.386	91,58%
Hematologia	4.703	4.622	98,28%
Imuno-hemoterapia			
Infecciologia	200	200	100,00%
Psiquiatria	1.490	1.490	100,00%
Pediatria	931	812	87,22%
Pneumologia			
Oncologia	3.855	3.361	87,19%
Outros	8.889	7.749	87,18%
Hemodiálise	5.468	5.152	94,22%
Diálise Peritoneal	84	79	94,05%
5. GDH de Ambulatório			
GDH Médicos ⁽²⁾	8.635	8.283	95,92%
GDH Cirúrgicos	19.440	17.500	90,02%
6. Programas de Saúde			
Diagnóstico Pré-Natal	3.844	3.844	100,00%
Diagnóstico Pré-Natal - Nº Protocolos I	1.362	1.362	100,00%
Diagnóstico Pré-Natal - Nº Protocolos II	2.482	2.482	100,00%
HIV/Sida	80	78	97,50%
HIV/Sida - Nº Doentes em TAR ⁽³⁾	31	30	96,77%
HIV/Sida - Doentes Transitados ⁽⁴⁾	49	48	97,96%
IG até 10 semanas	1.093	1.093	100,00%
IG até 10 semanas - Nº IG Medicamentosa em Amb.	1.087	1.087	100,00%
IG até 10 semanas - Nº IG Cirúrgica em Amb.	6	6	100,00%
Tratamento Cirúrgico da Obesidade			
Nº Doentes com Pré-Avaliação e Cirurgia Bariátrica - Cirurgia de Banda Gástrica	20	20	100,00%
Nº Doentes com Pré-Avaliação e Cirurgia Bariátrica - Cirurgia de Bypass Gástrica	80	80	100,00%
Nº Doentes no 1º ano de Follow up - Cirurgia de Banda Gástrica	25	25	100,00%
Nº Doentes no 1º ano de Follow up - Cirurgia de Bypass Gástrica	75	75	100,00%
Nº Doentes no 2º ano de Follow up - Cirurgia de Banda Gástrica			
Nº Doentes no 2º ano de Follow up - Cirurgia de Bypass Gástrica			
7. Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade			
N.º Consultas de Apoio à Fertilidade	510	510	100,00%
N.º Induções Ováricas	50	50	100,00%
N.º Inseminações Intra-Uterinas	80	80	100,00%
N.º Fertilizações In Vitro	150	150	100,00%
N.º Injecções Intra-Citoplasmáticas de Espermatozoides	250	250	100,00%
N.º Injecções Intra-Citoplasmáticas de Espermatozoides recolhidos cirurgicamente	40	40	100,00%

Notas:

(1) Nas sessões de Hospital de Dia estão a ser deduzidas as sessões de GDH Médicos relativos a Quimioterapia.

(2) Nos GDH's Médicos de Ambulatório está a ser deduzido o GDH 317 referente a Nefrologia.

(3) Diz respeito aos novos doentes, que se prevê iniciarem tratamento durante o ano 2011.

(4) Doentes em tratamento, para os quais se prevê a sua continuidade.

7- GOVERNO DA SOCIEDADE

7.1 – Missão, Objectivos e políticas da empresa

Já referenciado no ponto 2.6 do relatório.

7.2 – Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita

Foi aprovado pela tutela no ano de 2008 o Regulamento Interno do Centro Hospitalar do Porto que passou a reger a actividade do mesmo a partir de então. Esse mesmo regulamento encontra-se disponível no site www.chporto.pt. Existem ainda diversos regulamentos internos de funcionamento dos Departamentos e Serviços, alguns dos quais, dada a nova realidade, estão ainda em fase de revisão para aprovação posterior pelo Conselho de Administração. Também existem documentos que formalizam procedimentos específicos. Em particular na unidade do Hospital Santo António existe o manual de políticas e procedimentos enquadrado no processo de acreditação de qualidade, cuja extensão às outras unidades se vai fazendo de forma gradual. Como informação suporte ao sistema de Controlo Interno existe para o CHP um conjunto de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos nas seguintes áreas: Produção, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Contas a Receber, Gestão de Contas Pagar, Gestão de Compras, Logística e Farmácia, Gestão de Imobilizado, Gestão de Tesouraria e Contabilidade Geral, Orçamental e Analítica.

7.3 – Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

Nada a assinalar.

7.4 - Informação sobre outras transacções

Em regulamento próprio sobre a aquisição de bens e serviços para o CHP.

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€):

Fornecedor	Valor €
ITAU - Instituto Técnico Alimentação Humana	2 465 982,15
SUCH - Serv. Utilização Comum dos Hospitais	1 957 210,92
EDP	1 767 169,79

7.5 - Identificação do modelo de Governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Nos termos do DL 233/2005, actualizado pelo DL 326/2007, e artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, a administração e fiscalização está estruturada segundo a seguinte modalidade:

Conselho de Administração

Fiscal Único

Mandato 2009/2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente Vice-Presidente Secretário Presidente Director Clínico Enfermeiro Director Vogal (1) Vogal (2) Vogal (3) Vogal (4)	Mesa da Assembleia Geral Não aplicável Pedro de Brito Esteves Paulo Jorge Barbosa Carvalho Alfredo Eduardo Argulho Alves Luís Carlos Martins Delgado (3) José Alberto Oliveira Castro Peixoto Carlos Alberto Couto Silva (4) Ana Paula Rodrigues Neno da Silva de Vasconcelos Guimarães	Despacho Ministerial nº 19801/2009	2009/2011
Efectivo Suplente	Fiscal Único MGI & Associados, SROC n.º 78, representada por Dr. Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão ROC n.º 686. Pedro Leandro E António Belém, SROC, representada por Pedro Manuel da Silva Leandro ROC n.º 392	Desp.MEF nº 9731/2010 de 21'Maio	2010/2012

(3) Em funções até 30.06.2009

(4) Em funções até 30.09.2009

Funções e Responsabilidades

Nos termos dos artigos 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do art.º 7º do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro e no uso das faculdades conferidas pelo despacho nº 32432/2008, de 10 de Dezembro, da Ministra da Saúde, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 245, de 19 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto delega e subdelega nos seus membros as seguintes competências:

Presidente do Conselho de Administração – Dr. Pedro Esteves

- 1. Determinar as medidas adequadas, se for caso disso, sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos utentes.*
- 2. Assegurar a regularidade da cobrança das dívidas e autorizar a realização e o pagamento da despesa do Centro Hospitalar do Porto.*
- 3. Propor a estruturação dos serviços de acção médica em centros de responsabilidade e assegurar a sua gestão e funcionamento em colaboração com os restantes administradores e direcções técnicas do Centro Hospitalar do Porto.*
- 4. Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração.*
- 5. Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço nº 1/2007, do Conselho de Administração.*
- 6. Assumir a responsabilidade hierárquica e funcional dos Serviços Financeiros, Informação de Gestão, Sistemas de Informação, Farmacêuticos e de Instalações e Equipamentos.*
- 7. Elaborar os planos de actividade e os orçamentos anuais e plurianuais a submeter à apreciação do Conselho de Administração e subsequente aprovação pela Tutela.*
- 8. Assinar os termos de responsabilidade relativos às deslocações de utentes a outras Unidades de Saúde para realização de exames ou tratamento.*
- 9. Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 5.000,00.*
- 10. As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

*Vogal do Conselho de Administração – Dr. José Alberto Peixoto**1. No âmbito da gestão interna dos recursos humanos:*

- a) Autorizar o trabalho a tempo parcial e em semana de quatro dias, de acordo com o legalmente estabelecido;*
- b) Fixar os horários de trabalho;*
- c) Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração;*
- d) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados;*
- e) Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 1/2007, do Conselho de Administração;*
- f) Justificar ou injustificar faltas;*
- g) Autorizar os trabalhadores a comparecer em juízo quando requisitados nos termos da lei de processo;*
- h) Autorizar a inscrição e a participação do pessoal em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram em território nacional, quando importem custos para o serviço, e fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde, bem como a inscrição e participação em estágios;*
- i) Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no país ou no estrangeiro;*
- j) Autorizar a integração em júris de concurso em outras instituições;*
- k) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do n.º 6 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e respectivo processamento;*
- l) Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os funcionários, agentes ou contratados tenham direito;*
- m) Autorizar deslocações em serviço do pessoal, qualquer que seja o meio de transporte, bem como, o processamento dos respectivos abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;*
- n) Nomear, promover e exonerar pessoal com vínculo à administração pública;*
- o) Celebrar, prorrogar, renovar e rescindir contratos de pessoal, a termo certo ou incerto, praticando os actos resultantes da caducidade ou revogação dos mesmos;*
- p) Homologar as classificações de serviço de todo o pessoal;*
- q) Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo nos casos de aposentação compulsiva, e, em geral, de todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço;*
- r) Promover a verificação domiciliária de doença, nos termos dos artigos 33º, 34º e 35º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;*

- s) *Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36º, 37º e 39º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;*
 - t) *Autorizar os pedidos de apresentação a junta médica da Caixa Geral de Aposentações;*
 - u) *Autorizar a licença sem vencimento de longa duração;*
 - v) *Confirmar as condições legais de progressão dos funcionários e agentes e autorizar os abonos daí decorrentes;*
 - w) *Decidir dos pedidos de concessão do estatuto de trabalhador estudante;*
 - x) *Autorizar o gozo e a acumulação de férias;*
 - y) *Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no processo individual dos funcionários, agentes e contratados, bem como a restituição de documentos aos interessados;*
 - z) *Assinar a correspondência ou expediente necessário à execução das decisões proferidas nos processos relativos a assuntos de pessoal, bem como, autorizar publicações na imprensa diária e no Diário da República.*
2. *No âmbito do aprovisionamento:*
- a) *Autorizar as despesas com empreitadas de obras até ao montante de € 500.000,00;*
 - b) *Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 206.000,00 (excluindo as compras pelo catálogo da ACSS);*
 - c) *Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos termos legalmente previstos;*
 - d) *Nomear comissões de análise e delegar a competência para proceder à audiência prévia.*
3. *Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos centros de responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.*
4. *Assumir a responsabilidade hierárquica e funcional dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Aprovisionamento, Gestão de Doentes e Gabinete Jurídico.*
5. *As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

Vogal do Conselho de Administração – Drª Paula Guimarães

- 1. *Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos Centros de Responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.*
- 2. *Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração.*
- 3. *Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do*

respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 1/2007, do Conselho de Administração.

- 4. Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 5.000,00.*
- 5. As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

Director Clínico – Dr. Paulo Barbosa

- 1. Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração.*
- 2. Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 1/2007, do Conselho de Administração.*
- 3. Autorizar estágios curriculares protocolados e estágios individuais e voluntários ao pessoal médico ou técnico.*
- 4. Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 5.000,00.*
- 5. Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos centros de responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.*
- 6. As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

Enfermeiro-Director – Enf. Eduardo Alves

- 1. Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração;*
- 2. Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 1/2007, do Conselho de Administração.*
- 3. Autorizar estágios curriculares protocolados e estágios individuais e voluntários ao pessoal de enfermagem.*
- 4. Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 5.000,00.*
- 5. Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos centros de responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o*

acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.

- 6. Assumir a responsabilidade hierárquica e funcional dos Serviços Hoteleiros, Serviços Sociais do Pessoal e Serviços de Assistência Religiosa.*
- 7. As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

As presentes competências produziram efeitos desde 1 Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos anteriormente praticados no âmbito das competências definidas.

Órgão de Fiscalização:

Competências estabelecidas no art.º 16º do Anexo II dos Estatutos do Hospital Geral de Santo António publicados no Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e posteriormente actualizados pelo Decreto-Lei nº 326/2007 de 28 de Setembro.

7.6- Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Estatuto remuneratório fixado

Mandato 2009/2011

Conselho de Administração - Estatuto de Gestor Público

Cargos	Remuneração
Presidente	6.178,31 €
Vogal executivo	5.285,25 €

Fixado pelo Despacho do SETF e SES, de 11 de Fevereiro de 2011

Fiscal Único

Remuneração do fiscal único de acordo com o n.º 2 do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 21 de Maio de 2010 – a remuneração anual ilíquida do fiscal único efectivo do Centro Hospitalar do Porto E. P. E., será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o conselho de administração deste hospital e o respectivo fiscal único, com o limite máximo equivalente a 25 % da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., nos termos do n.º 5 do artigo 15.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto -Lei n.º 326/2007, de 28 de Setembro, em harmonia com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (1.188€+IVA/Mês de Janeiro a Maio e de 1.128,73€+IVA/Mês de Junho a Dezembro, por aplicação da Lei 12A/2010).

	Unid: €
	2010
Remuneração	16.955

Remunerações de Janeiro a Dezembro de 2010

	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Director Clínico	Enfermeiro Director
	Dr. Pedro Esteves	Dra. Ana Paula Guimarães	Dr. Alberto Peixoto	Dr. Paulo Barbosa	Enf Eduardo Alves

1. Remuneração

1.1. Remuneração base/Fixa	57.031 €	50.448 €	50.448 €	50.448 €	50.448 €
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	1.915 €	1.471 €	1.471 €	1.471 €	1.471 €
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	55.115 €	48.977 €	48.977 €	48.977 €	48.977 €
1.4. Senha de presença					
1.6. Acumulação de funções de gestão					
1.7. Remuneração variável					
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)					

2. Outras regalias e compensações

2.1. Gastos na utilização de telefones*	427 €	280 €	412 €	142 €	96 €
2.2. Valor de aquisição/renda das viaturas de serviço					
2.3. Valor do combustível gasto com a viaturas de serviço	1.790 €	2.683 €	1.893 €	1.168 €	2.627 €
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição	978 €	935 €	939 €	948 €	974 €
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
2.6.1. Subsídio de Férias	4.753 €	4.204 €	4.204 €	4.204 €	4.204 €
2.6.1.1. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	238 €	210 €	210 €	210 €	210 €
2.6.2. Subsídio de Natal	4.753 €	4.204 €	4.204 €	4.204 €	4.204 €
2.6.2.1. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	238 €	210 €	210 €	210 €	210 €
2.6.3. Despesas de Representação	19.961 €	15.135 €	15.135 €	15.135 €	15.135 €

3. Encargos com benefícios sociais

3.1. Regime convencionado					
3.2. Seguros de saúde					
3.3. Seguros de vida					
3.4. Outros (identificar detalhadamente)					
3.4.1. Encargos com Saúde					308 €

4. Parque Automóvel

4.1 Marca	Volvo	Honda	Volkswagem	Volkswagem	Volkswagem
4.2 Modelo	V60	Accord	Passat	Passat	Golf
4.3 Matrícula	29-41-VX	19-GO-90	14-EZ-87	84-DJ-43	50-BS-56
4.4 Valor da viatura	6.563 €	25.008 €	21.510 €	18.904 €	12.684 €
4.5 N.º prestações	36				
4.6 Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	45.000 €	33.812 €	35.000 €	34.900 €	29.700 €
4.7 Ano de aquisição da viatura	2004	2008	2007	2007	2007
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.790 €	2.683 €	1.893 €	1.168 €	2.627 €

5. Informações Adicionais

5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)					
5.2. Regime convencionado					
5.2.1. Segurança social (s/n)					
5.2.2. Outro (s/n)					
5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço					
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)					
5.5. Outras (identificar detalhadamente)					

* O valor das comunicações é de 75€/mês, sendo o remanescente reposto nos Serviços Financeiros.

7.7 - Análise de Sustentabilidade da empresa

Os resultados conseguidos em 2010 que concretizam os ambiciosos objectivos estabelecidos para aquele ano, quer de produção, quer económicos, indicam claramente que as acções desenvolvidas no sentido de alcançar em 2011 o equilíbrio económico e a sustentabilidade financeira da Instituição, são correctas e capazes de resolver uma situação estrutural muito preocupante para o futuro do Centro Hospitalar do Porto.

A estratégia principal estabelecida, de deslocação crescente da produção, nomeadamente cirúrgica, para o ambulatório, com uma consequente diminuição da lotação do CHP, reservando o internamento para as situações de catástrofe, casuística de pouco volume que não possa ser resolvida em ambulatório e situações de diagnóstico intuitivo, é a única que permite adequar a oferta de recursos à diferenciação da procura. Esta reorganização da produção permitirá diminuir os elevados custos estruturais que se verificam na linha de produção internamento e dar uma resposta mais efectiva e oportuna às listas de espera existentes, considerando a maior capacidade produtiva instalada com a disponibilidade a partir do presente ano do novo Centro de Cirurgia de Ambulatório.

A sustentabilidade ambiental tem sido igualmente uma preocupação muito presente da gestão do Centro Hospitalar do Porto, como se verifica pela inclusão no seu Código de Ética de um ponto que refere especialmente a obrigatoriedade do respeito pelo ambiente, considerando que “os profissionais do CHP, E.P.E., no exercício da sua actividade devem promover uma utilização racional dos meios que são colocados à sua disposição de forma a evitar desperdícios e danos ambientais, promovendo a reutilização e reciclagem sempre que tal seja possível”.

Em simultâneo, têm sido desencadeadas uma série de acções com as quais se pretende promover a protecção do ambiente, donde se destacam:

- A Redução das quantidades produzidas na origem, o que é conseguido através de acções de formação, divulgação e sensibilização aos profissionais, posteriormente reforçadas e consolidadas através de acções de auditoria concretizadas pela Comissão

de Controlo de Infecção, pelo Gabinete de Higiene e Segurança e pelo Grupo de Triagem/ Auditorias aos Resíduos. No que diz respeito à gestão do papel, para promover a redução da utilização, durante o ano 2010 foi incluída nas resmas utilizadas pelos serviços informação sobre o custo global em que o CHP incorreu neste item no ano anterior.

- A existência de regras de gestão de resíduos, promovendo a sua reciclagem e reutilização, como acontece no caso do cartão, plásticos, vidro, tinteiros e tonners, pilhas e baterias, sucatas bem como lâmpadas fluorescentes. Estas regras, para além de evitarem os custos decorrentes do seu tratamento indiscriminado, proporcionam em alguns casos receitas ao CHP, e evitam a produção de dano ao ambiente.
- No que diz respeito aos resíduos contaminados, o seu encaminhamento é feito de forma a garantir a segurança no tratamento, e a utilização de técnicas menos onerosas ao ambiente, privilegiando o recurso à autoclavagem e reduzindo o encaminhamento para incineração aos casos de resíduos de incineração obrigatória.
- No que concerne aos resíduos líquidos, em caso algum a Rede Pública de Recolha é onerada com resíduos contaminados: alguns serviços vêm os seus efluentes líquidos encaminhados para a ETAR existente e, nos casos em que tal não é possível, os resíduos são contentorizados e posteriormente entregues a operador licenciado que acautele o seu tratamento e deposição final.
- A gestão da iluminação interior de áreas comuns é garantida de forma centralizada, ajustando-se à iluminação natural exterior, evitando-se desta forma consumos energéticos desnecessários decorrentes de incúria ou distração dos profissionais.
- Ao nível do aquecimento de águas, o mesmo é conseguido através do funcionamento de caldeira central, cuja reconversão permite o funcionamento por alimentação a gás natural, a partir de cuja rede se procede também ao aquecimento dos espaços interiores dos edifícios.
- Para promover a permanente melhoria do aproveitamento dos recursos energéticos, encontram-se em curso uma auditoria energética e uma auditoria hídrica, cujo objectivo é a identificação de oportunidades de melhoria e implementação de medidas que incrementem a racionalidade e eficiência no uso dos recursos e, em simultâneo e por consequência, a promoção da sustentabilidade ambiental.

Grau de concretização das metas fixadas

Desvios de Produção

Contrato Programa Ano 2010				
	Realizado 2010	Contratualizado 2010	Desvios (Abs)	Desvios (%)
Doentes Saídos de Internamento				
Episódios (Total)	36.521	34.233	2.288	6,7%
Doentes Operados Cir. Ambulatório				
Doentes Operados	14.767	13.510	1.257	9,3%
Urgência				
Episódios (Total)	143.028	149.129	-6.101	-4,1%
Sessões de Hdia				
Total de Hospital Dia	23.669	22.171	1.498	6,8%
Hematologia	4.632	4.289	343	8,0%
Oncologia	3.913	3.753	160	4,3%
Psiquiatria	1.643	1.419	224	15,8%
Hemodiálise	5.336	5.053	283	5,6%
Outros Hdia	8.145	7.657	488	6,4%
Consultas Médicas				
Total de consultas **	598.385	574.071	24.314	4,2%
1ªs Consultas	152.128	147.417	4.711	3,2%
Consultas Subsequentes	446.257	426.654	19.603	4,6%

* Nas sessões de Hospital de Dia estão a ser deduzidas as sessões de GDH Médicos relativos a Quimioterapia

** Inclui consultas de Interrupção de Gravidez

De acordo com a análise dos principais desvios da produção SNS, já mencionados no presente relatório, salienta-se o seguinte:

O cumprimento das metas estabelecidas no Contrato Programa para o total do Internamento. O desvio positivo de 6,7% aconteceu por via do aumento dos GDH's Cirúrgicos Urgentes.

Os valores do Hospital de Dia, independentemente da sua facturação ocorrer por GDH médico ou por sessão, ficaram acima do previsto em 6,8%, com destaque para os hospitais de dia de Psiquiatria (+15,8%) e de Hematologia (+8%).

A urgência registou um desvio negativo de 4,1%.

A Consulta Externa superou as metas previstas em 4,2%, sendo que as primeiras consultas aumentaram face ao previsto 3,2% e as subsequentes 4,6%.

Objectivos de Qualidade e Eficiência

		Objectivo		Realizado
Objectivos Institucionais Comuns	45%	Valor	Qualidade e Serviço	
		15% 611.672 €	A1 - Taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias	2,60%
		10% 407.781 €	A2 - Nº de profissionais envolvidos em programas de formação	20%
			Acesso	
		10% 407.781 €	B1 - Nº de doentes referenciados para a RNCC/Nº de Doentes saídos nas especialidades de Medicina Interna Cirurgia Geral e Ortopedia	3,00%
		15% 611.672 €	B2 -Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	25%
			Desempenho Assistencial	
		15% 611.672 €	C1- Peso da Cirurgia de Ambulatório no total de cirurgias programadas	55,00%
		10% 407.781 €	C2 - Demora Média (dias)*	6,90
			Desempenho Económico-Financeiro	
		10% 407.781 €	D1 - Custo Unitário por Doente Padrão (custo Operacional)	5.145 €
		15% 611.672 €	D2 - Resultado Operacional	-19.657.953
Objectivos Regionais	20%		Desempenho Económico-Financeiro	
		25% 453.090 €	E1 - Consumos	0%
		25% 453.090 €	E2 - FSE	0%
		25% 453.090 €	E3 - Custos com pessoal	1,3%
		25% 453.090 €	E4 - Compras	0,0%
			Outros objectivos Regionais	
		35% 1.110.071 €	F.1Tempo máximo de espera para cirurgia (meses)	< 12 meses
		35% 1.110.071 €	F.2 Tempo máximo de espera para 1ª consulta (dias)	< 365 dias
Objectivos Institucionais da Região	35%			
		30% 951.489 €	F.3 % Cesarianas	38,7%

* Dados relativos a Setembro

Do Contrato-Programa do Centro Hospitalar para 2010 consta um conjunto de objectivos de qualidade e eficiência. Do cumprimento desses objectivos estava pendente a atribuição de um incentivo no montante de 9.061.801€ e para o qual o hospital seria financiado na proporção do seu cumprimento.

À presente data aguarda-se validação desses objectivos por parte da ARS Norte. No entanto da avaliação dos mesmos elaborada pelo próprio Hospital, podemos constatar que:

O indicador relativo aos profissionais envolvidos nas áreas de controlo de infeção foi largamente superado, demonstrando o investimento que a Instituição tem efectuado nesta área.

Relativamente à taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias, apesar da última avaliação do indicador reportar a 30 de Setembro de 2010, podemos considerá-lo como cumprido.

No que respeita aos indicadores de acesso, foi cumprida a taxa de primeiras consultas. Relativamente aos doentes referenciados para a rede nacional de cuidados continuados, devido a algumas dificuldades de articulação com a rede, o indicador não foi cumprido.

Ao nível do desempenho assistencial, cumprimos o peso da cirurgia de ambulatório no total da cirurgia programada, indo de encontro ao que tem sido a orientação do CHP (em particular da unidade HSA) nesta área. Quanto à Demora Média, embora acima da meta estabelecida, enquadra-se no intervalo de 5%, pelo que prevê-se que seja considerada pela ARS como cumprida.

Relativamente aos indicadores económico financeiros – Consumos, Fornecimentos e Serviços Externos, Custos com Pessoal e Compras, foram integralmente cumpridos. O valor do Resultado Operacional situou-se abaixo do valor (negativo) previsto, pelo que está cumprido. Todavia, o Custo Unitário por Doente-Padrão ficou acima do previsto, embora dentro do intervalo de 5%, pelo que poderá ser considerado pela ARS como cumprido.

Quanto ao acesso, o objectivo relativo à lista de espera para consulta foi cumprido totalmente, sendo que o objectivo respeitante à lista de espera cirúrgica foi considerado como parcialmente cumprido pela ARS – o CHP, embora não tenha atingido o objectivo proposto, conseguiu uma redução do número de doentes em lista superior a 50%.

7.8 – Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios de Bom Governo, devidamente fundamentada.

Relativamente aos pontos da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março respeitantes a este domínio, gostaríamos de dizer o seguinte:

Anexo II – Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado

i) Missão, Objectivos e princípios gerais de actuação

7 - Como Hospital acreditado pelo Kings Fund, obedecemos a regras muito rigorosas de funcionamento, sendo que a divulgação está disponível no site do Hospital www.chporto.pt.

8 – O Plano de Actividades é discutido com a tutela e assinado anualmente.

9 – Há um tratamento de absoluta igualdade em termos de género (homens e mulheres), bem como obediência escrupulosa a regras de não discriminação religiosa, de orientações sexuais, de nacionalidade ou outras.

10 – A responsabilidade social do Hospital estende-se a vários domínios. Como exemplo desse facto, a integração de um invisual como telefonista, o protocolo com estabelecimentos prisionais para a integração de reclusos em práticas de trabalho, a disponibilização de computadores desactivados para instituições de cariz social (escuteiros, Cruz Vermelha, escolas, lares, etc.). Ao nível do desenvolvimento e investigação, está em curso a compilação para edição em livro de todos os artigos científicos produzidos pelos funcionários do Hospital. Há mesmo desenvolvimentos internos de aplicações informáticas de relevante interesse para o sector da Saúde e que pensamos vir a vender a outras instituições, numa lógica de racionalização de meios ao dispor.

11 – Há uma natural preocupação pelo cumprimento da legislação e regulamentações em vigor.

12 – Existe uma preocupação no tratamento dos trabalhadores com respeito e integridade, despendendo-se anualmente muitos milhares de horas de formação, num plano aprovado pela Administração.

13 – O tratamento transparente e em condições de igualdade de todas as entidades que se relacionam com o Hospital materializa-se no seguimento de regras (concursos públicos, etc.) que garantam essa mesma transparência.

14 – As despesas efectuadas pelo Hospital têm sempre o necessário suporte documental.

ii) Estruturas de Administração e Fiscalização

15 – Os órgãos de administração e fiscalização são nomeados pela tutela e têm a dimensão considerada apropriada.

16 – Existe segregação de funções, temos comissões especializadas e foi nomeada uma auditora interna, dando cumprimento ao preceituado legal.

17 – Há relatório anual de fiscalização

18 – As contas são avaliadas de forma regular e independente por um R.O.C.

Ao nível do controlo Interno existe um conjunto de manuais de procedimentos de administrativos e contabilísticos.

19 – O trabalho de auditoria interna tem levado à elaboração de relatórios acerca das diversas áreas do Hospital, tendo já sido iniciado o processo de melhorias ao nível do controlo interno.

20 – A limitação dos mandatos depende da decisão da tutela.

iii) Remunerações e outros direitos

21 – As remunerações e outros direitos auferidos pelos órgãos sociais são feitas de acordo com as regras em sede da legislação aplicável, fazem parte das contas aprovadas pela tutela e têm sempre suporte documental associado.

iv) Prevenção de conflitos de interesse

22 – Os membros da Administração declaram regularmente os seus interesses, por forma a acautelarem a independência da sua actuação.

v) Divulgação de informação relevante

23 – Sempre que se justifica, há publicitação das informações relevantes que possam afectar o Hospital.

vi) Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa

24 – Não aplicável no caso do Centro Hospitalar do Porto.

7.9 - Apresentação do Código de Ética

O CHP dispõe de um código de ética que pode ser consultado em www.chporto.pt

7.10 – Sistema de Controlo Interno

O Conselho de Administração do CHP aprovou em 7 de Janeiro de 2010 um conjunto de manuais de procedimentos administrativos e contabilísticos nas seguintes áreas: Contabilidade Geral/Orçamental/Analítica, Gestão de Imobilizado, Gestão de Compras, Gestão de Contas a Pagar, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Contas a Receber, Produção, Logística e Gestão de Tesouraria. Posteriormente, os manuais da área da Produção e da área da Gestão de Recursos Humanos foram objecto de revisão, mas ainda sem nova versão aprovada.

Os procedimentos constantes dos manuais citados estão em consonância com as orientações emanadas da ACSS, que estabeleceu e divulgou as melhores práticas de controlo em relação aos principais processos – atendendo ao impacto operacional e financeiro – da actividade hospitalar, de forma a permitir aos hospitais o desenvolvimento dos seus próprios manuais de procedimentos e a implementação de um sistema de controlo interno.

O CHP tem uma auditora interna nomeada em 28 de Dezembro de 2006, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei 233/2005 de 29 de Dezembro, que constitui parte integrante do sistema de monitorização do controlo interno do Hospital, através de uma abordagem sistemática e disciplinada e de verificação da adequação e cumprimento de políticas e procedimentos definidos. Nesse sentido, foram efectuadas auditorias em diversas áreas, com

elaboração de relatórios sobre a actividade desenvolvida em que se referem os controlos efectuados, as anomalias detectadas e as medidas correctivas a adoptar.

7.11 – Prevenção de conflitos de interesses

Já referenciado no ponto 7.8 – iv) do relatório.

7.12 – Divulgação de informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transacções	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e actual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			www.chporto.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos		x		
Remuneração dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções fora das condições de mercado	x			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

7.13 – Explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objectivos de gestão

O cumprimento das orientações e objectivos de gestão, previsto no art. 11º do DL n.º 300/2007 de 23 de Agosto, designadamente o Contrato-Programa para 2010 celebrado com a tutela estão referenciados no ponto 7.7 e ao longo do capítulo 5 do relatório.

7.14 – Gestão do risco financeiro

No que respeita à exposição ao risco financeiro, continua a merecer especial referência o risco de liquidez, agravado neste exercício, conforme se pode verificar através da análise dos principais indicadores económico-financeiros, tratada no capítulo 5.7 do presente relatório.

7.15 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

O prazo médio de pagamentos a fornecedores registou uma evolução desfavorável, passando de 104 dias em 31.12.2009 para 204 dias em 31.12.2010.

O CHP não cumpriu o objectivo de redução deste indicador, entre 15% a 25% conforme estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, pelas razões explicadas no capítulo 5.7, dedicado à evolução dos principais indicadores económico-financeiros.

7.16 – Cumprimento de deveres especiais de informação

O CHP apresentou à Administração Regional de Saúde do Norte, em devido tempo, o seu plano de desempenho para 2010, documento que serviu de suporte à contratualização realizada para aquele ano. Está presentemente a proceder à sua conversão para introdução na plataforma SIRIEF dos documentos previsionais em falta.

Relativamente ao envio dos relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização legalmente previstos, estes foram disponibilizados dentro dos prazos estabelecidos.

7.17 – Cumprimento das recomendações do accionista

O Despacho de aprovação das contas de 2009 recomenda que o CHP tome diligências com vista à implementação de um controlo interno que evite a discrepância entre o valor dos bens do imobilizado registado no cadastro e o reconhecido em termos contabilísticos. Contudo, uma vez que as contas foram aprovadas em 31/12/2010, sendo que o respectivo Despacho foi recepcionado no CHP apenas em 18/03/2011, só agora está a ser dado seguimento às respectivas recomendações.

7.18 – Cumprimento das orientações sobre negociações salariais

No cumprimento do Ofício nº 1730 da DGTF de 25 de Fevereiro de 2010, não houve actualização dos salários nominais em 2010.

7.19 – Cumprimento de Despacho sobre prémios de gestão

Em cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, não foram atribuídos prémios de gestão em 2010 a nenhum dos membros do Conselho de Administração.

7.20 – Cumprimento de normas de contratação pública

Relativamente ao cumprimento da orientação constante do Despacho nº 438/10-SETF de 10 de Maio, temos a declarar que a realização de contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a €125.000 (s/IVA) é precedida da justificação da necessidade de contratar e os objectivos que se pretende alcançar, ficando estes vertidos no contrato com as penalizações e métodos de controlo correspondentes.

7.21 – Cumprimento de limites máximos de acréscimo de endividamento

Não aplicável.

A Instituição não recorreu a endividamento bancário, durante o ano de 2010.

7.22 – Implementação de medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

Desde 2003, têm vindo a ser aprofundadas as políticas de aprovisionamento de forma a obter-se reduções de custos de aquisição, sendo que as negociações em agrupamento de entidades adjudicantes têm assumido maior destaque. Mas, para além desta medida estruturante, têm também sido desenvolvidas novas estratégias na área de dispositivos

clínicos, material hoteleiro, reestruturação completa da gestão e aquisição de serviços de manutenção. Igualmente a aplicação de metodologias de melhoria contínua LEAN tem sido uma das formas utilizadas no combate ao desperdício, o que se tem traduzido no aumento sistemático da produtividade interna e na melhoria do nível de serviço prestado.

7.23 – Cumprimento do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho

O CHP deu cumprimento à redução em 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho, como já evidenciado no ponto 7.6 do relatório.

7.24 – Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Durante o exercício de 2010, o CHP manteve as suas disponibilidades maioritariamente no IGCP e as aplicações financeiras exclusivamente nesta entidade.

As contas abertas na banca comercial mantiveram movimentos e saldos pouco expressivos, dentro dos limites de 5% das receitas arrecadadas no ano anterior, e encontram-se associadas a operações específicas, nomeadamente contratos de leasing e terminais de pagamento automático.

7.25 – Cumprimento das recomendações sobre contabilização de imóveis

Relativamente à contabilização dos imóveis afectos à actividade, e dado que não está, ainda, concretizada a avaliação dos imóveis da Maternidade Júlio Dinis e do Hospital Maria Pia, entende-se completar a avaliação dos mesmos durante o corrente ano, conforme Plano de Avaliação apresentado no âmbito do PGPI.

8-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente do artigo 23.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2010, no montante de 16.637.271,17 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 24 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Pedro de Brito Esteves – *Presidente*

José Alberto Oliveira Castro Peixoto – *Vogal Executivo*

Ana Paula Rodrigues Neno da Silva de Vasconcelos Guimarães - *Vogal Executivo*

Paulo Jorge Barbosa Carvalho – *Director Clínico*

Alfredo Eduardo Argulho Alves – *Enfermeiro Director*

9- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO ANALÍTICO

ACTIVO

Em Euros

CONTAS		Exercícios			
		2010			2009
Código	Designação	Activo Bruto	Amortiz./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	ACTIVO:				
	IMOBILIZADO:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	51.874,98		51.874,98	51.874,98
422	Edifícios e outras construções	20.723.298,94	3.292.475,56	17.430.823,38	8.286.987,75
423	Equipamento básico	71.817.708,15	59.107.460,02	12.710.248,13	13.485.495,60
424	Equipamento de transporte	484.859,87	337.196,17	147.663,70	193.872,39
425	Ferramentas e utensílios	158.214,68	148.308,22	9.906,46	10.775,14
426	Equipamento administrativo e Informático	15.324.843,00	12.788.624,82	2.536.218,18	2.594.163,45
429	Outras imobilizações corpóreas	26.614,31	15.513,51	11.100,80	13.498,98
442	Imobilizações em curso	19.365.475,54	0,00	19.365.475,54	20.484.456,46
		127.952.889,47	75.689.578,30	52.263.311,17	45.121.124,75
	Investimentos financeiros:				
415	Outras aplicações financeiras	161,08		161,08	161,08
		161,08		161,08	161,08
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsid./consumo	9.480.253,53	0,00	9.480.253,53	9.735.254,64
		9.480.253,53	0,00	9.480.253,53	9.735.254,64
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	11.696.310,98		11.696.310,98	14.830.954,32
213	Utentes, c/c	0,00		0,00	431,83
215	Instituições do MS	29.983.191,97		29.983.191,97	18.409.965,31
218	Clientes de cobrança duvidosa	625.871,19	625.871,19	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	5.532,17
24	Estado e outros entes públicos	140.000,00		140.000,00	314.614,11
262 / 8	Outros devedores	17.749.013,30		17.749.013,30	13.844.509,74
		60.194.387,44	625.871,19	59.568.516,25	47.406.007,48
	Títulos Negociáveis:				
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos bancários e caixa:				
12/3	Depósitos bancários	5.435.837,85		5.435.837,85	4.811.107,64
11	Caixa	10.174,92		10.174,92	4.011,44
		5.446.012,77	0,00	5.446.012,77	4.815.119,08
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acréscimos de proveitos	23.796.607,02		23.796.607,02	18.067.212,19
272	Custos diferidos	105.384,14		105.384,14	5.517,97
		23.901.991,16	0,00	23.901.991,16	18.072.730,16
	Total de amortizações		75.689.578,30		71.946.531,83
	Total de provisões		625.871,19		925.513,98
	TOTAL DO ACTIVO:	226.975.695,45	76.315.449,49	150.660.245,96	125.150.397,19

BALANÇO ANALÍTICO**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**

Em Euros

CONTAS		Exercícios	
Código	Designação	2010	2009
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Capital Estatutário	142.704.000,00	141.326.000,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	0,00	0,00
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
576	Doações	1.393.631,82	1.006.296,54
		1.393.631,82	1.006.296,54
59	Resultados transitados	-88.905.015,83	-55.539.963,82
88	Resultado líquido do exercício	-16.637.271,17	-33.365.052,01
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS:	38.555.344,82	53.427.280,71
	PASSIVO:		
29	Provisões p/riscos e encargos	1.168.204,26	1.302.344,80
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	73.073,05	353.743,99
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS	56.250,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	80.092.455,58	38.222.471,94
2311	Empréstimos obtidos		0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	4.186.251,09	5.131.864,60
24	Estado e outros entes públicos	1.215.660,26	889.386,55
262 / 8	Outros credores	2.951.824,13	3.412.101,92
		88.502.441,06	47.655.825,01
	Total de dívidas a terceiros:	88.575.514,11	48.009.569,00
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acréscimos de custos	17.809.439,86	17.634.231,86
274	Proveitos diferidos	4.551.742,91	4.776.970,82
		22.361.182,77	22.411.202,68
	TOTAL DO PASSIVO:	112.104.901,14	71.723.116,48
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO:	150.660.245,96	125.150.397,19

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em Euros

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	2010		2009	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custos mer. vend. mat. Cons.				
	Matérias primas, subsidiárias de consumo		91.449.149,99		91.457.971,65
62	Fornecimentos e serviços externos		28.151.460,75		28.225.920,81
64	Custos com o pessoal:				
641+ 642	Remunerações	112.597.267,42		113.398.532,25	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	9.846.334,11		9.747.779,97	
645 / 8	Outros	19.184.958,84	141.628.560,37	18.698.845,34	141.845.157,56
63	Transf. correntes concedidas e prest.sociais				
65	Outros custos e perdas operacionais	523.186,41	523.186,41	746.085,53	746.085,53
66	Amortizações do exercício	5.955.918,06		6.374.131,88	
67	Provisões do exercício	113.159,02	6.069.077,08	203.422,49	6.577.554,37
	(A)		267.821.434,60		268.852.689,92
68	Custos e perdas financeiros		7.969,08		291.681,62
	(C)		267.829.403,68		269.144.371,54
69	Custos e perdas extraordinários		3.824.386,43		4.563.702,63
	(E)		271.653.790,11		273.708.074,17
86	Imposto s/ rendimento do exercício		11.060,01		9.282,59
	(G)		271.664.850,12		273.717.356,76
88	Resultado líquido do exercício		-16.637.271,17		-33.365.052,01
			255.027.578,95		240.352.304,75
	PROVEITOS E GANHOS				
712	Prestações de serviços		235.483.553,36		224.222.557,23
73	Proveitos suplementares	812.217,86		668.764,91	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	53.447,66		51.936,63	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	12.121.359,54	12.987.025,06	10.470.983,37	11.191.684,91
	(B)		248.470.578,42		235.414.242,14
78	Proveitos e ganhos financeiros		996.143,46		1.282.021,90
	(D)		249.466.721,88		236.696.264,04
79	Proveitos e ganhos extraordinários		5.560.857,07		3.656.040,71
	(F)		255.027.578,95		240.352.304,75
RESUMO :					
	Resultados operacionais		-19.350.856,18		-33.438.447,78
	Resultados financeiros		988.174,38		990.340,28
	Resultados correntes		-18.362.681,80		-32.448.107,50
	Resultados Extraordinários		1.736.470,64		-907.661,92
	Resultado antes de impostos		-16.626.211,16		-33.355.769,42
	Resultado líquido do exercício		-16.637.271,17		-33.365.052,01

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Euros

	Exercícios	
	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	231.583.533,21	218.736.323,46
Pagamentos a fornecedores	-78.325.305,78	-106.338.576,70
Pagamentos ao pessoal	-124.262.329,38	-124.771.385,12
Fluxo gerado pelas operações	28.995.898,05	-12.373.638,36
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	173.665,96	102.651,33
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	2.275.102,76	1.542.246,89
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	-17.542.514,56	-18.287.993,15
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	13.902.152,21	-29.016.733,29
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	119.741,04	159.949,03
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-740.169,80	-27.139,06
Fluxo das actividades operacionais (1)	13.281.723,45	-28.883.923,32
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	2.200,00	360,00
Subsídios de investimento	641.166,93	56.339,14
Juros e proveitos similares	16.487,14	359.747,44
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	-14.683.713,19	-15.645.048,77
Fluxo das actividades de investimento (2)	-14.023.859,12	-15.228.602,19
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de :		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Realização de capital	1.378.000,00	28.489.000,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de :		
Empréstimos obtidos	0,00	-27.816.763,90
Juros e custos similares	-4.970,64	-288.780,45
Fluxo das actividades de financiamento (3)	1.373.029,36	383.455,65
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	630.893,69	-43.729.069,86
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.815.119,08	48.544.188,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.446.012,77	4.815.119,08

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Euros

	Exercícios	
	2010	2009
Numerário	10.174,92	4.011,44
Depósitos bancários	5.435.837,85	4.811.107,64
Outras aplicações de Tesouraria	0,00	0,00
Disponibilidades constantes do balanço	5.446.012,77	4.815.119,08

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

DO PERÍODO DE:		Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO	2010
Em Euros						
CONTAS A DÉBITO		VALORES				
Código	Designação	Cobrados	A cobrar	Total		
	- Caixa	4.011,44		4.011,44		
	- Depósitos	4.811.107,64		4.811.107,64		
	I - SALDO INICIAL:	4.815.119,08		4.815.119,08		
15	Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00		
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00		
	Total das contas 15/18:	0,00	0,00	0,00		
219	Adiantamentos de clientes	211.575.176,14	0,00	211.575.176,14		
229	Adiantamentos de fornecedores	24.417,96	0,00	24.417,96		
24	Estado e outros entes públicos	32.057.352,88	140.000,00	32.197.352,88		
261	Adiantamentos a forneced. de Imobilizado	0,00	0,00	0,00		
262	Adiantamentos ao pessoal	37.910,25	0,00	37.910,25		
263	Sindicatos	202.641,51	0,00	202.641,51		
264	Regularização dívidas p/ordem do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
268	Devedores e credores diversos	347.603,75	0,00	347.603,75		
	Total das receitas de fundos alheios:	244.245.102,49	140.000,00	244.385.102,49		
23	Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00		
2745	Subsídios de investimento	641.166,93	169.492,08	810.659,01		
2748/9	Outros proveitos diferidos	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta proveitos diferidos:	641.166,93	169.492,08	810.659,01		
28	Empréstimos concedidos (amortizações)	0,00	0,00	0,00		
51	Capital Estatutário	1.378.000,00	0,00	1.378.000,00		
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00		
576	Doações	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de reservas:	0,00	0,00	0,00		
711	Vendas	0,00	0,00	0,00		
712	Prestações de serviços	206.665.021,33	28.811.811,99	235.476.833,32		
72	Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00		
73	Proveitos suplementares	560.662,79	240.588,37	801.251,16		
741	Transferências do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
742	Transferências correntes obtidas	53.447,66	0,00	53.447,66		
743	Subs. correntes obtidos-outros entes públicos	0,00	0,00	0,00		
749	Subs. correntes obtidos-de outras entidades	0,00	0,00	0,00		
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.734.795,79	10.386.563,75	12.121.359,54		
78	Proveitos e ganhos financeiros	996.143,46	0,00	996.143,46		
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	121.941,04	575,00	122.516,04		
	Total dos proveitos do exercício:	210.132.012,07	39.439.539,11	249.571.551,18		
	II. - RECEITAS DO EXERCÍCIO:	456.396.281,49	39.749.031,19	496.145.312,68		
797	Correcções relativas a exerc. anteriores	23.369.876,91	44.241.963,27	67.611.840,18		
	III. - RECEITAS EXERCÍCIOS ANTERIORES:	23.369.876,91	44.241.963,27	67.611.840,18		
	TOTAL GERAL:	484.581.277,48	83.990.994,46	568.572.271,94		

7.3 a FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

DO PERÍODO DE:		Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2010
Em Euros						
CONTAS A CRÉDITO		VALORES				
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total		
219	Adiantamentos de clientes	211.518.926,14	56.250,00	211.575.176,14		
229	Adiantamentos a fornecedores	18.885,79	0,00	18.885,79		
24	Estado e outros entes públicos	31.450.293,92	505.165,11	31.955.459,03		
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00		
262	Adiantamentos ao pessoal	37.910,25	0,00	37.910,25		
263	Sindicatos	202.929,18	0,00	202.929,18		
264	Regularização dívidas p/ordem do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
268	Devedores e credores diversos	356.789,47	56.065,61	412.855,08		
	Total da despesa de fundos alheios:	243.585.734,75	617.480,72	244.203.215,47		
23	Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00		
272	Custos diferidos	0,00	105.384,14	105.384,14		
28	Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00		
312	Mercadorias	0,00	0,00	0,00		
3161	Produtos farmacêuticos	17.981.748,54	47.741.054,67	65.722.803,21		
3162	Material de consumo clínico	10.926.364,40	12.117.166,23	23.043.530,63		
3163	Produtos alimentares	11.402,11	2.307,07	13.709,18		
3164	Material de consumo hoteleiro	222.789,34	1.296.676,30	1.519.465,64		
3165	Material de consumo administrativo	236.985,85	304.648,49	541.634,34		
3166	Material de manutenção e conservação	311.005,71	265.176,95	576.182,66		
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de compras :	29.690.295,95	61.727.029,71	91.417.325,66		
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00		
42	Imobilizações corpóreas	1.542.946,94	3.076.199,00	4.619.145,94		
43	Imobilizações imcorpóreas	0,00	0,00	0,00		
44	Imobilizações em curso	7.217.005,40	874.617,86	8.091.623,26		
45	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de imobilizações:	8.759.952,34	3.950.816,86	12.710.769,20		
6218	Trabalhos executados no exterior	2.885.987,27	2.268.544,24	5.154.531,51		
6219	Outros sub-contratos	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de subcontratos:	2.885.987,27	2.268.544,24	5.154.531,51		
622	Fornecimentos e serviços de terceiros	17.483.423,56	5.507.987,71	22.991.411,27		
63	Tranf. Correntes concedidas e prest. Sociais	0,00	0,00	0,00		

7.3 a FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

DO PERÍODO DE:	Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2010
----------------	---------	------	----------	---------	------

Em Euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total
641	Remunerações dos órgãos directivos	327.912,59	41.892,14	369.804,73
6421	Remunerações base do pessoal	66.678.171,37	6.083.286,84	72.761.458,21
6422	Suplementos de remunerações	26.460.697,73	0,00	26.460.697,73
6423	Prestações sociais directas	782.791,13	13.382,00	796.173,13
6424	Subsídio de férias e natal	6.121.351,28	6.087.782,34	12.209.133,62
643	Pensões	9.846.334,11	0,00	9.846.334,11
645	Encargos sobre remunerações	14.095.214,27	2.794.675,77	16.889.890,04
646	Seguros de acidentes no trabalho	147.163,73	28.272,95	175.436,68
647	Encargos sociais voluntários	490.341,45	0,00	490.341,45
648	Outros custos com o pessoal	1.596.010,00	33.280,67	1.629.290,67
	Total da conta despesas com pessoal:	126.545.987,66	15.082.572,71	141.628.560,37
65	Outros custos e perdas operacionais	490.478,44	32.707,97	523.186,41
68	Custos e perdas financeiras	7.969,08	0,00	7.969,08
695	Multas e penalidades	3.748,88	0,00	3.748,88
698	Outros custos e perdas extraordinários	740.169,80	0,00	740.169,80
	Total da conta custos/perdas extraordinários:	743.918,68	0,00	743.918,68
86	Imposto s/rendimento do exercicio	0,00	0,00	0,00
	IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:	430.193.747,73	89.292.524,06	519.486.271,79
69764	C.R.E.A. -Despesas com pessoal	14.203.121,01	4.031.201,39	18.234.322,40
6976...	C.R.E.A. -Outros	34.738.395,97	13.061.228,52	47.799.624,49
	V - DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES:	48.941.516,98	17.092.429,91	66.033.946,89
	- Caixa	10.174,92		10.174,92
	- Depósitos	5.435.837,85		5.435.837,85
	- Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00
	VI - SALDO FINAL:	5.446.012,77		5.446.012,77
	TOTAL GERAL:	484.581.277,48	106.384.953,97	590.966.231,45

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas

RUBRICAS		Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago
Código	Designação					Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass.	Orç. - Proc.	
61	CUSTOS MERC. VEND. E MAT. CONS.:								
612	Mercadorias	65.407.196			65.635.453	65.407.196		-228.257	
6161	Produtos farmacêuticos	21.269.566			23.178.385	21.269.566		-1.908.819	
6162	Material de consumo clínico	17.877			14.716	17.877		3.161	
6164	Material de consumo hoteleiro	1.200.000			1.470.460	1.200.000		-270.460	
6165	Material de consumo administrativo	500.000			559.837	500.000		-59.837	
6166	Material de manutenção e conservação	700.000			590.299	700.000		109.701	
6169	Outro material de consumo	0			0	0		0	
TOTAL DA CONTA 61		89.094.639	0	0	91.449.150	89.094.639		-2.354.511	
FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:									
Trabalhos executados no exterior:									
Em Entidades do Ministério da Saúde:									
62181	Assistência ambulatória	0			0				
621811	Meios complementares de diagnóstico	461.141	442.629	442.629	442.629	18.512	18.512	18.512	
621812	Meios complementares de terapêutica	158.171	84.988	84.988	84.988	73.183	73.183	73.183	
621813	Prescrição de Medicamentos	0	0	0	0	0	0	0	
621814	Intern., serv. enf., part./T. doentes	0	431	431	431	-431	-431	-431	
621815	Outros					0	0	0	
621819	Total da conta 62181	619.312	528.048	528.048	528.048	91.264	91.264	91.264	306.262
Em Outras Entidades:									
62189	Assistência ambulatória	24.454				24.454	24.454	24.454	
621891	Meios complementares de diagnóstico	1.228.479	812.940	812.940	812.940	415.539	415.539	415.539	
621892	Meios complementares de terapêutica	352.173	1.005.306	1.005.306	1.005.306	-653.133	-653.133	-653.133	
621893	Prescrição de Medicamentos	0	0	0	0	0	0	0	
621894	Intern., serv. enf., part./T. doentes	1.700.000	2.051.946	2.051.946	2.051.946	-351.946	-351.946	-351.946	
621895	Aparelhos complementares de terapêutica	659.787	567.090	567.090	567.090	92.697	92.697	92.697	
621896	Assistência no estrangeiro	272.756	189.202	189.202	189.202	83.554	83.554	83.554	
621897	Terminismo social					0	0	0	
621898	Outros					0	0	0	
621899	Total da conta 62189	4.237.649	4.626.484	4.626.484	4.626.484	-388.835	-388.835	-388.835	2.579.725
Total da conta 6218		4.856.961	5.154.532	5.154.532	5.154.532	-297.571	-297.571	-297.571	2.885.987
Fornecimentos e serviços:									
6221	Fornecimentos e serviços I	6.052.738	6.249.870	6.249.870	6.249.870	-197.132	-197.132	-197.132	5.519.170
6222	Fornecimentos e serviços II	2.755.487	2.742.778	2.742.778	2.742.778	12.709	12.709	12.709	2.674.285
6223	Fornecimentos e serviços III	13.123.356	13.903.397	13.903.397	13.903.397	-780.041	-780.041	-780.041	9.210.452
6229	Outros fornecimentos e serviços	115.714	100.884	100.884	100.884	14.830	14.830	14.830	79.517
Total da conta 622		22.047.295	22.996.929	22.996.929	22.996.929	-949.634	-949.634	-949.634	17.483.424
TOTAL DA CONTA 62		26.904.256	28.151.461	28.151.461	28.151.461	-1.247.205	-1.247.205	-1.247.205	20.369.411

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas

RUBRICAS		Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago
						Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass.	Orç. - Proc.	
63	Transf. correntes concedidas e prest. Sociais								
	Despesas com pessoal:								
	Remunerações dos órgãos directivos:								
641	Remunerações base	353.290	254.641	254.641	254.641				
6411	Subsídio de férias e natal	50.468	36.376	36.376	36.376				
6412	Suplementos de remunerações	109.310	78.788	78.788	78.788				
6413	Prestações sociais directas								
6414	Outras remunerações								
6419									
	Total da conta 641	513.068	369.805	369.805	369.805	143.263	143.263	143.263	327.913
6421	Remunerações base e do pessoal:								
64211	RCTFP - Por tempo indeterminado	47.824.836	46.017.610	46.017.610	46.017.610	1.807.226	1.807.226	1.807.226	42.057.692
64212	Pessoal com contrato a termo resolutivo	8.018.674	6.908.927	6.908.927	6.908.927	1.109.747	1.109.747	1.109.747	6.306.418
64213	Pessoal em regime contrato ind. Trabalho	17.435.776	19.515.196	19.515.196	19.515.196	-2.079.420	-2.079.420	-2.079.420	18.018.269
64214	Pessoal em qualquer outra situação	422.325	319.725	319.725	319.725	102.600	102.600	102.600	295.792
	Total da conta 6421	73.701.611	72.761.458	72.761.458	72.761.458	940.153	940.153	940.153	66.678.171
6422	Suplementos de remunerações:								
64221	Horas extraordinárias	9.736.323	9.571.322	9.571.322	9.571.322	165.001	165.001	165.001	9.649.092
64222	Prevenções	976.540	876.666	876.666	876.666	99.874	99.874	99.874	907.878
64223	Noites e suplementos	4.000.377	3.976.347	3.976.347	3.976.347	24.030	24.030	24.030	3.949.046
64224	Subsídio de turno	991.012	1.076.012	1.076.012	1.076.012	-85.000	-85.000	-85.000	1.040.320
64225	Abono para falhas	3.658	3.578	3.578	3.578	80	80	80	3.578
64226	Subsídio de refeição	3.765.397	3.665.248	3.665.248	3.665.248	100.149	100.149	100.149	3.665.248
64227	Ajudas de custo	32.648	32.512	32.512	32.512	136	136	136	32.512
64228	Vestutário e artigos pessoais, alim e alojamento	0	0	0	0	0	0	0	0
64229	S.I.G.I.C.	2.985.205	3.533.911	3.533.911	3.533.911	-548.706	-548.706	-548.706	3.665.248
64230	Outros suplementos	4.514.938	3.725.102	3.725.102	3.725.102	789.836	789.836	789.836	7.213.024
	Total da conta 6422	27.006.698	26.460.698	26.460.698	26.460.698	546.000	546.000	546.000	26.460.698
6423	Prestações sociais directas	1.108.549	796.173	796.173	796.173	312.376	312.376	312.376	782.791
6424	Subsídios de férias e de Natal	12.330.060	12.209.133	12.209.133	12.209.133	120.927	120.927	120.927	6.121.351
643	Pensões	9.747.780	984.634	984.634	984.634	8.763.146	8.763.146	8.763.146	9.846.334
645	Encargos sobre remunerações	16.683.008	16.889.890	16.889.890	16.889.890	-206.882	-206.882	-206.882	14.095.214
646	Seg. de acidente no trabalho doenças profissionais	88.854	175.437	175.437	175.437	-86.583	-86.583	-86.583	147.164
647	Encargos sociais voluntários	0	490.341	490.341	490.341	-490.341	-490.341	-490.341	490.342
648	Outros custos com pessoal	2.466.328	1.629.291	1.629.291	1.629.291	837.037	837.037	837.037	1.596.010
	TOTAL DA CONTA 64	143.645.956	132.766.860	132.766.860	132.766.860	10.879.096	10.879.096	10.879.096	126.545.988

Em Euros

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas

RUBRICAS		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2010	Em Euros			
Código	Designação	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass.	Orç. - Proc.	Pago		
65	Outros custos e perdas operacionais	600.000	523.186	523.186	523.186	76.814	76.814	76.814	490.478		
66	Amortizações exercício	6.300.000	5.955.918	5.955.918	5.955.918	344.082	344.082	344.082			
67	Provisões exercício	500.000	113.159	113.159	113.159	386.841	386.841	386.841			
68	Custos e perdas financeiras	300.000	7.969	7.969	7.969	292.031	292.031	292.031	7.969		
69	Custos e perdas extraordinárias:										
691	Donativos	114.136									
692	Dívidas incobráveis	67.412			436.497						
693	Perdas em existências				257.807						
694	Perdas em imobilizações										
695	Multas e penalidades	980	3.749	3.749	3.749				3.749		
697	Correcções relat exerc. anteriores	623.932	2.386.164	2.386.164	2.386.164				48.941.517		
698	Outros custos e perdas extraord.	193.540	740.170	740.170	740.170				740.170		
	TOTAL DA CONTA 69	1.000.000	3.130.083	3.130.083	3.824.387	-2.130.083	-2.130.083	-2.824.387	49.685.436		
	TOTAL GERAL	268.344.851	170.648.636	170.648.636	262.792.090	97.696.215	97.696.215	5.552.761	197.099.282		

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Proveitos e Ganhos

RUBRICAS		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2010	Em Euros	
Código	Designação	Orçamentado		Emitido		Diferenças Orç. - Emitido		Cobrado	
71	Vendas e prestações de serviços:								
712	Prestações de serviços:								
71211 / 71221	Internamento	102.180.984		101.016.771		1.164.213			
71212 / 71222	Consulta	65.598.150		65.543.534		54.616			
71213 / 71223	Urgência - SAP	19.040.893		18.883.969		156.924			
71214 / 71224	Quartos particulares	0		0		0			
71215 / 71225	Hospital de dia	1.922.337		2.131.301		-208.964			
71216 / 71226	Meios complementares de diagnóstico e terapêutica:					0			
712161 / 712261	De diagnóstico	2.599.114		3.029.131		-430.017			
712162 / 712262	De terapêutica	3.132.715		2.990.634		142.081			
71227	Taxas moderadoras	1.311.488		1.242.785		68.703			
71218 / 71228	Outras prestações serviços de saúde	40.964.595		40.276.781		687.814			
71229	Outras prestações serviços	245.312		368.647		- 123.335			
	Total da Conta 712	236 995 588		235 483 553		1 512 035		206 665 021	
73	Proveitos suplementares								
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:								
742	Transferências correntes obtidas:								
7421	Da A.C.S.S.	500 000		812 218		- 312 218		560 663	
7429	Outras transferências correntes obtidas								
743	Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0		53.448		- 53.448		53.448	
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades								
	Total da Conta 74	0		53.448		-53.448		53.448	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais:								
762	Reembolsos	9.501.330		11.555.953		-2.054.623			
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado	5.925		2.327		3.598			
769	Outros	384.056		563.080		-179.024			
	Total da Conta 76	9.891.311		12.121.360		-2.230.049		1.734.796	
78	Proveitos e ganhos financeiros	800 000		996 143		- 196 143		996 143	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 000 000		5 560 857		- 4 560 857		23 491 818	
	TOTAL GERAL	249 186 899		255 027 579		- 5 840 680		233 501 889	

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paulo Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

RUBRICAS		Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago/Cobrado
Código	Designação					Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass	Orç. - Proc.	
Em Euros									
3161	COMPRAS:								
31611	Produtos farmacêuticos:								
	Medicamentos	54 654 554	60 773 603	60 773 603	60 773 603	- 6 119 049	- 6 119 049	- 6 119 049	
31612	Reagentes e prod. de diag. rápido	11 299 688	11 716 503	11 716 503	11 716 503	- 416 815	- 416 815	- 416 815	
31619	Outros produtos farmacêuticos	457 814	474 702	474 702	474 702	- 16 888	- 16 888	- 16 888	
	Total da conta 3161	66 412 056	72 964 808	72 964 808	72 964 808	- 6 552 752	- 6 552 752	- 6 552 752	17 981 749
3162	Material consumo clínico	21 151 914	23 676 637	23 676 637	23 676 637	- 2 524 723	- 2 524 723	- 2 524 723	10 926 364
3163	Produtos alimentares	18 114	15 241	15 241	15 241	2 873	2 873	2 873	11 402
3164	Material consumo hoteleiro	1 205 831	1 613 764	1 613 764	1 613 764	- 407 933	- 407 933	- 407 933	222 789
3165	Material consumo administrativo	505 512	546 787	546 787	546 787	- 41 275	- 41 275	- 41 275	236 986
3166	Material manutenção e conservação	728 465	578 321	578 321	578 321	150 144	150 144	150 144	311 006
3169	Outro material de consumo	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL DAS COMPRAS:	90 021 892	99 395 558	99 395 558	99 395 558	- 9 373 666	- 9 373 666	- 9 373 666	29 690 296
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS:		537 020	537 020	537 020	- 537 020	- 537 020	- 537 020	
318	DESCONT. ABATIMENTOS COMPRAS:		7 441 212	7 441 212	7 441 212	- 7 441 212	- 7 441 212	- 7 441 212	
	COMPRAS LIQUIDAS	90 021 892	91 417 326	91 417 326	91 417 326	- 1 395 434	- 1 395 434	- 1 395 434	29 690 296

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

RUBRICAS		Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago
Código	Designação					Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass	Orç. - Proc.	
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
421	Terrenos e recursos naturais								
422	Edifícios e outras construções								
423	Equipamento básico	3.547.100	763 897	763 897	763 897	2 783 203	2 783 203	2 783 203	64 671
4231	Médico-cirúrgico	4 533 780	1 297 439	1 297 439	1 297 439	3 236 341	3 236 341	3 236 341	
4232	De Imagiologia	337 841	247 649	247 649	247 649	90 192	90 192	90 192	
4233	De laboratório	668 276	151 997	151 997	151 997	516 279	516 279	516 279	
4234	Mobiliário hospitalar	673 903	675 105	675 105	675 105	- 1 202	- 1 202	- 1 202	
4235	De desinfeção e esterilização	197 560	41 968	41 968	41 968	155 592	155 592	155 592	
4236	De hotelaria	1 867 386	251 651	251 651	251 651	1 615 735	1 615 735	1 615 735	
4239	Outros	809 804	67 450	67 450	67 450	742 354	742 354	742 354	
	Total da Conta 4.2.3	9 088 550	2 733 259	2 733 259	2 733 259	6 355 291	6 355 291	6 355 291	999 590
424	Equipamento de transporte:	0	0	0	0	0	0	0	0
425	Ferramentas e utensílios:	0	4 254	4 254	4 254	- 4 254	- 4 254	- 4 254	4 150
426	Equipamento administrativo e informático:								
4261	Equipamento administrativo	252 950	297 526	297 526	297 526	- 44 576	- 44 576	- 44 576	128 337
4262	Equipamento informático	7 089 000	820 210	820 210	820 210	6 268 790	6 268 790	6 268 790	346 199
	Total da Conta 4.2.6	7 341 950	1 117 736	1 117 736	1 117 736	6 224 214	6 224 214	6 224 214	474 536
	TOTAL IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	19 977 600	4 619 146	4 619 146	4 619 146	15 358 454	15 358 454	15 358 454	1 542 947
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:	22 011 000			8 091 623	22 011 000	22 011 000	13 919 377	7 217 005
	TOTAL GERAL:	41 988 600	4 619 146	4 619 146	12 710 769	37 369 454	37 369 454	29 277 831	8 759 952

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha

(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves

José Alberto Peixoto

Paula Guimarães

Paulo Barbosa

Eduardo Alves

10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Hospitalar do Porto, EPE, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 326/2007 de 28 de Setembro e resultou da fusão por extinção do Hospital Geral de Santo António, EPE, Maternidade de Júlio Dinis e Hospital Central Especializado de Crianças Maria Pia, com efeitos a partir de 01 de Outubro de 2007, tendo-lhes sucedido em todos os direitos e obrigações, nos termos do artigo 2.º do mesmo diploma legal.

A nova entidade, com sede no Largo Professor Abel Salazar 4099-001 Porto, reveste a natureza jurídica de Entidade Pública Empresarial e possui o número de identificação fiscal 508331471.

As notas que se seguem apresentam os valores em euros e respeitam a numeração sequencial definida no POCMS.

As notas não mencionadas não são aplicáveis ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram durante o exercício em causa.

Nota 8.2.3

Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados:

a) Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado pelo custo de aquisição, sendo as doações avaliadas e registadas pelo justo valor.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e por duodécimos sendo as taxas aplicadas, as previstas na Portaria 671/2000.

b) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado.

c) Provisões para cobranças duvidosas

As provisões para cobranças duvidosas são reconhecidas com base na avaliação dos riscos de não cobrança das contas a receber de clientes.

A provisão criada corresponde à totalidade dos clientes classificados na contabilidade como clientes de cobrança duvidosa (conta 218) e cuja cobrança judicial se encontra em curso.

d) Provisões para outros riscos e encargos

As provisões para outros riscos e encargos foram calculadas tendo em conta o princípio da prudência, tomando por base a probabilidade de ocorrência dos factos subjacentes.

e) Acréscimos e diferimentos

A empresa regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- Acréscimos de proveitos

Esta conta regista nomeadamente o valor do proveito correspondente a serviços de saúde prestados durante o exercício, cujos direitos serão reconhecidos no exercício seguinte.

- Custos diferidos

Esta conta abrange as situações de despesas suportadas no exercício mas que também respeitam ao exercício seguinte, nomeadamente seguros e contratos de renting.

- Acréscimos de custos

Esta conta evidencia as estimativas de custos imputáveis ao exercício mas cujo pagamento ocorrerá no exercício seguinte. Salientam-se desta rubrica as responsabilidades com férias, subsídio de férias e respectivos encargos.

- Proveitos diferidos

Inclui os subsídios de investimento recebidos para financiamento de imobilizações corpóreas.

f) Pensões de reforma

Os encargos com pensões encontram-se registados pela despesa efectivamente paga, que durante o ano de 2010 ascendeu a 9.846.334,11 euros.

O Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. não assumiu qualquer fundo próprio ou autónomo para cobertura de responsabilidades com pensões.

No entanto, estas responsabilidades encontram-se substancialmente reduzidas em consequência da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que transfere para a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde os pagamentos à Caixa Geral de Aposentações, das pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Dec-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto.

Imposto sobre o rendimento

A estimativa para IRC refere-se apenas às situações de tributações autónomas, tendo em conta que é esperado um prejuízo fiscal no exercício.

Nota 8.2.4

Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio vigente na data da sua ocorrência.

Nota 8.2.7

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.e abates	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	51.874,98			51.874,98
Edifícios e outras construções	10.748.798,33	763.896,43	9.210.604,18	20.723.298,94
Equipamento básico	70.897.824,37	3.074.244,81	-2.154.361,03	71.817.708,15
Equipamento de transporte	484.859,87	0,00		484.859,87
Ferramentas e utensílios	154.046,87	4.254,22	-86,41	158.214,68
Equipamento administrativo e informático	14.219.181,39	1.164.085,76	-58.424,15	15.324.843,00
Outras imobilizações corpóreas	26.614,31	0,00		26.614,31
Imobilizações em curso	20.484.456,46	8.091.623,26	-9.210.604,18	19.365.475,54
Total	117.067.656,58	13.098.104,48	-2.212.871,59	127.952.889,47
Investimentos financeiros:				
Outras aplicações financeiras	161,08	0,00	0,00	161,08
Total	161,08			161,08
Total Geral	117.067.817,66	13.098.104,48	-2.212.871,59	127.953.050,55

Os aumentos do activo bruto incluem o montante de 387.335,28 euros relativos a doações no exercício.

Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	2.461.810,58	830.664,98		3.292.475,56
Equipamento básico	57.412.328,77	3.849.492,28	-2.154.361,03	59.107.460,02
Equipamento de transporte	290.987,48	46.208,69		337.196,17
Ferramentas e utensílios	143.271,73	5.122,90	-86,41	148.308,22
Equipamento administrativo e informático	11.625.017,94	1.222.031,03	-58.424,15	12.788.624,82
Outras imobilizações corpóreas	13.115,33	2.398,18		15.513,51
Total	71.946.531,83	5.955.918,06	-2.212.871,59	75.689.578,30

Nota 8.2.12

O valor global bruto das obras em edifícios alheios, ascende a 18.811.161,01 euros, dos quais 9.934.332,39 euros respeitam ao exercício.

Nota 8.2.13

Bens utilizados em regime de locação financeira:

Equipamento	Ano contrato	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Capital em dívida em 31/12/2010
Viatura ligeira 19-GO-90	2008	33.812,20	8.453,04	25.359,16	9.821,48
Ventiladores Cont 10016937	2007	137.736,90	70.753,62	66.983,28	29.390,14
Ventiladores Cont 10016938	2007	459.202,91	222.216,48	236.986,43	108.647,69
Ventiladores Cont 10016853	2007	94.710,00	39.446,40	55.263,60	29.203,65
Ventiladores Cont 10016855	2008	460.494,01	200.479,22	260.014,79	167.776,84
Total		1.185.956,02	541.348,76	644.607,26	344.839,80

Nota 8.2.14

No desenvolvimento da sua actividade, o Centro Hospitalar do Porto utiliza imóveis do Estado, cujo valor patrimonial não está incluído nas demonstrações financeiras.

Nota 8.2.22

O valor das existências à guarda de terceiros no final do exercício, era de 262.027,05 euros e encontra-se incluído no montante das existências finais.

Nota 8.2.23

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
21813 - Companhias de Seguros	727.027,52	128.286,77	267.288,76	588.025,53
21819 - Outros Clientes	198.486,46	0,00	160.640,80	37.845,66

Nota 8.2.26

Não existia, em 31 de Dezembro de 2010, qualquer dívida do Centro Hospitalar em mora ao Estado ou a outros Entes Públicos.

Nota 8.2.31

Explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, na conta de provisões:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 - Provisões para cobranças duvidosas	925.513,98	113.159,02	412.801,81	625.871,19
292 - Provisões para riscos e encargos	1.302.344,80	0,00	134.140,54	1.168.204,26

Nota 8.2.32

Movimentos nas contas de fundos próprios:

CONTA	Saldo Inicial	Movimento no Exercício		Saldo Final
		Débito	Crédito	
Capital Estatutário	141.326.000,00		1.378.000,00	142.704.000,00
Reservas:				
Reservas legais				0
Reservas estatutárias				
Doações	1.006.296,54		387.335,28	1.393.631,82
Resultados transitados	-55.539.963,82	33.365.052,01		-88.905.015,83
Resultado líquido do exercício	-33.365.052,01	16.637.271,17	33.365.052,01	-16.637.271,17
Total	53.427.280,71	50.002.323,18	35.130.387,29	38.555.344,82

Neste exercício, a Tutela realizou apenas 1.378.000 euros da dotação de capital estatutário prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2008 de 12 de Junho, no montante de 14.564.000 euros.

A reserva por doações representa exclusivamente, a contrapartida do imobilizado corpóreo obtido a título gratuito, conforme referido na nota 8.2.7.

Nota 8.2.33

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	9.735.254,64
Compras	91.417.325,66
Regularização de existências	-223.176,78
Existências finais	9.480.253,53
Custos no exercício	91.449.149,99

Nota 8.2.35

Repartição do valor das prestações de serviços por modalidade de assistência ou linhas de produção :

Prestação de serviços	2010	2009
Internamento	101.016.771,28	101.683.461,58
Consulta Externa	65.543.534,19	57.858.288,03
Urgência SAP	18.883.969,43	19.209.174,70
Hospital de Dia	2.131.300,54	1.911.426,93
MCDT	6.019.765,31	6.810.700,45
GDH do Ambulatório	21.778.496,61	17.657.996,66
Programas verticais	10.529.562,79	11.455.428,55
Outras Prestações Serviços*	9.580.153,21	7.636.080,33
Total	235.483.553,36	224.222.557,23

(*) inclui taxas moderadoras

Nota 8.2.37

Demonstração dos resultados financeiros:

Custos e Perdas	Exercícios	
	2010	2009
681 - Juros suportados	4.970,64	288.780,45
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	13,16	166,12
688 - Outros custos e perdas financeiras	2.985,28	2.735,05
TOTAL	7.969,08	291.681,62
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2010	2009
781 - Juros obtidos	16.487,14	359.747,44
783 - Rendimentos de imóveis		
785 - Diferença câmbio favoráveis	4,29	139,46
786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	979.652,03	922.135,00
788 - Outros proveitos e ganhos financeiros		
TOTAL	996.143,46	1.282.021,90
Resultados Financeiros	988.174,38	990.340,28

Nota 8.2.38

Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e Perdas	Exercícios	
	2010	2009
692 - Dívidas incobráveis	436.497,13	475.480,08
693 - Perdas em existências	257.806,86	112.075,39
694 - Perdas em imobilizações	0,00	0,00
695 - Multas e penalidades	3.748,88	3.389,80
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	2.386.163,76	3.960.618,30
698 - Outros custos e perdas extraordinários	740.169,80	12.139,06
TOTAL	3.824.386,43	4.563.702,63
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2010	2009
793 - Ganhos em existências	34.630,08	81.815,47
794 - Ganhos em imobilizações	2.200,00	405,00
796 - Reduções de provisões	546.942,35	218.340,68
797 - Correções relativas a exercícios anteriores	3.820.444,46	2.369.219,03
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.156.640,18	986.260,53
TOTAL	5.560.857,07	3.656.040,71
Resultados extraordinários	1.736.470,64	-907.661,92

Nota 8.2.39

Outras Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Projectos de investimento financiados

No activo imobilizado corpóreo, incluindo o imobilizado em curso, encontram-se registados bens integrados em projectos de investimento financiados que se discriminam no quadro seguinte, de acordo com o saldo da conta 2745.

Projecto:	Investimento Previsto	% Comparticipação	Investimento até 31/12/2010	Financiamento até 31/12/2010	Saldo da conta 2745
Sistema Neuronavegação	273.105,00	73%	273.105,00	200.000,00	23.162,24
Informatização Global 5ª Fase	6.555.154,55	50%	5.275.889,89	2.637.372,00	206.745,31
Remod. Ampl. Serv.Cuid. Intens.	943.237,47	75%	1.083.734,50	920.742,88	785.925,10
Remod. Serv. Neurofisiologia	1.132.688,65	75%	912.027,69	838.729,59	838.729,58
Remod. Serv.Fisiatria	1.757.006,59	50%	211.896,71	240.857,00	240.857,00
Unidade Psiquiatria Ligação	89.905,27	75%	90.640,15	67.428,95	47.034,90
Infraest. Cablagem p/ Rede Local	1.995.192,00	75%	1.519.844,20	1.139.883,16	1.139.883,16
Recuperação de ETARS	87.260,36	75%	87.178,08	62.029,44	34.786,26
Criação Laboratório Hemodinâmica	1.018.415,26	75%	1.018.415,26	763.811,45	362.518,52
IDEA - Proj. Integ.p/autom.Anestesia	3.500,00	100%	2.100,00	3.500,00	525,16
Informatização Laboratórios MJD	60.118,85	75%	60.118,85	45.089,14	18.567,26
Reabilitação Bloco Verde	16.120,51	70%	16.120,51	11.250,00	9.140,62
Centro Procriação Med. Assistida	1.234.916,60	55%	1.234.916,60	849.500,26	653.786,93
Bloco Cirurgia Ambulatório	8.023,74	75%	8.023,74	6.017,81	4.871,71
Redescobrir S M I J Região Norte	85.975,19	70%	30.705,65	21.493,75	11.670,11
Aquisição Eq. Med. Cirurgico CICA	232.541,70	74%	232.541,70	171.900,00	167.757,15
Criação S I Distrib. Medicamentos	8.223,16	75%	8.223,16	6.167,36	5.781,90
TOTAL	15.501.384,90		12.065.481,69	7.985.772,79	4.551.742,91

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

11 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do "Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.", as quais compreendem o balanço em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, (que evidencia um total de 150.660.245,96 euros e um total de fundos próprios de 38.555.344,82 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16.637.271,17 euros), a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro Hospitalar, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Os encargos com pensões apenas são reconhecidos como custo no momento em que ocorre o seu pagamento, tendo sido registado pelo montante de 9.846.334,11 euros. Dado que o CHP, EPE não dispõe de um estudo actuarial actualizado, relativamente a encargos associados com esta obrigação, não se encontram quantificadas as responsabilidades passadas e futuras pelo pagamento de pensões de reforma, desconhecendo-se o seu impacto no balanço e nos resultados de exercício.
8. O valor dos bens do imobilizado registado no cadastro do CHP, EPE, é divergente do reconhecido nos seus registos contabilísticos, não se encontrando ainda concluído o processo de reconciliação das diferenças apuradas.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 8 acima e quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do "Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.", em 31 de Dezembro de 2010, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da saúde em Portugal.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ENFÂSE

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

11. O Centro Hospitalar deve regularizar o registo da titularidade dos imóveis que utiliza do domínio privado do Estado e em consequência reflectir nas Demonstrações Financeiras o valor destes imóveis através de processo de avaliação / reavaliação.
12. O Centro Hospitalar tem vindo a registar prejuízos desde 2008 provocando uma redução dos fundos próprios que à data de referência deste relatório representam cerca de 27% do Capital Estatutário. A continuidade das operações ficará dependente do apoio financeiro a prestar pelo accionista bem como a realização de lucros futuros.

Porto, 28 de Março de 2011

MGI & Associados, SROC, Lda
Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cãmbão – R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em cumprimento da lei e dos estatutos, o Fiscal Único do CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, EPE, vem apresentar o relatório da sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração.

No decurso do exercício em apreço, acompanhamos a evolução da actividade desenvolvida, tendo para o efeito reunido com o Conselho de Administração e obtido as informações e esclarecimentos que entendemos convenientes.

Verificamos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte.

Analizamos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados de acordo com a normalização contabilística em vigor.

Examinamos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas, concluindo que os mesmos respeitam as normas em vigor e reflectem uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Em face do exposto e considerando as qualificações contidas na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de opinião que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do exercício, apresentados pelo Conselho de Administração estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias e merecem a nossa concordância.

Porto, 28 de Março de 2011

O Fiscal Único



Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão, em representação de
MGI & Associados, SROC, Lda